

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

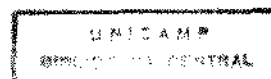
METRÓPOLE : CRISE E POBREZA

Um estudo dos impactos da crise econômica
sobre as condições de vida na
Região Metropolitana de São Paulo

Marcelo Weishaupt [Proni 944]

Dissertação de mestrado
apresentada ao Instituto de
Economia da UNICAMP, sob
orientação do Prof. Dr.
Carlos Alonso Barbosa de
Oliveira.

Campinas, março de 1994



Senhor, dá-nos coragem para mudar
o que deve ser mudado.
Dá-nos serenidade para aceitar
o que não pode ser mudado.
Dá-nos sabedoria
para distinguir um do outro.

Francisco de Assis

Para os meus pais

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é o produto da convivência por seis anos com os companheiros do Núcleo de Estudos de Economia Social Urbana e Regional do Instituto de Economia da UNICAMP. Com eles tenho aprendido o significado mais profundo da investigação acadêmica.

Minha gratidão especial

ao Alonso, pela paciência e pela liberdade que me proporcionou durante o longo caminho percorrido;

à Wilnês, pelos questionamentos que me fizeram avançar;

ao Baltar, pela seriedade e honestidade de seu trabalho;

ao Dedecca, pela disponibilidade e interesse;

à Cecília, pela cooperação no início da trajetória;

ao David, ao Chico, ao Márcio e à Eliane, pelo estímulo;

à Neide e ao Samuel, pela atenção e pelos favores constantes,

ao Paulão e ao Nilson, que processaram inúmeras tabelas; e

ao Anselmo, pela cumplicidade e pelo apoio nos momentos de desânimo.

Também gostaria de lembrar, aqui, de todos aqueles que participaram dos seminários e discussões, ao longo desses anos, dando o melhor de si para que avançássemos na compreensão da complexidade da pobreza metropolitana brasileira. Correndo o risco de esquecer alguém, quero registrar a participação da Fátima, da Regina, da Thaís, da Marise, do Mariano, do Igor, do Ciro e do Pacheco.

Por fim, quero agradecer à Lia, minha companheira, que tem me ajudado a escrever com maior clareza e objetividade.

METRÓPOLE: CRISE E POBREZA

Um estudo dos impactos da crise econômica
sobre as condições de vida na RMSP

Sumário	Pg
Introdução	1
A questão da pobreza	2
Estudos sobre a pobreza em São Paulo	9
Do que trata esta dissertação	18
 Cap. I Desenvolvimento e desigualdade na RMSP	 20
I.1 Expansão urbana e industrialização	21
I.2 Perfil sócio-econômico: uma análise comparativa	29
I.3 Condições de vida e desigualdade social	38
 Cap. II A metrópole e a crise	 55
II.1 Crise econômica e tentativas de estabilização	56
II.2 A economia metropolitana nos anos 80	65
II.3 Desempenho do mercado de trabalho metropolitano	72
II.4 A dinâmica demográfica e a crise social	86
 Cap. III A pobreza nos anos 80	 96
III.1 Ciclo econômico, pobreza e distribuição de renda	97
III.2 Pobreza, família e trabalho	103
III.3 Pobreza e precariedades habitacionais	114
III.4 Pobreza e carências educacionais	122
III.5 A pobreza nos anos 80: conclusão	132
 Cap. IV A pobreza na RMSP: uma síntese	 137
 Apêndice Metodológico	 146
 Bibliografia	 162

Introdução

Na nossa sociedade a pobreza sempre foi um fenômeno muito abrangente, herança de um passado colonial, onde prevalecia o sistema de produção escravista, e da rigorosa estratificação social que daí se originou. Como até pouco tempo a sociedade era basicamente rural, não deve estranhar que a miséria se concentrasse no campo. Porém, as transformações estruturais ocorridas nas últimas décadas significaram não só uma reformulação do aparato produtivo, mas também uma redistribuição espacial da população, assim como uma mudança no padrão de consumo. Dessa forma, a rápida urbanização da sociedade brasileira implicou, entre outras coisas, um deslocamento de grandes contingentes de pessoas pobres para as principais cidades do País e uma ampliação das suas necessidades, tornando a pobreza um fenômeno crescentemente urbano e heterogêneo.

Para compreender porque o intenso desenvolvimento econômico e o rápido processo de urbanização não propiciaram uma drástica redução da miséria social no nosso País, ao contrário do que ocorreu nos países ditos de primeiro mundo, seria preciso examinar não só os impactos do padrão de industrialização e da modernização agrícola, mas também do perfil de intervenção do Estado e das políticas sociais - elementos condicionantes da situação de pobreza existente no Brasil. Evidentemente, este estudo não pretende dar conta desta tarefa.

Mas, para entender o desdobramento e as mudanças da questão social - e mais especificamente, da problemática da pobreza - na maior metrópole do País, é preciso repassar rapidamente a atuação daqueles condicionantes. Em outras palavras, não é possível compreender o que vem ocorrendo em termos de reprodução da miséria na Grande São Paulo sem situá-la num contexto mais geral.

A questão da pobreza

No contexto latino-americano, desde a criação da CEPAL na segunda metade da década de 40, a pobreza tem sido percebida como produto de desequilíbrios estruturais inerentes ao modelo de desenvolvimento característico desses países, cuja origem reporta à própria inserção das economias nativas na divisão internacional do trabalho.¹

Antes da consolidação e maturação do processo de industrialização brasileira, a limitada capacidade de incorporação de mão-de-obra na parte moderna da economia - característica do modelo de crescimento primário-exportador - implicava na condenação da maioria da população a precárias condições de vida. A partir da década de 50, o debate em torno do desenvolvimento nacional colocou em evidência alguns obstáculos estruturais que estariam impedindo a eliminação das marcas vergonhosas do atraso econômico e social, como por exemplo a manutenção da estrutura agrária. Mas, os traços do atraso nunca foram empecilho real para o avanço da industrialização, como ficou provado com o Plano de Metas.

Na década de 60, com a crise econômica e a "Revolução de 64", o debate em torno dos obstáculos estruturais ganhou novo fôlego. Entretanto, após um período de saneamento forçado da economia, um novo ciclo de expansão capitalista veio ampliar e modernizar a estrutura produtiva brasileira, mesmo sem que as velhas estruturas políticas fossem abaladas. Assim, no bojo do "milagre econômico" do início dos anos 70 (e graças às peculiaridades do padrão de produção e apropriação da riqueza), aprofundou-se a concentração da renda e aumentaram as desigualdades sociais no País. Na verdade, embora a miséria do povo brasileiro

¹ Veja, por exemplo, de RAUL PREBISCH - *Crítica ao capitalismo periférico*, in *Revista de la CEPAL*, 1º semestre de 1976; e de ANTONIO PINTO - *Notas sobre o estilo de desarrollo en América Latina*, na mesma publicação.

fosse produto do subdesenvolvimento, enganavam-se aqueles que supunham que qualquer estilo de desenvolvimento econômico poderia fazê-la desaparecer.

Não há dúvidas de que as distorções do modelo de desenvolvimento ajudam a explicar em grande medida a exclusão social e o baixíssimo padrão de consumo de grande parte da população. Mas, também é certo que as razões da miséria de países como o Brasil não podem ser atribuídas apenas a esses fatores.² Sabemos hoje que uma mesma estrutura produtiva pode dar suporte a distintos perfis de renda e mesmo a diferentes padrões de acumulação de capital. Assim, a compreensão dos determinantes da pobreza contemporânea requer uma investigação da nossa herança histórica, do jogo de forças travado entre os diversos setores sociais, assim como da forma e direção da intervenção estatal sobre a economia e a sociedade, sem o que é difícil perceber os mecanismos concretos que levaram à prevalência de determinado perfil de distribuição de renda e de consumo. Entretanto, tal tarefa está além dos limites deste estudo. Tentaremos, tão somente, resgatar alguns elementos que têm ajudado a penetrar neste terreno árido das ciências econômicas e sociais.

Como sabemos, naqueles países latino-americanos que se industrializaram, a constituição tardia das forças produtivas e o desenvolvimento truncado das relações capitalistas significaram uma nova mas igualmente subordinada forma de inserção na economia mundial. A superação do modelo primário-exportador não implicou a inoperância dos mecanismos de reprodução da miséria dessas populações. Ao contrário, foi compatível com a manutenção das velhas estruturas de poder e dominação, e com a perpetuação do atraso em meio à modernidade. É claro que essa "modernização conservadora" - usando uma expressão

² Veja o ensaio de MARTA DE CONCEIÇÃO TAVARES - *Problemas de industrialización avanzada en capitalismo tardío y periférico*, México, Centro de Investigación y Docencia Económicas, 1981.

correntemente utilizada por FLORESTAN FERNANDES ³ - afetou diretamente a constituição das novas relações sociais e se traduziu numa estrutura sócio-econômica marcada por contradições e qualificações restritivas de toda sorte.

No que se refere ao caso brasileiro, a compreensão dos determinantes gerais da miséria do nosso povo exige uma investigação do processo de desenvolvimento capitalista no campo e nas cidades, que permitiu a convivência das mais diversas formas de acumulação de capital, sempre baseadas na exploração exacerbada dos trabalhadores e no apoio e proteção incondicionais do Estado.

Contudo, é necessário insistir que as razões da exclusão social não podem ser deduzidas diretamente da estrutura produtiva. Segundo CARLOS ALONSO BARBOSA DE OLIVEIRA e WILNÊS HENRIQUE,⁴ nos países centrais, onde houve elevação do padrão de vida das massas, esta foi garantida pela generalização dos sindicatos e pelos gastos sociais do Estado, tendo o dinamismo econômico dos "anos dourados" se constituído em condição necessária, mas não suficiente, para o encaminhamento da questão social. No Brasil, em contraste, a intensa expansão econômica do período 1950-1980 produziu um sério descompasso entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e o padrão de consumo de grande parte da população, em grande medida graças à debilidade do movimento sindical e às distorções da atuação pública na área social.

Partindo desta constatação, os autores sugerem que devem ser examinados com atenção a maneira como se desdobrou a questão agrária, de um lado, e a especificidade da constituição e crescimento do mercado de trabalho urbano, de outro, pois estes dois processos afetaram diretamente as condições de vida da população.

³ Cf. FERNANDES, F. - *A revolução burguesa no Brasil*, 1975.

⁴ OLIVEIRA, C. A. B. de & HENRIQUE, W. - *Os determinantes da pobreza no Brasil: um roteiro de estudo*, in: *São Paulo em Perspectiva*, v. 4, nº 2, 1990

O processo de modernização agrícola (que aumentou a produtividade do trabalho), combinado com a manutenção das formas de dominação arcaicas (baseadas na antiga estrutura fundiária e na super-exploração das massas rurais), são os principais responsáveis pela persistência da miséria no campo e pelo espantoso êxodo rural. Assim, apesar do dinamismo na geração de novos empregos, próprio da industrialização, a intensidade do fenômeno migratório significou um "excedente" populacional que não pôde ser absorvido pelo núcleo capitalista dos mercados de trabalho urbanos.

Quanto ao formidável crescimento dos mercados urbanos de trabalho, deve-se considerar que as transformações qualitativas da estrutura produtiva implicaram uma progressiva reordenação da composição setorial do emprego. Ao mesmo tempo, a oferta crescente de mão-de-obra e o baixo nível de qualificação exigido permitiram uma alta rotatividade nos postos de trabalho. A velocidade das transformações e a intensidade na geração e diversificação dos postos de trabalho provocaram constantes mudanças nas estruturas de renda e emprego, enquanto multiplicavam-se as oportunidades ocupacionais. Frise-se que, em razão da debilidade da organização sindical e das políticas de arrocho salarial dos governos militares, a maioria dos rendimentos do trabalho foi mantida em níveis relativamente baixos. Não deveria surpreender, desse modo, o fato de predominarem no universo da pobreza urbana tanto os trabalhadores assalariados (muitos sistematicamente privados de qualquer direito trabalhista), como os ocupados por conta-própria do chamado "setor informal" da economia.

Além disso, devemos considerar que durante várias décadas as políticas sociais (educação, saúde, habitação, seguridade etc.) restringiram-se a pequenas parcelas da população, obedecendo a propósitos eleitoreiros ou a lógicas comerciais. A herança populista e a fragilidade da

democracia brasileira transformaram a atuação pública no campo social numa colcha de retalhos, em geral desprovida de continuidade ou de critérios compensatórios de caráter universal.⁵ Na verdade, enquanto houve prosperidade econômica, foi mais fácil ao Estado eximir-se de cumprir seu papel redistributivo, pois ficava ao encargo do mercado realizar tal tarefa. Mas, como as leis do mercado não são regidas por princípios éticos, abriu-se um grande leque de remunerações do trabalho (e de acesso aos bens e serviços produzidos), o que acarretou uma maior diferenciação no interior da nossa sociedade.

Vista do ponto de vista da dinâmica social, portanto, a reprodução da pobreza e da exclusão pode ser considerada a contra-face de um fenômeno recente: a ascensão social de amplos segmentos da sociedade, baseada na capacidade individual de inserção no mercado de trabalho e na mobilidade dentro da estrutura ocupacional (tanto inter como intrageracional). Segundo CARLOS ALONSO E WILNÊS HENRIQUE, foi esse fenômeno que viabilizou, política e socialmente, aquele estilo excludente de desenvolvimento:

"...o rápido crescimento econômico do pós-guerra se, por um lado, produziu esse descompasso entre a capacidade de produção de riqueza material e a miséria das massas, por outro, foi condição para a melhoria nos padrões de consumo de expressivas parcelas da população. O rápido crescimento econômico e a consequente alteração da estrutura social tornaram possível a ascensão social de parcelas da população e, juntamente com outros fatores, pautou um comportamento social baseado na concorrência individual. Dessa forma, arrefeceram-se as tensões sociais, pois ao mesmo tempo que o processo de crescimento econômico era excludente, abria caminho para a melhoria das condições de vida de parte da população."⁶

⁵ Uma visão panorâmica do desenvolvimento social brasileiro pode ser encontrada no ensaio de SÔNJA M. DRAIDE - *O Welfare State no Brasil: características e perspectivas* - Águas de São Pedro, ANPOCS, 1986.

⁶ OLIVEIRA & HENRIQUE, *op. cit.*, p. 27.

Porém, não é fácil entender como pode ter ocorrido uma intensa mobilidade social no Brasil, nas décadas de 60 e 70, e ao mesmo tempo ter aumentado a concentração da renda pessoal. O fato é que as mesmas transformações estruturais responsáveis pela grande mobilidade social não significaram uma maior homogeneização e equidade sociais, como verificou-se na experiência dos países desenvolvidos.⁷ Em busca de uma explicação para essa questão central, e utilizando a mobilidade ocupacional como *proxy* do *status* social, JOSÉ PASTORE e MANOEL CABRAL DE CASTRO chegaram à seguinte conclusão:

"Existe, pues, una aguda segmentación entre la mayoría, que asciende poco, y la minoría, que obtiene avances sustanciales. Este es el mecanismo básico que transforma la movilidad social en mecanismo de generación de las desigualdades. La peculiaridad de Brasil reside en que, al revés de lo que sucede en las sociedades económicamente estancadas, en las que las diferencias son fruto del inmovilismo, aquí es el proceso de transformación social, inducido por el estilo que asume el desarrollo económico, el que mantiene las desigualdades. En tal sentido, la movilidad constituye la vía que nos permite comprender la forma en que el proceso de desarrollo va asignando diferencialmente los individuos en la estructura productiva de la sociedad, capacitándolos también diferencialmente para que aprovechen la ventaja generada por la expansión económica. Sin duda, este análisis ha dejado en evidencia que el desarrollo de Brasil no se sintetiza exclusivamente en una situación de todo para unos pocos, y nada para la gran mayoría. En efecto, es posible comprobar que segmentos considerables de los trabajadores brasileños han conseguido avanzar socialmente. Entretanto, el examen analítico deja de manifiesto inequívocamente que tal avance es pequeño en relación a las inconmensurables ganancias sociales y económicas logradas por la minoría. No existe, pues, ninguna incongruencia entre los resultados de los estudios de distribución del ingreso y los que se concentran en la movilidad social."⁸

⁷ Sobre a experiência dos países desenvolvidos, veja a tese de doutoramento de MARCIO POCHMANN - *Políticas de trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança*. Campinas, IE/UNICAMP, 1994.

⁸ PASTORE, J. & CASTRO, K. C. - *Cambios ocupacionales, movilidad y desigualdad social en Brasil*. In: PREALC - *Movilidad ocupacional y mercados de trabajo*, 1983, p. 116.

Sintetizando, para que possamos compreender as razões da perpetuação da pobreza e as suas novas manifestações na sociedade brasileira, é necessário perceber nas principais mudanças estruturais, seja na esfera produtiva, seja na organização da vida social, os elementos explicativos da dinâmica de reprodução dessa problemática.

Mas, como se não bastasse, os anos 80 vieram trazer novos elementos à problemática da pobreza brasileira. A crise econômica, a transição política, a desaceleração no crescimento demográfico dos grandes centros urbanos, a imobilização do Estado - tudo contribuiu para que se alterasse o debate em torno da erradicação da miséria no País. Não tínhamos conseguido sequer equacionar as velhas formas da pobreza rural e urbana, e a elas vieram se somar novas formas de exclusão e de precariedade, principalmente no meio metropolitano. Exemplos disto foram o surgimento do desemprego e a precarização das condições de trabalho, que caracterizam particularmente as maiores metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro.

Nesta dissertação, pretendemos concentrar nossa atenção sobre o que vem ocorrendo com a pobreza na Região Metropolitana de São Paulo, que é, ao mesmo tempo, o maior centro econômico do País e o maior aglomerado de carências urbanas, dada a dimensão absoluta de sua população. Se existe uma região no Brasil onde houve todas as condições materiais para a erradicação da miséria, essa região foi a Grande São Paulo. Compreender as razões que impediram que isso tivesse ocorrido é um passo anterior à investigação de como a crise econômica dos 80 afetou as condições de vida da população e a reprodução da pobreza em São Paulo.

Estudos sobre a pobreza em São Paulo

Antes de nos empenharmos em tal tarefa, porém, é interessante que tenhamos uma idéia de como esta problemática tem sido tratada pelos pesquisadores sociais. Sem pretender realizar uma ampla revisão bibliográfica do que já se escreveu sobre as condições de vida e a pobreza em São Paulo, mas sim recorrendo a alguns dos principais estudos realizados durante os últimos vinte anos, a finalidade desta seção é mostrar como esta problemática foi suscitando diferentes e complementares abordagens.

Em meados da década de 70, logo após o período do "milagre", um importante estudo foi realizado por pesquisadores do CEBRAP a pedido da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. O livro *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* denunciava o caráter excludente do processo de acumulação no maior polo industrial do País - polo que se tornara hegemônico no cenário nacional -, assim como a debilidade dos mecanismos de participação política das massas populares. Mostrava a regressividade do perfil de distribuição da renda peculiar àquele modelo de crescimento, e enumerava as carências de moradia, transporte, saúde e nutrição vividas pelas populações de baixa renda. Revelava, enfim, a lógica privada capitalista que estava por detrás da expansão caótica do meio urbano e de suas mazelas, colocando ênfase na instável situação da classe trabalhadora e na condição restrita do exercício da cidadania.

Apesar de faltarem informações mais precisas sobre a dimensão dos problemas apontados e as suas nuances, o livro serviu como um grito de alerta diante de uma realidade social que já não podia ser negada, e colocou em discussão a necessidade de repensar as diretrizes daquele crescimento urbano:

"São Paulo é a cidade que mais cresce na América Latina", diziam os anúncios nos bondes de

antigamente. 'É preciso parar o crescimento de São Paulo', proclamaram mais recentemente jornais e governantes. Os estudos e ensaios acadêmicos sobre a cidade (...) costumam também oscilar entre o entusiasmo por seu crescimento e a preocupação por suas mazelas: São Paulo é, ao mesmo tempo, a cidade síntese do Brasil moderno e o ponto em que se concentram os diversos problemas sociais."⁹

Por outro lado, a busca de um melhor entendimento do modo de vida das populações pobres e da forma como são enfrentados os seus problemas cotidianos motivou estudos de cunho mais antropológico. Entre eles, destaca-se a tese de mestrado de TEREZA PIRES DO RIO CALDEIRA,¹⁰ cujo objetivo central é fornecer uma "descrição densa" sobre os moradores da periferia e a sua relação com os movimentos sociais. Tendo vivido entre 1979 e 1980 com os moradores de uma vila de São Miguel Paulista, bairro da Zona Leste de São Paulo, a autora pôde enfocar tanto as carências urbanas e as precárias condições de vida, que homogeneizam a sua experiência cotidiana, como as estratégias de sobrevivência e o mundo do trabalho, que os diferenciam, além das várias maneiras que possuem de compartilhar essas experiências.

Importa aqui destacar que as condições de vida a que se submetem estes moradores da periferia foram marcadas pela forma como surgiu o bairro e como foi se desenvolvendo a vila. Dentro da expansão urbana do Município, São Miguel constitui-se inicialmente como uma solução habitacional mais barata para a população trabalhadora. O Jardim das Camélias, surgido de um loteamento clandestino, tornou-se uma vila como tantas outras da região, desprovida dos serviços e equipamentos urbanos mais básicos. Não há dúvida de que o processo de urbanização acabou segregando os moradores da Cidade, de forma que a população trabalhadora mais pobre e carente ficou abandonada na periferia do Município:

⁹ GRANT, V., KONARICK, L. et al. - *São Paulo 1979: crescimento e pobreza*. (Retirado da orelha do livro.)

¹⁰ CALDEIRA, T.P. do R. - *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam da polícia e das polícias*, 1984.

"(...) o processo de segregação espacial não se esgota em si mesmo, mas tem efeito cumulativo. Forma-se um círculo vicioso do qual fazem parte, por um lado, a ausência de equipamentos básicos de infra-estrutura e de serviços públicos no bairro e, por outro, as características da vida e do trabalho de seus moradores. Todos os elementos que entram no circuito acabam reforçando-se mutuamente no sentido de agravar as condições de vida dos trabalhadores mais pobres da cidade. Assim, se para sobreviver eles são obrigados a estender sua jornada de trabalho, a colocar seus filhos menores na força de trabalho, a viver em habitações precárias e a morar em São Miguel, o fato de aí viverem repercute sobre suas condições de vida - aumento do tempo de transporte, condições precárias de saneamento, dificuldade para obtenção de serviços, etc -, deteriorando-as progressivamente. Em suma, a cidade está estruturada de uma maneira tal que destina aos trabalhadores de baixa renda não apenas o pior espaço, mas a pior qualidade de vida."¹¹

Se é verdade que a acumulação da riqueza material trouxe para São Paulo um enorme contingente de famílias pobres, atraídas pela expectativa de melhoria de vida, para a maioria dessas famílias a sonhada (e geralmente lenta) ascensão social contrastava com a velocidade do progresso material da Cidade. Da perspectiva individual/familiar, a convivência com precárias condições de vida poderia ser considerada uma situação transitória, mas, do ponto de vista da reprodução urbana, a pobreza metropolitana constituía um sério problema estrutural. Entretanto, enquanto houve crescimento econômico, de uma forma ou de outra, todos os setores sociais puderam beneficiar-se dos efeitos do progresso material, e isso ajudou a atenuar as tensões sociais provocadas pela crescente polarização social.¹²

¹¹ SALZEIRA, T.P. de R., *op. cit.*, p. 64.

¹² Isto não significa dizer que a mobilidade social, por si só, tenha sido um anestésico para a insatisfação e as reivindicações da sociedade. Segundo JOSÉ PASTORE, "é enganoso pensar que uma alta taxa de ascensão social possa diminuir a insatisfação presente (...) A mobilidade é um processo progressivo de geração de satisfações e insatisfações." Cf. PASTORE, J. - *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*, 1977, pp. 10, e 176. Mas, é claro, existem muitas formas de controle social...

No início dos anos 80, porém, o País foi duramente atingido por uma forte crise econômica, que entre outras coisas pôs fim às possibilidades de ascensão social de camadas importantes da sociedade, especialmente nas áreas mais desenvolvidas. Ao mesmo tempo, surgiram preocupações com relação ao modo como as populações mais carentes destas áreas estavam sendo afetadas pela nova conjuntura econômica.

Neste contexto, foi realizado pelo CEDEC outro importante estudo,¹² com o objetivo de avaliar os impactos da recessão econômica sobre as condições de vida e trabalho da população paulistana, assim como de investigar suas estratégias visando garantir a própria sobrevivência.

Partindo da análise de como a recessão rebateu sobre o mercado de trabalho, elevando os níveis de desemprego e aumentando a rotatividade nos postos de trabalho, o estudo mostrou que existem diferentes graus de vulnerabilidade familiar diante da desestruturação do mundo do trabalho. Também elucidou como as possibilidades de arranjos familiares e as estratégias de sobrevivência são condicionadas por fatores endógenos ao núcleo familiar (tamanho, estrutura etária, razão de dependência, sexo do chefe etc.), e como essas características permitem estabelecer uma certa "tipologia familiar". Comprovou-se, por exemplo, que as possibilidades de escapar da pauperização são distintas nos diferentes momentos do ciclo de vida das famílias, de modo que casais jovens com filhos pequenos enfrentam maiores dificuldades, em geral, que famílias onde o chefe tem mais de 40 anos e os filhos já têm idade para ajudar no orçamento familiar. Mostrou ainda que o processo de obtenção da casa própria - esforço que consome grande parte do ciclo de vida das famílias de baixa renda - é interrompido no momento mais agudo da crise econômica,

¹² CEDEC - *Estado e condição de vida: uma análise das desigualdades sociais na região metropolitana de São Paulo*, maio, 1986.

ameaçando a própria meta de sucesso social ou de segurança econômica desses indivíduos.

Além disso, o estudo destacou-se por qualificar as desiguais condições de vida na Grande São Paulo e contribuir para a compreensão do significado da exclusão social:

"Mais do que uma situação econômica, a precariedade e instabilidade dos modos de vida e trabalho qualificam-se portanto como uma situação social, cultural e também política, que determina muitas das impossibilidades dessas famílias superarem as condições em que vivem. É conhecida a segregação, estigmatização e criminalização que sofrem todos aqueles que parecem escapar a um padrão instituído de reconhecimento social: os desempregados, os subempregados, os que vivem do trabalho irregular, as crianças e jovens que fazem da rua seu principal espaço de trabalho, bem como os favelados e todos aqueles que trazem em seus corpos os traços visíveis da sua própria pobreza."¹⁴

Seguindo a tradição do pensamento crítico em relação à sociedade de classes no Brasil, ao longo dos anos 80 foram surgindo vários ensaios sobre a realidade social das classes populares em São Paulo. O livro *As lutas sociais e a cidade*, organizado por LÚCIO KOWARICK, reuniu muitos desses ensaios e é exemplar no sentido de sintetizar a preocupação em relação à compreensão dos movimentos sociais.

Estes ensaios puseram em foco a diversidade de experiências que constituem aquela realidade, procurando superar o determinismo da estrutura macroeconômica sobre as manifestações das lutas que ocorrem cotidianamente no contexto urbano. Baseado na confrontação das precariedades sociais com as chamadas lutas operárias, o livro ajuda a refletir sobre a ligação entre as reivindicações do mundo do trabalho com aquelas que dizem respeito às melhorias urbanas, ou seja, sobre as conexões entre a "exploração do trabalho" e a "espoliação urbana". Nas palavras de KOWARICK:

¹⁴ CEDEC, op. cit., p. 396.

"Além da importância de resgatar as características das lutas sociais na história da cidade, estes estudos mostram que cada período apresenta *contradições novas e específicas* e ajudam a melhor entender o que há de novidade na atualidade das cidades e nas lutas sindicais e populares que nelas ocorrem. Retomando o que já foi dito em outro lugar: não se trata apenas de problemas antigos que se agravaram, numa espécie de reedição ampliada do passado. A novidade das contradições urbanas do presente reside não só nas crescentes necessidades da economia monopólica que requerem do Estado vultuosos e variados investimentos mas, sobretudo, decorre das transformações que o tornaram alvo direto dos conflitos, fazendo com que as reivindicações, ao se canalizarem para os centros decisórios do poder, adquiram um conteúdo político que, em épocas anteriores, apresentavam peso e significação diversa (...)"¹³

Numa outra direção, encontramos o estudo de JUARES BRANDÃO LOPES e ANDRÉA GOTTSCHALK,¹⁴ que procurou avaliar os impactos da crise econômica dos anos 80 sobre as diferentes situações de pobreza das famílias metropolitanas, utilizando para tal uma tipologia familiar semelhante à do estudo do CEDEC. Tendo adotado o valor do salário mínimo à época da PNAD de 1981 - mantido o seu poder de compra para os demais anos da década - como um procedimento válido para estabelecer a linha de pobreza, este estudo demonstrou que os efeitos das flutuações econômicas foram diferenciados sobre as famílias com distintas configurações, e que a participação dos membros no mercado de trabalho também varia nos diferentes tipos de famílias e em distintas situações de pobreza, ajudando a explicar aquela heterogeneidade. Nas palavras dos próprios autores:

"(...) famílias em diferentes fases do ciclo familiar e em diferentes níveis de pobreza ou miséria apresentam maior ou menor vulnerabilidade à conjuntura (as famílias muito pobres, as

¹³ KOWARICK, L. (org.) - *As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente*, CEDEC/UNRISD, 1976, pp. 25-6; itálicos do autor.

¹⁴ LOPES, J.B. & GOTTSCHALK, A. - *Necessário, pobreza e família. A década pior do que perdida*, 10: São Paulo: *Perseus*, v. 4, n. 1, 1976.

chefiadas por homens, em particular as muito jovens com filhos, parecem ser especialmente sensíveis à recessão e à recuperação econômicas). Nem sempre são as famílias em pior situação que apresentam essa sensibilidade: as famílias quebradas pobres, chefiadas por mulheres, estão numa situação econômica "estavelmente" má (proporções altas, qualquer que seja o momento da conjuntura), se comparadas com a das famílias pobres equivalentes no ciclo familiar que possuem o chefe masculino presente.

Examinando-se como famílias pobres de diferentes configurações e de níveis de pobreza ou miséria diversos se inserem no mercado de trabalho, percebemos diferenças sensíveis, de grau e de qualidade (...).

Esses fatos sugerem explicações, no sentido de que há diferenças básicas nos conjuntos de empregos (com os respectivos rendimentos que propiciam) que são acessíveis a diferentes tipos de famílias pobres (...) e que são estas diferenças no mercado, esta *segmentação do mercado de trabalho*, com as suas características específicas, que explicam a vulnerabilidade diferencial dos diversos tipos de famílias pobres e miseráveis à recessão ou de modo geral à conjuntura"¹⁷

Mas, apesar dos vários avanços em relação à compreensão da problemática da pobreza e das influências da conjuntura econômica sobre ela, o dimensionamento das principais carências sociais e a definição dos critérios para identificação das populações pobres continuaram sendo objeto de muita controvérsia. Isto se deve à natureza complexa e heterogênea do problema e às insuficiências dos próprios aparatos conceituais e metodológicos geralmente utilizados, que ainda não foram capazes de fornecer os instrumentos analíticos adequados à mensuração mais rigorosa do fenômeno. E não se deve esquecer de mencionar a falta de uma base de informações perfeitamente ajustada a este tipo de pesquisa.

Com o intuito de suprir tal deficiência, a Fundação SEADE realizou recentemente um estudo bastante detalhado sobre a situação social na metrópole paulista - a

¹⁷ LOPES, J.B. & GOTSCHALK, A., *op. cit.*, p. 108, itálicas dos autores.

Pesquisa de Condições de Vida na Região Metropolitana de São Paulo. Para tanto, levou-se a campo uma pesquisa de grande envergadura, com uma abordagem multissetorial da pobreza. Partindo da constatação de que a pobreza possui múltiplas facetas e determinações de ordem tanto estrutural quanto conjuntural, que interagem entre si, a proposta metodológica da PCV procurou associar medidas diretas e indiretas das condições de vida, para estabelecer grupos populacionais relativamente homogêneos em relação às dimensões investigadas.

Entre os vários méritos deste estudo, destaque-se a demonstração de que um indicador de uma determinada condição sócio-econômica (renda, emprego, habitação, saúde, educação etc) não é capaz, isoladamente, de medir a pobreza ou de exprimir o grau de carências sociais vividas por um segmento populacional. Em outras palavras, embora exista uma certa sobreposição de necessidades básicas insatisfeitas, nenhum indicador sintético (nem mesmo a renda familiar) consegue dimensionar corretamente a incidência das carências sociais, e muito menos expressar as diferentes combinações de carências que caracterizam a vida daquelas famílias.

Cabe mencionar que a PCV apontou a existência, em 1990, de 11,3% das famílias metropolitanas com carência simultânea em moradia, instrução, emprego e renda, podendo ser consideradas em situação de miséria absoluta. Por outro lado, apenas 20,5% das famílias encontravam-se em condição adequada nestes quatro quesitos. Cerca de dois terços das famílias, portanto, encontravam-se numa situação sócio-econômica intermediária, com distintos graus de carência.

É evidente que a superação dos problemas sociais passa, obrigatoriamente, pela capacidade de estabelecer estratégias de combate à pobreza corretamente sintonizadas com a realidade social. O refinamento dos instrumentos de mensuração das condições de vida aponta nesta direção:

"Foram identificados quatro grupos homogêneos de famílias, que permitiram a elaboração de um mapa da situação sócio-econômica regional. Ao fazê-lo, demonstra-se, de um lado, a necessidade de recorrer a formas de mensuração da pobreza capazes de expressar a heterogeneidade das condições de vida e, portanto, a diversidade de carências existentes. De outro, explicita-se que a utilização simultânea de diferentes indicadores pode ser um instrumento fundamental para repensar as categorias sociológicas e econômicas que orientam a elaboração de políticas sociais, por permitir uma definição mais precisa das necessidades do público-alvo de cada uma delas."¹⁰

Como se pode notar, nos últimos vinte anos avançou-se muito em relação à compreensão do modo de vida e das características básicas das populações ditas pobres. Têm-se conseguido, embora de forma dispersa, identificar os principais mecanismos responsáveis pela existência de um grande contingente de pessoas e famílias cujas condições de vida, sob os mais diferentes pontos de vista, estão muito aquém do padrão médio de vida prevalecente na nossa sociedade e dos padrões mínimos de cidadania, historicamente constituídos.

E, o que é mais importante, fica claro que a pobreza deve ser pensada dinamicamente. Ou seja, se entendemos a pobreza como um produto do desenvolvimento econômico e político de uma sociedade, é esperado que à medida que essa sociedade vá evoluindo a pobreza de sua gente também se modifique. E é esta visão da mudança, do processo histórico que determina a metamorfose dos problemas urbanos e dos agentes sociais, assim como das próprias possibilidades de redução dos gritantes contrastes sociais, que deve ser buscada e enfatizada.

¹⁰ SEAM: - *Pesquisa de Condições de vida na Região Metropolitana de São Paulo, "Principais Resultados"*. São Paulo, 1992, pp. 3-4

Do que trata esta dissertação

Como vimos, os estudos sobre a pobreza em São Paulo têm sido recorrentes nas últimas décadas, em função da importância e dimensão social do problema. Evidentemente, cada investigação parte de um referencial teórico próprio e tenta responder a indagações particulares, contribuindo para enriquecer o entendimento de quem são, de como vivem e de como se reproduzem "os pobres" no maior polo econômico do País. Seria mesmo absurdo pretender que um só estudo pudesse dar conta das diferentes nuances da questão, não apenas por tratar-se de uma questão complexamente manifestada, mas também por ser um fenômeno historicamente determinado, o qual está sempre ganhando novas feições e colocando novos desafios.

Nesta dissertação, a pobreza metropolitana será investigada a partir de uma ótica estruturalista, quer dizer, estaremos preocupados em rever os mecanismos estruturais responsáveis pela persistência da exclusão social na metrópole mais rica do País, e em especial, com a forma como a crise do padrão de desenvolvimento econômico afetou a sua dinâmica social, ao longo da década de 80.

A nossa investigação será pautada numa base de informações específica: os questionários domiciliares aplicados pela Fundação IBGE (o Censo Demográfico de 1980 e as PNADs da década de 80). Isto condiciona, por suposto, nosso conceito de pobreza e o método para mensurá-la.¹⁹ Entretanto, não nos limitaremos em quantificar o problema. Nosso interesse maior será o de perceber como a crise econômica afetou a situação social da Metrópole, e em particular a problemática da pobreza metropolitana.

Para que nossa análise possa fornecer elementos para uma clara compreensão da relação entre a dinâmica

¹⁹ Veja o Apêndice Metodológico.

econômica e a situação social, e para que possamos avaliar melhor como se desdobrou a questão da pobreza metropolitana na década de 80, deveremos primeiramente rever o movimento de expansão econômica e de constituição daquele complexo urbano, movimento este que condicionou em grande medida a estruturação social na Grande São Paulo.²⁰

Uma vez que tenhamos apreendido as características básicas do processo de constituição da Metrópole e os seus gritantes contrastes sociais, teremos condições de examinar a natureza da crise e a extensão dos seus impactos sobre a dinâmica econômica da região. Só então estaremos aptos a investigar o que ocorreu com as famílias metropolitanas durante a década de 80, e em especial verificar se a crise alterou a manifestação das situações de pobreza.

Portanto, iniciaremos nosso estudo (capítulo 1) avaliando sinteticamente o desenvolvimento metropolitano até 1980 e a situação social ao final de um longo período de rápido e intenso crescimento. Em seguida, mostraremos a extensão e as repercussões da crise econômica na Grande São Paulo (capítulo 2), colocando ênfase nos seus impactos sobre a estrutura produtiva, o mercado de trabalho e as demandas sociais. Poderemos então analisar detalhadamente as modificações na situação social da Metrópole entre o início e o final da década (capítulo 3), procurando entender o que ocorreu com a pobreza neste período de grande instabilidade econômica. Finalmente, procuraremos interpretar a evolução da problemática da pobreza metropolitana em seu conjunto (capítulo 4), sintetizando as principais conclusões de nosso estudo.

²⁰ Essa necessidade foi bem colocada por HILTON SANTOS: "Trata-se do entendimento de um sistema, o que supõe sua historicidade, da qual lhe advém sua singularidade. Para isso, a própria cidade, como materialidade, tem de ser colocada na frente da cena, porque ela se impõe aos demais figurantes como uma estrutura de enquadramento - isto é, um dado dinâmico -, sem o qual, de nosso ponto de vista, a própria vida social dificilmente pode ser entendida." SANTOS, H. - *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*, 1990, pp. 10-11.

Capítulo I

Desenvolvimento e desigualdade na RMSF

O município de São Paulo vinha crescendo rapidamente desde o final do século passado graças à pujança da economia paulista. Entretanto, após a 2ª Guerra Mundial a expansão da Capital superou, em termos absolutos, todo o crescimento anterior. Do ponto de vista demográfico, a população paulistana passou de 240 mil habitantes em 1900 para 580 mil em 1920, alcançando 1.320 mil em 1940. Posteriormente, a população do município saltou para 3,7 milhões de pessoas em 1960, e depois para cerca de 8,5 milhões em 1980.¹

Evidentemente, esse elevado ritmo de crescimento demográfico não se baseava simplesmente no crescimento vegetativo da população, mas principalmente no forte afluxo de migrantes,² das mais diversas origens, vindos em busca da ascensão social prometida pelo progresso material da cidade.

Neste capítulo veremos, em seus traços gerais, como se deu a rápida expansão urbana de São Paulo até 1980, e como o processo de metropolização esteve associado aos desdobramentos da industrialização da Cidade e de suas cercanias. Também procuraremos avaliar os resultados desse processo, em termos das disparidades entre o estuendo desenvolvimento econômico e o insatisfatório desenvolvimento social, comparando a situação sócio-econômica da Grande São Paulo com a de outras metrópoles brasileiras e, posteriormente, examinando as desigualdades sociais que aquele crescimento desequilibrado acabou reafirmando e potencializando.

¹ O lento crescimento demográfico na década de 60 será analisado mais detidamente no próximo capítulo.

² Sobre o papel da migração no crescimento populacional do Município e para uma discussão a respeito dos determinantes e dos efeitos da dinâmica demográfica em São Paulo, veja-se o estudo de NEIRE LOPES PATARRA e ROSANA BAENINGER - *São Paulo: povo/povoante/povo e gente*, Textos NEPO 15, 1988.

1.1. *Expansão urbana e industrialização*

No início do século, São Paulo era uma cidade concentrada espacialmente, a sua população ocupava de maneira desordenada um pequeno espaço e as diferentes classes sociais se avizinham, já que as áreas comerciais, industriais e residenciais estavam interpenetradas. Nas décadas de 20 e 30 intensificou-se a abertura de loteamentos em bairros distantes do centro, mas a falta de meios de transporte fazia com que a dispersão demográfica fosse ainda lenta. Somente a partir da década de 40 é que se consolidou um novo padrão de urbanização: o *padrão periférico de crescimento urbano*,² que ajudou a criar uma cidade dispersa e segregada, com zonas claramente destinadas às instalações industriais, às residências burguesas e às populações de baixa renda, além do centro comercial. Ao mesmo tempo, a porção do município já urbanizada conheceu uma acentuada compactação, inclusive com a intensificação do crescimento vertical e do adensamento populacional.

Por outro lado, o intenso dinamismo urbano da Capital irradiou-se para outros núcleos urbanos nos arredores do município, e aos poucos foi-se constituindo uma rede de relações cada vez mais complexa entre a Capital e esses núcleos. Contribuiu muito, nesse sentido, o florescimento do transporte rodoviário, que passou a ser o principal agente da integração entre a área central da Capital, a sua periferia e os núcleos vizinhos. De fato, em sua expansão a Cidade foi literalmente anexando os municípios periféricos, e a consolidação de um conjunto de relações econômicas entre o núcleo e a periferia foi aos

² Vários fatores concorreram para a explosão do crescimento da periferia urbana a partir dos anos 40, entre os quais destacam-se a insuficiência de oferta de domicílios nas áreas centrais (dado o rápido crescimento demográfico e o congelamento dos preços dos aluguéis) e as novas linhas de ônibus urbano, que permitiam uma maior mobilidade espacial. Uma análise completa das etapas e dos determinantes do processo de urbanização da capital paulista pode ser encontrada em MÓRIA DE FÁTIMA I. ARAÚJO - *Os anos últimos na história da cidade e a formação da Grande São Paulo*, in: *Coleção São Paulo no limiar do século XXI*, vol. 6, 1992.

poucos imprimindo uma dinâmica metropolitana à região.⁴ Não surpreende que a pequena mancha urbana, que abrangia cerca de 130 Km² em 1930, tenha se transformado numa rede urbana integrada de aproximadamente 1.370 Km² em 1980, fruto do padrão periférico de expansão da Capital - padrão esse que foi potencializado, difundido e moldado pelo processo de industrialização da região.

Porém, devemos compreender que até meados da década de 50 não se pode considerar que o conjunto de relações sócio-econômicas entre a Capital e suas cercanias constituísse um complexo metropolitano.⁵ Não se tinha avançado suficientemente na diferenciação da divisão intra-regional do trabalho, nem se havia organizado um mercado de trabalho altamente diferenciado e capaz de aglutinar um imenso contingente de trabalhadores, nem a integração regional dos mercados de bens e serviços havia atingido um estágio metropolitano. Por outro lado, ainda não haviam sido difundidos os padrões de consumo e o perfil de demandas sociais característicos de uma sociedade de massas, nem se tinha gerado problemas supra-municipais de administração dos recursos naturais.

Isso só viria a acontecer quando o capitalismo brasileiro conseguiu transpor suas limitações técnicas e financeiras, e foi capaz de propiciar uma dinâmica de acumulação auto-sustentada, a ponto de gerar um complexo industrial minimamente integrado. Em outras palavras, o desenvolvimento capitalista no Brasil propiciou, entre outras coisas, a concentração espacial de grande parte da produção industrial e da intermediação financeira, acabando por consolidar a posição de São Paulo como o centro hegemônico do desenvolvimento econômico nacional. Vejamos como isso ocorreu.

⁴ Cf. LAGENDUCH, J.R. - *Estruturação da Grande São Paulo*, 1971.

⁵ Veja CAMO, M. et al. - *A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo - 1920/1980*, vol. 1, SEADE/UNICAMP, 1988.

Até meados da década de 50, o processo de industrialização brasileira ainda não havia atingido um estágio de maturidade, ou seja, embora a expansão industrial já constituísse o principal vetor da dinâmica da acumulação de capital, tal processo ainda estava sujeito a limitações próprias de uma economia industrial em formação.⁴ A partir de 1956-60, depois da instalação de um conjunto de plantas produtoras de máquinas e equipamentos, insumos industriais e bens duráveis de consumo, a estrutura produtiva brasileira tornou-se bem mais integrada e complexa. Significa dizer que, graças ao Plano de Metas do Governo JK, instalou-se de um golpe o núcleo fundamental da indústria, o que permitiu que a capacidade produtiva crescesse antecipando-se à demanda, ou seja, criando um movimento endógeno de acumulação de capital.

A preponderância dos setores industriais produtores de bens de consumo duráveis, de bens de capital e de bens intermediários sobre o setor produtor de bens de consumo não duráveis, em termos de capacidade expansiva, fez que se alterasse o próprio padrão de acumulação de capital no Brasil. Essa mudança radical abriu as portas para outras transformações posteriores, tanto da estrutura produtiva quanto do aparato institucional e do sistema financeiro nacional.⁵

Não há dúvida de que o centro vital do novo padrão de acumulação, onde as mudanças ocorriam com maior velocidade e de onde o dinamismo se irradiava para as demais regiões do País, era o Estado de São Paulo. E se a implantação da chamada indústria pesada exigia uma aliança de interesses entre o capital estatal, o capital estrangeiro e o capital privado nacional, era natural que a maioria das novas plantas industriais se localizasse em São Paulo,

⁴ Cf. o livro de JOÃO MANUEL CARDOSO DE MELLO - *O capitalismo tardio*, 1964.

⁵ Veja o ensaio de JOSÉ SERA - *Ciclos econômicos e mudanças estruturais*, in BELLUZZO, L. G. e COUTINHO, R. (org.) - *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*, 1983.

particularmente na Capital, que não só aglutinava um grande volume de negócios, como constituía um mercado que crescia visivelmente, além de possuir uma certa tradição industrial.

De fato, o Estado de São Paulo já detinha uma importante participação na estrutura industrial brasileira antes do Plano de Metas, e como oferecia as melhores condições econômicas para a maioria das novas indústrias, verificou-se um aprofundamento da concentração industrial. As taxas de crescimento da indústria paulista, nas décadas de 50 e 60 (10,8 e 7,8% a.a.), foram sistematicamente superiores às da indústria nacional. Em decorrência, a participação do Estado no valor da transformação industrial do País saltou de 49% em 1949 para 55% em 1959, atingindo 59% em 1970.

Na primeira metade dos anos 70, a indústria paulista cresceu a uma taxa média de 15% aa, mas no período 1975-80 houve uma forte retração do ritmo de expansão (para 4% a.a.). Isto ocorreu, em grande medida, devido ao II PND, que procurou deslocar o eixo de desenvolvimento econômico do setor de bens duráveis de consumo para os setores produtores de insumos industriais e de bens de capital, e que visava estimular a industrialização de outras regiões do País. A tendência de concentração industrial reverteu-se, então, reduzindo a participação paulista para 53%, em 1980.

Durante as décadas de 50, 60 e 70, a estrutura industrial paulista foi se modificando, de modo que, em termos de geração do produto, as indústrias produtoras de bens de consumo não duráveis (alimentos, têxteis, etc) tiveram reduzida sua participação de 55% em 1949 para 26% em 1980, enquanto as produtoras de bens intermediários aumentaram sua participação de 33 para 39%, e as produtoras de bens de capital e de bens duráveis de consumo tiveram seu peso aumentado de 11 para 35%. O expressivo aumento destes setores deve-se especialmente à implementação da indústria

automobilística, da mecânica pesada, da metalurgia e da indústria de material elétrico e de comunicações. Na Região Metropolitana, só estes ramos industriais respondiam por cerca de metade do valor da produção industrial, em 1980.*

É importante lembrar que a Região Metropolitana constituiu o espaço econômico privilegiado onde desdobrou-se o processo de industrialização paulista (e brasileira), e que já era responsável por 66% da produção industrial do Estado, em 1949, com 54% referente à Capital. A concentração industrial na Metrópole aprofundou-se ainda mais até 1959, elevando-se para 71% e mantendo-se praticamente estável até 1970. Porém, enquanto os demais municípios da região aumentaram sua participação no total do Estado de 12% para 27% entre 1949 e 1970, e depois para 29% em 1980, a Capital teve sua participação reduzida para 44% em 1970 e 30% em 1980. No conjunto, a região apresentou uma expansão industrial bastante intensa nas décadas de 50 e 60, mas é bom que se ressalte que as indústrias mais complexas instalaram-se nos municípios periféricos, basicamente no chamado ABC, ao que correspondeu uma redução do peso da Capital na indústria paulista. Finalmente, nos anos 70 a Capital continuou perdendo importância em relação à produção industrial, só que agora em virtude do crescimento da participação do Interior do Estado.

Evidentemente, essa intensa expansão industrial - que acarretou rápidas e profundas transformações estruturais - repercutiu sobre a configuração urbana do Estado e alavancou o crescimento da Região Metropolitana. A concentração populacional na Metrópole avançou num ritmo semelhante ao da concentração industrial, no período 1950-1980. Enquanto a população urbana do Estado mais que quadruplicava nesse período, a participação da Metrópole

* Cf. o estudo de BARJAS NEGRI - A interiorização da indústria paulista (1920-1980), in: CANG, W. et al., op. cit., vol. 1, n. 2, p. 91 e seqs.

subia de 49% em 1960 para 55% em 1980.* Sem dúvida, a concentração populacional na Grande São Paulo e a constituição de uma sociedade de porte metropolitano só podem ser compreendidas à luz do processo recente de industrialização da região. Senão, vejamos.

As profundas transformações ocorridas na estrutura produtiva paulista a partir da segunda metade da década de 50 trouxeram repercussões específicas ao processo de urbanização. Aos poucos foram sendo modificados a forma de organização da vida urbana e os hábitos de consumo da população, seja através da modernização das relações de produção e de mercado, seja através da atuação dos meios de comunicação e das políticas públicas. Essa modificação nos padrões de consumo foi acelerada a partir de meados da década de 60, graças ao aperfeiçoamento do setor financeiro - destaque-se que São Paulo já concentrava a maioria das instituições bancárias do País - e à criação de linhas especiais de financiamento ao consumo de bens duráveis.

Ao mesmo tempo, aquelas transformações abriram campo para a entrada de grandes levas de migrantes, atraídos pela crescente oferta de trabalho e pela possibilidade de ascensão social,¹⁰ o que certamente teve importantes reflexos sobre a configuração física, sócio-econômica e cultural da Metrópole.

Nesse sentido, deve-se destacar a influência direta exercida pelo desenvolvimento de um mercado de trabalho de dimensões metropolitanas, cujas características mais evidentes são a absorção de mão-de-obra barata e pouco qualificada, a alta velocidade na geração de novos postos de trabalho, a grande rotatividade no emprego, a abertura do leque diferencial de ocupações e de remunerações, o

* Cf. GONÇALVES, R.F., NEGRI, B. & CAND, M. - O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980), in: CAND, M. et al., *op. cit.*, vol. 1, n. 1, p. 61.

¹⁰ Sobre este ponto, veja-se o livro de JOSÉ PASTORE - *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*, 1979.

crescimento desproporcional do segmento dito "informal"¹¹ e a quase ausência de garantias institucionais para uma ponderável parcela dos trabalhadores. Assim, de um lado, o estupendo dinamismo deste mercado de trabalho produziu uma oferta crescente de novos postos de trabalho, sancionado a expansão demográfica da Metrópole, e de outro, a grande diferenciação nos tipos de ocupação, tanto no setor secundário quanto no terciário, deu origem a uma estrutura social complexa, na qual proliferaram lado a lado a florescente classe média, o novo operariado e a numerosa população de baixa renda.¹²

E quanto ao processo de estruturação do complexo metropolitano, não devemos esquecer que o fenômeno de conurbação (progressiva integração dos municípios vizinhos à vida urbana da Capital) avançou rapidamente durante as décadas de 50 e 60. Dessa forma, a difusão dos novos marcos do progresso para os principais municípios vizinhos à Capital ajudou a disseminar, também, uma série de demandas sociais por toda a rede metropolitana, especialmente na forma de periferias pobres e desequipadas. As soluções parciais dadas aos problemas habitacionais e de saneamento básico, por exemplo, fisicamente deslocados para as periferias mais distantes da Capital e de outros municípios da região, fortaleceram a especulação imobiliária e elevaram os custos de atendimento dessa infra-estrutura, além de agravar os problemas relativos ao transporte urbano. E para agravar ainda mais a situação - por força da própria industrialização e dos assentamentos humanos em precárias condições de saneamento - o meio ambiente sofreu agressões sistemáticas, que acabaram resultando em deterioração da qualidade de vida da população, e que encareceram e

¹¹ Veja as teses de doutoramento de MARIA CRISTINA CACCIMALI - *Setor informal urbano e formas de participação na produção*, IPE/USP, 1983, e de CLÁUDIO S. DEBECCA - *Dinâmica econômica e mercado de trabalho urbano: uma abordagem da região metropolitana de São Paulo*, IE/UNICAMP, 1990.

¹² Veja a tese de doutoramento de WALDIR J. de OLIVEIRA - *O "milagre brasileiro" e a expansão da nova classe média*, IE/UNICAMP, 1991.

dificultaram ainda mais o equacionamento de questões elementares como a do abastecimento de água potável.

Finalmente, as tentativas de responder a essas crescentes demandas urbanas levaram à institucionalização, já em inícios da década de 70, da *Região Metropolitana de São Paulo*. O objetivo era criar uma instância superior de gestão dos problemas comuns aos 36 municípios que a compõem,¹³ como o do saneamento básico e o do transporte. Mas, como as causas estruturais desses problemas não foram superadas, não foi possível evitar que continuasse a crescer a dimensão das carências sociais na Metrópole, tornando ainda maiores as demandas por serviços e equipamentos urbanos.¹⁴

Devemos esclarecer, ainda, que juntamente com a Região Metropolitana de São Paulo foram criadas mais oito regiões metropolitanas. Certamente, a situação social em cada uma delas era muito peculiar e cada qual apresentava um quadro particular de precariedades urbanas.

A seguir, procuramos contrastar o perfil sócio-econômico da metrópole mais rica e economicamente dinâmica do País com o das demais regiões metropolitanas brasileiras, com o objetivo de avaliar, à luz das diferentes experiências regionais, o descompasso entre o estupendo progresso material de São Paulo, de um lado, e a precária situação sócio-econômica de sua população, de outro.

¹³ Inicialmente eram 37 municípios.

¹⁴ Os problemas urbanos gerados pelo crescimento exacerbado da Capital paulista e de seus entornos são de tamanha complexidade que o prof. WILSON CANDI, muito apropriadamente, refere-se ao tema utilizando a expressão "arrebentação urbana". Veja CANDI, W. et al., *op. cit.*, vol. I, p. 117.

1.2. Perfil sócio-econômico: uma análise comparativa

Sabemos que em nenhuma outra metrópole brasileira o processo de industrialização avançou no ritmo e na extensão que se deu em São Paulo. Entretanto, o desenvolvimento social nesta metrópole esteve longe de igualar-se, em termos de resultados práticos, aos de seu desenvolvimento econômico. Para que possamos interpretar tais resultados, é importante examinar o quadro geral da situação social na Metrópole, ao final do longo período de crescimento econômico, contrastando-o com o de outras regiões metropolitanas. Dispomos, para tal, das informações fornecidas pelo Censo Demográfico de 1980.

Antes de tudo, cabe lembrar que São Paulo era e é a metrópole brasileira mais populosa e mais densamente povoada, contando em 1980 com mais de 12 milhões de habitantes, o que resultava numa densidade populacional de quase 1.600 pessoas por Km² - tabela 1.1. Em termos de tamanho populacional, portanto, nenhuma outra metrópole comparava-se a São Paulo (onde estavam concentrados cerca de 10% da população brasileira). A única região metropolitana que possuía uma população comparativamente grande - a do Rio de Janeiro, com cerca de 9 milhões de pessoas - tinha apresentado um crescimento demográfico bastante tímido na década de 70, tendo deixado de desempenhar o papel de polo de atração dos fluxos migratórios nacionais, papel este que São Paulo continuou desempenhando.

Ainda nessa tabela, podemos observar que, embora algumas regiões apresentassem, na década de 70, variações demográficas superiores a São Paulo, não há dúvidas quanto à capacidade de absorção de migrantes nesta metrópole - dada a dimensão absoluta de sua população -, a qual pode ser confirmada pela proporção da população que residia há menos de 10 anos na região. Podemos, também, notar uma característica marcante da população metropolitana de São

Paulo: o fato de apresentar uma baixa porcentagem de menores de 10 anos e uma relativamente alta proporção de pessoas na faixa etária mais produtiva (20 a 49 anos).

TABELA 1.1
INDICADORES DEMOGRAFICOS
REGIOES METROPOLITANAS BRASILEIRAS - 1980

RNs	POPULACAO URBANA (em 1000) (1)	DENSIDADE POPULACIONAL (P/Km ²) (2)	VAR. POP. NA DECADE (%) (3)	MIGRANTES HA MENOS DE 10 ANOS (4)	POPULACAO (DE 10 ANOS (%) (5)	POPULACAO 20-49 ANOS (%) (6)
BELEM	831	818	37.2	15.2	26.9	38.4
FORTALEZA	1501	454	71.5	21.9	25.7	38.9
RECIFE	2132	1066	29.2	13.2	25.0	38.3
SALVADOR	1696	798	57.5	14.9	26.9	40.3
DELO HORIZONTE	2461	692	63.9	24.3	24.5	42.6
RIO DE JANEIRO	8022	1395	29.0	9.1	20.5	44.1
SAO PAULO	12184	1583	54.9	21.5	20.5	45.3
CURITIBA	1325	164	101.9	32.0	23.7	42.8
PORTO ALEGRE	2146	364	52.5	20.4	21.0	45.4

FONTE: FIBGE - CENSO DEMOGRAFICO

NOTAS: (1) POPULACAO RESIDENTE EM DOMICILIOS URBANOS
(2) Nº DE HABITANTES POR Km²
(3) VARIACAO POPULACIONAL NO PERIODO 1970-1980
(4) PARTICIPACAO DA POPULACAO COM TEMPO DE RESIDENCIA INFERIOR A 10 ANOS NA REGIAO METROPOLITANA EM RELACAO AO TOTAL DA POPULACAO (EXCLUI MIGRANTES INTRA-METROPOLITANOS)
(5) PESO DOS MENORES DE 10 ANOS NO TOTAL DA POPULACAO
(6) PESO DOS INDIVIDUOS DE 20 A 49 ANOS NO TOTAL DA POPULACAO

Posto isso, devemos considerar que a dinâmica capitalista e a configuração do mercado de trabalho metropolitano propiciaram uma renda média no trabalho relativamente alta em São Paulo.¹⁵ Não surpreende, também, que a razão média de dependência fosse das mais baixas nessa metrópole - tabela 1.2. A grande oferta de trabalho, de um lado, e a necessidade de inserir-se no mercado, de outro, fizeram com que a taxa de ocupação em São Paulo se destacasse das demais. Nota-se que, entre os ocupados, a proporção de pessoas assalariadas era a mais elevada em São

¹⁵ Ao maior nível de renda per capita da metrópole paulista corresponde, também, um dos maiores custos de vida nacional, conforme estudo baseado no CNUF. Veja o estudo de VERA LÚCIA FAVA - *Organização, custo de vida e pobreza no Brasil*, IPE/USP, 1984.

Paulo, enquanto em alguma outras metrópoles a porcentagem de autônomos era muito mais ponderável. Significa dizer que, do ponto de vista da oferta de trabalho e da sua remuneração, comparativamente às demais regiões, a Grande São Paulo situava-se numa posição privilegiada em 1980.¹⁶

TABELA 1.2
INDICADORES SOCIO-ECONOMICOS
REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS - 1980

RM's	RAZAO MEDIA DE DEPEND. FAMILIAR	TAXA DE OCUPACAO (%)	PROPORCAO DE ASSALARIADOS (%)	PROPORCAO DE AUTON. (%)	RENDA MEDIA NO TRABALHO (sm)	RENDA PER CAPITA (sm)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
BOLEN	3.3	41.3	68.6	19.0	2.66	0.93
FORTALEZA	3.1	44.0	65.3	21.8	2.23	0.78
RECIFE	3.3	42.0	69.3	16.8	2.57	0.92
SALVADOR	3.1	45.2	69.8	15.2	3.57	1.27
DELO HORIZONTE	2.7	50.0	72.7	13.2	3.36	1.46
RIO DE JANEIRO	2.7	47.0	74.2	12.4	3.63	1.37
SÃO PAULO	2.4	53.5	77.6	11.0	4.15	1.92
CURITIBA	2.6	50.4	75.3	11.7	3.38	1.49
PORTO ALEGRE	2.4	53.2	76.5	12.0	3.36	1.63

FONTE: FIDJE - CENSO DEMOGRAFICO - TABULACOES ESPECIAIS

- NOTAS: (1) RELACAO ENTRE O TOTAL DE MEMBROS DA FAMILIA E O Nº DE MEMBROS OCUPADOS
(2) PARTICIPACAO DOS OCUPADOS NO TOTAL DA POPULACAO EM IDADE ATIVA (10 ANOS E MAIS)
(3) PARTICIPACAO DOS OCUPADOS COM VINCULO EMPREGATICIO (EXCETO DOMESTICOS)
NO TOTAL DA POPULACAO OCUPADA
(4) PARTICIPACAO DOS OCUPADOS POR CONTA-PRÓPRIA (EXCETO PROFISSIONAL LIBERAL.)
NO TOTAL DA POPULACAO OCUPADA
(5) RENDIMENTO MEDIO MENSAL NA OCUPACAO PRINCIPAL, EM TERMOS DO VALOR DO MAIOR SALARIO
MINIMO NACIONAL.
(6) SOMATORIA DAS RENDAS DO TRABALHO DIVIDIDA PELO TOTAL DA POPULACAO

Devemos considerar que as diferenças entre as remunerações médias no trabalho devem-se basicamente ao grau de heterogeneidade da estrutura econômica de cada região e ao tipo de oportunidades ocupacionais criadas. Já o nível de renda *per capita* (ou média) encobre distintos perfis de distribuição de renda. Em São Paulo, o maior nível de renda média estava acompanhado de um menor grau de concentração da renda familiar, como veremos a seguir.

¹⁶ Cf. a dissertação de mestrado de DAVID DEQUECH FILHO - *Diferenças de emprego e renda nas regiões metropolitanas*, IE/UNICAMP, 1991.

Na tabela 1.3; podemos examinar a distribuição das famílias metropolitanas segundo estratos de renda familiar *per capita* (RFPC). Como se pode ver, na Região Metropolitana de São Paulo a proporção de famílias de mais baixa renda (até 0,5 s.m.) era bem inferior que nas metrópoles do Nordeste, o inverso acontecendo em relação à porcentagem das famílias de mais alta renda (mais de 5 s.m.). Embora essa tabela não exprima o poder de compra das famílias, devemos concordar que, do ponto de vista da renda disponível, a metrópole paulista apresentava uma situação bastante favorável, em relação às demais.

TABELA 1.3

DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS (1) POR ESTRATO DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS - 1980

(em %)

RMs	RFPC						TOTAL (2)
	ATE 0,5 SM	0,5 A 1,0 SM	1,0 A 1,5 SM	1,5 A 2,0 SM	2,0 A 5,0 SM	+ DE 5,0 SM	
BELEM	40.1	26.8	10.6	5.8	11.1	4.3	100.0
FORTALEZA	46.6	24.5	9.2	4.6	9.6	4.0	100.0
RECIFE	44.7	24.5	9.4	5.1	10.6	4.8	100.0
SALVADOR	31.3	24.2	12.2	7.3	15.3	7.8	100.0
S. HORIZONTE	23.0	27.2	14.5	8.6	17.4	8.4	100.0
R. DE JANEIRO	18.7	25.7	15.4	9.4	19.2	10.4	100.0
SÃO PAULO	10.6	22.9	16.1	12.5	24.3	10.8	100.0
CURITIBA	15.9	28.6	15.6	9.3	19.0	7.7	100.0
PORTO ALEGRE	14.1	26.0	17.2	10.8	21.1	9.4	100.0

FONTE: FIDBE - CENSO DEMOGRAFICO - TABULACOES ESPECIAIS

NOTAS: (1) FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMÍCILOS PARTICULARES PERMANENTES URBANOS

(2) INCLUI AS "SEM DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS"

Por outro lado, quando examinamos a situação social nas regiões metropolitanas a partir dos indicadores da condição habitacional, da condição educacional e das condições de saúde, o desempenho da Grande São Paulo não é compatível com os dados até aqui apresentados. Vejamos como esse descompasso se manifesta em cada uma dessas áreas.

Na tabela 1.4, podemos ter uma idéia sintética de qual era a situação habitacional¹⁷ naquelas metrópoles, em 1980. De um modo geral, o quadro é coerente com as desigualdades na comparação de suas estruturas econômicas, apontadas anteriormente, já que as metrópoles do Norte-Nordeste (as mais pobres) apresentavam um grau de precariedades habitacionais mais elevado que as metrópoles do Sul-Sudeste. O que chama atenção é o fato das metrópoles do Sul apresentarem uma situação habitacional menos precária que São Paulo, apesar do grande dinamismo econômico desta.

TABELA 1.4
INDICADORES DA CONDIÇÃO HABITACIONAL DOS DOMICÍLIOS
REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS - 1980

(em %)

RM's	DOMICÍLIOS ADEQUADOS (1)	UMA OU DUAS INADEQUAC. (2)	MAIS DE 2 INADEQUAC. (3)	SANEAMENTO INADEQUADO (4)	DENSIDADE INADEQUADA (5)	MAT. CONTR. INADEQUADO (6)
BELEM	25.3	35.9	35.9	55.5	52.0	6.0
FORTALEZA	18.8	39.2	39.6	74.3	49.5	19.7
RECIFE	21.3	40.4	36.6	72.3	35.5	16.8
SALVADOR	29.5	37.9	27.3	54.7	36.8	13.2
BELO HORIZONTE	37.4	34.3	26.8	53.1	33.1	4.0
RIO DE JANEIRO	46.2	35.2	13.2	36.6	23.7	4.7
SÃO PAULO	45.4	35.6	16.9	37.1	34.0	3.5
CURITIBA	52.7	26.4	17.7	35.3	24.6	2.1
PORTO ALEGRE	53.2	25.7	19.0	36.7	23.6	2.7

FONTE: FIBGE - CENSO DEMOGRÁFICO - TABULAÇÕES ESPECIAIS

NOTAS: (1) PROPORÇÃO DOS DOMICÍLIOS ADEQUADOS SEGUNDO O ABASTECIMENTO DE ÁGUA, A INSTALAÇÃO SANITÁRIA, A DENSIDADE DOMICILIAR, A SEPARAÇÃO DE FUNÇÕES DOS COZINHOS, O TIPO DE MATERIAL UTILIZADO NA CONSTRUÇÃO E A ENERGIA ELÉTRICA

(2) PROPORÇÃO DOS DOMICÍLIOS COM 1 OU 2 CRITÉRIOS INADEQUADOS

(3) PROPORÇÃO DOS DOMICÍLIOS COM 3 OU MAIS CRITÉRIOS INADEQUADOS

(4) PROPORÇÃO DOS DOMICÍLIOS COM INADEQUAÇÃO NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E/OU NA INSTALAÇÃO SANITÁRIA

(5) PROPORÇÃO DOS DOMICÍLIOS COM DENSIDADE DOMICILIAR INADEQUADA

(6) PROPORÇÃO DOS DOMICÍLIOS CUJO MATERIAL UTILIZADO NA CONSTRUÇÃO É INADEQUADO

Como vimos, a expansão da metrópole paulista foi bastante afetada pelos intensos fluxos migratórios nas

¹⁷ A definição dos critérios de adequação para cada indicador utilizado pode ser encontrada no Apêndice Metodológico

décadas anteriores, e isto certamente explica grande parte dessa precariedade. Porém, deve-se ponderar que Curitiba também apresentou um intenso crescimento demográfico na década de 70. Ou seja, deve haver razões próprias do processo de urbanização de cada metrópole, relacionadas com a forma de ocupação do solo, a oferta de serviços públicos e o custo dos aluguéis e da construção, que explicam as diferenças entre metrópoles. O fato é que em São Paulo os maiores níveis de renda - na ausência de uma política habitacional focalizada - não foram capazes de garantir condições adequadas de moradia para parcela importante da população, principalmente no que se refere ao saneamento básico do domicílio e à densidade domiciliar.

TABELA 1.5
INDICADORES DA CONDIÇÃO EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO
REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS - 1980

(em %)

RNs	ADULTOS 3/ INSTRUÇ.	ADULTOS 3/ PRIMAR.	ADULTOS 3/ 1º GRAU	CRIANÇAS FORA DA ESCOLA	CRIANÇAS 3/ INSTRUÇ.	TAXA DE ADEQ. SÉRIE/IDADE NA 8ª SÉRIE
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
BELO HORIZONTE	8.9	26.9	61.2	6.9	7.0	11.1
FORTALEZA	21.6	40.2	69.3	19.5	16.1	5.5
RECIFE	20.8	37.0	68.3	12.2	12.2	10.6
SALVADOR	15.3	31.1	62.9	11.6	11.7	11.3
BELO HORIZONTE	17.6	29.4	67.2	11.8	6.3	15.0
RIO DE JANEIRO	11.4	26.3	62.5	9.9	6.4	13.4
SÃO PAULO	13.1	30.7	68.7	11.2	6.6	18.2
CURITIBA	9.6	29.4	63.8	13.1	6.5	16.9
PORTO ALEGRE	9.4	24.3	63.9	12.5	5.8	17.2

FONTE: FIDUC - CENSO DEMOGRÁFICO - TABULAÇÕES ESPECIAIS

- NOTAS: (1) PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS QUE NÃO FREQUENTOU A ESCOLA OU NÃO CONCLUIU A 1ª SÉRIE
(2) PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS QUE NÃO CONCLUIU O ANTIGO CURSO PRIMÁRIO (INCLUI "SEM INSTRUÇÃO")
(3) PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS QUE NÃO COMPLETOU O 1º GRAU (INCLUI "SEM INSTRUÇÃO" E "SEM PRIMÁRIO")
(4) PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS QUE NÃO ESTAVA FREQUENTANDO A ESCOLA
(5) PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS QUE NUNCA FREQUENTOU A ESCOLA OU NÃO CONCLUIU A 1ª SÉRIE
(6) PROPORÇÃO DOS ALUNOS COM NO MÁXIMO 14 ANOS FREQUENTANDO A 6ª SÉRIE DO 1º GRAU, EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS ALUNOS FREQUENTANDO ESSA SÉRIE

Fato semelhante ocorre em relação às condições educacionais da população. Na tabela 1.5, podemos constatar que, embora a proporção de pessoas com nenhuma ou pouca instrução fosse bem menor em São Paulo que nas metrópoles do Nordeste, a comparação com as metrópoles do Sul indicava, novamente, um descompasso entre o grau de desenvolvimento econômico e a situação social na Grande São Paulo. Evidente que o fluxo migratório também afetou a escolaridade da população adulta, já que a grande maioria dos migrantes era composta de analfabetos ou semi-analfabetos. Mas, a situação da escolarização das crianças de 7 a 14 anos demonstra que os problemas educacionais na região não se restringiam à população adulta, e certamente atestam a insuficiência do sistema educacional. Nesse sentido, veja-se a elevada proporção de crianças fora da escola (semelhante à da maioria das metrópoles) e a baixa taxa de adequação série/idade no final do 1º Grau (comparativamente, a maior), que são reflexos da seletividade exacerbada que prevalecia no sistema de ensino metropolitano, para não dizer no sistema educativo brasileiro como um todo.

Ao que parece, a condição educacional na metrópole paulista não era muito diferente da verificada nas outras metrópoles, embora existissem diferenças no grau daquelas carências. Nota-se que em quase todas as metrópoles a proporção de pessoas adultas que não tinham a escolaridade básica (o 1º Grau completo), em 1980, variava em torno de dois terços da população. De fato, o desenvolvimento econômico da região não exigiu uma mão-de-obra muito qualificada, o que fez com que os avanços no campo educacional dependessem exclusivamente das pressões da sociedade e ocorressem de forma relativamente lenta.

Por fim, considerando a esperança de vida ao nascer como um indicador sintético das condições de vida e

de saúde da população,^{1*} podemos constatar na tabela 1.6 que São Paulo ocupava uma posição intermediária em relação ao conjunto metropolitano. A expectativa média de vida ao nascimento nessa metrópole só era claramente maior que as de Recife e Fortaleza. Além disso, nota-se facilmente que as condições de vida e as chances de sobrevivência das crianças melhoram conforme aumenta a renda familiar *per capita*.

Sabemos que as grandes regiões brasileiras apresentam diferentes padrões de mortalidade, que se manifestam tanto nos níveis de mortalidade quanto na distribuição dos óbitos por causas e por idades. Contudo, não é fácil explicar a defasagem entre as condições de saúde em São Paulo e em Porto Alegre: a esperança de vida ao nascer entre as famílias de mais baixa RFPC de Porto Alegre era similar à das famílias de mais alta RFPC em São Paulo!

TABELA 1.6

ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (1) SEGUNDO ESTRATOS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS - 1975/1980

(em anos)

RMs	RFPC					TOTAL (2)
	ATE 0,5 SM	0,5 A 1,0 SM	1,0 A 2,0 SM	2,0 A 5,0 SM	+ DE 5,0 SM	
BELEM	65.7	68.8	65.7	67.6	72.9	65.5
FORTALEZA	46.2	46.0	55.2	65.8	65.7	48.5
RECIFE	52.6	55.3	61.7	67.7	70.2	54.8
SALVADOR	61.2	63.2	65.7	68.6	70.3	62.9
BELO HORIZONTE	61.2	62.0	64.8	68.9	69.0	62.6
RIO DE JANEIRO	62.8	63.3	63.6	67.1	68.5	63.7
SÃO PAULO	60.8	62.2	63.0	65.6	69.1	62.5
CURITIBA	62.6	63.2	68.1	72.0	73.0	64.8
PORTO ALEGRE	70.0	71.0	71.8	74.4	76.0	71.2

FONTE: FIBGE - CENSO DEMOGRAFICO - TABULACÕES ESPECIAIS

NOTAS: (1) EXPECTATIVA MÉDIA DE VIDA AO NASCER, CALCULADA COM BASE NO MÉTODO DE
BRASS-SULLIVAN (TARUA DE VIDA: MODELO BRASIL)

(2) INCLUI AS "SEM DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS"

* Sobre o método de cálculo da esperança de vida a partir de dados censitários veja-se
NEGRU/IE/UNICAMP - A pobreza no Brasil: principais causas e alternativas de políticas corretivas, v.
2, cp. 6. Relatório final de pesquisa, junho de 1977

Portanto, os indicadores da situação social aqui considerados expressam uma clara assincronia entre o estupendo desenvolvimento econômico da Grande São Paulo e o quadro das condições de vida da população. A Metrópole sintetiza nitidamente a tensão entre o moderno e o atrasado, o que nos leva a refletir sobre os determinantes da miséria metropolitana no Brasil. E para que possamos entender essa assincronia e suas raízes, devemos analisar o fenômeno das desigualdades sociais no interior da Metrópole.

I.3. Condições de vida e desigualdade social

O intenso dinamismo econômico em São Paulo, nas décadas de 50, 60 e 70 - com seu mecanismo intrínseco de concentração da renda -, aliado à forma descontrolada da expansão urbana da região, deram origem a várias ordens de desequilíbrios sociais. Neste tópico pretendemos apresentar, um pouco mais detidamente, as principais características do quadro social na Região Metropolitana de São Paulo em 1980, assim como examinar a magnitude das desigualdades sociais entre distintos segmentos da população metropolitana.

Evidentemente, a renda monetária constitui o primeiro indicador da posição social dos indivíduos e/ou dos grupos familiares numa sociedade mercantil. Por outro lado, é imprescindível examinar as condições de trabalho, de moradia, de saúde e de acesso à educação destas pessoas, assim como examinar a influência do tempo de residência na região sobre a situação social das famílias. Assim, a partir das informações fornecidas pelo Censo Demográfico de 1980, estratificamos a população segundo estratos de renda familiar *per capita* (RFPC), e buscamos avaliar o grau das principais carências sociais contrastando as condições de vida das famílias de menor e de mais alta renda.

I.3.1 - renda, estrutura familiar e trabalho

Em primeiro lugar, cabe dizer que um terço das famílias metropolitanas tinham uma RFPC de até 1 salário mínimo, enquanto outro terço apresentava uma RFPC superior a 2 s.m., em 1980. Comparando estes dois estratos podemos obter uma idéia, mesmo que grosseira, da polarização social existente na Metrópole. Sabemos que aos diferenciais de renda correspondem, em geral, padrões de vida e de consumo diferenciados. A estrutura de gastos das famílias de baixa renda é constantemente pressionada pelo grande peso dos gastos com alimentação, habitação e transportes. Sendo

assim, do ponto de vista do poder de compra familiar, por exemplo, podemos imaginar que pelo menos 4,5 milhões de pessoas eram obrigadas a conviver com um padrão de consumo relativamente restrito, apesar do grande dinamismo econômico da região.¹⁹

TABELA 1.7

INDICADORES DEMOGRAFICO, POR ESTRATO DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1980

RFPC (sm)	POPULAÇÃO (1)		TAMANHO MÉDIO DA FAMÍLIA (2)	PARTICIPAÇÃO DOS MENORES DE 10 ANOS (3)	MIGRANTES NA MENOS DE 10 ANOS (4)	FECUNDIDADE GLOBAL ACUMULADA (5)	MORTALIDADE 0 A 4 ANOS (POR 1000) (6)
	FAMÍLIAS	PESSOAS					
ATE 1,0	33.6	39.2	4.6	32.4	28.4	2.67	100.5
1,0 A 2,0	30.3	30.0	3.9	18.7	21.3	1.59	80.4
DE 2,0	35.1	29.8	3.3	13.4	14.6	1.14	54.8
TOTAL (*)	100.0	100.0	3.9	22.5	21.3	1.81	67.5

FONTE: FIAPE - CENSO DEMOGRAFICO - TABELAÇÕES ESPECIAIS

NOTAS: (1) POPULAÇÃO RESIDENTE EM DOMÍCIlios PARTICULARES PERMANENTES URBANOS
(2) Nº DE PESSOAS POR FAMÍLIA (EXCLUI EMPREGADOS DOMÉSTICOS QUE RESIDEM NO DOMÍCIlio)
(3) PROPORÇÃO DE CRIANÇAS COM MENOS DE 10 ANOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MEMBROS DA FAMÍLIA
(4) PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS CUJO CHEFE MIGROU PARA A REGIÃO DURANTE A DÉCADA DE 70
(5) Nº MÉDIO DE FILHOS TIDOS NASCIDOS VIVOS PELAS MULHERES EM IDADE FÉRTIL (15 A 49 ANOS),
ATE A DATA DO CENSO
(6) PROBABILIDADE DE MORTE ANTES DE COMPLETAR 50 ANO DE VIDA
OBS.: (*) INCLUI "SEM DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS"

Posto isso, devemos esclarecer que a determinação da renda familiar *per capita* depende tanto das características familiares como do tipo de inserção dos seus membros no mercado de trabalho. As características do núcleo familiar são bastante distintas, conforme a classe de RFPC, no que se refere à sua composição etária e ao seu tamanho. Comparando as famílias de mais baixa renda com as de maior renda, nota-se que as primeiras tinham um tamanho médio bem superior (4,6 contra 3,3 pessoas por família), e

¹⁹ Segundo alguns estudos, é comparativamente muito alta a probabilidade das famílias com RFPC inferior a 1 s.m. não conseguirem assegurar sequer o atendimento dos seus requerimentos nutricionais mínimos. Veja ALVES, E. L. B. - *Padrões de consumo no Brasil: condições nutricionais no período pós-milagre - 1974/84*, s.d., e DIEESE - *Consumo alimentar da população do município de São Paulo, 1977*

apresentavam uma proporção de crianças menores de 10 anos também consideravelmente maior (33 contra 13%) - tabela 1.7.

Desse modo, fica claro que a estrutura demográfica diferenciada das famílias de mais baixa renda acarreta-lhes maiores dificuldades de arranjo familiar. Como pode-se notar nesta tabela, a baixa renda familiar estava associada a uma maior taxa de fecundidade global acumulada (2,7 contra 1,1 filhos tidos, em média, pelas mulheres em idade fértil), e a uma maior proporção de famílias com chefes que migraram durante a década de 70. Além disso, observa-se uma elevada probabilidade de morte de menores de 5 anos nas famílias do primeiro estrato de RFPC (100,5 contra 54,8 por mil nascidos vivos), evidenciando que nestas famílias a própria sobrevivência dos filhos era mais dificultosa.

Por outro lado, entre as famílias de menor renda eram maiores as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, o que se reflete em uma menor taxa de ocupação dos membros em idade ativa (10 anos ou mais). Associada ao maior número de pessoas, essa taxa de ocupação mais baixa (45% contra 58%) produzia uma relativamente elevada razão de dependência familiar (3,3 pessoas por membro ocupado).²⁰ Porém, o que distinguia mais claramente a precária inserção no mercado das pessoas ocupadas das famílias de menor renda eram os seus baixos rendimentos individuais (renda média de 1,8 s.m. contra 7,7 s.m.) - tabela 1.8. Com certeza, menores remunerações refletiam um baixo grau de qualificação profissional e geralmente estavam relacionadas a precárias condições de trabalho, como exemplifica a alta proporção de empregados domésticos entre os indivíduos do primeiro estrato de renda familiar.

Entretanto, os diferenciais de renda média no trabalho entre estratos de RFPC não podem ser explicados

²⁰ A razão média de dependência para o conjunto das famílias era de 2,4 pessoas por membro ocupado, sendo ainda menor nos outros estratos de RFPC (2,2 e 2,0 respectivamente).

pela posição na ocupação daqueles indivíduos, com excessão da maior incidência de empregados domésticos no primeiro estrato. Ou seja, não é verdade que a presença de autônomos seja maior e a de assalariados menor, entre os membros das famílias de mais baixa renda. Como pode-se inferir, a dinâmica econômica da região, ao abrir o leque das remunerações, permitiu que proliferassem empregos capitalistas de baixos salários, de um lado, e ocupações por conta-própria com renda mais elevada, de outro.

TABELA 1.6

CONDICAO OCUPACIONAL DOS INDIVIDUOS POR ESTRATO DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO - 1960

RFPC (SM)	TAXA DE INATIVIDADE (1)	TAXA DE OCUPACAO (2)	PROPORCAO DE ASSALARIADOS (3)	PROPORCAO DE AUTONOMOS (4)	PROPORCAO DE ENFR. DOMEST. (5)	RENDIA MEDIA (6)
ATE 1,0	53.7	44.7	77.6	11.5	9.2	1.85
1,0 A 2,0	42.2	56.7	82.5	11.0	4.1	2.77
+ DE 2,0	33.4	57.8	78.0	11.5	0.9	7.73
TOTAL (*)	44.9	52.9	79.3	11.4	4.7	4.26

FONTE: FIBGE - CENSO DEMOGRAFICO - TABULACOES ESPECIAIS

NOTAS: (1) PROPORCAO DOS INDIVIDUOS EM IDADE ATIVA (10 ANOS E +) QUE ESTAVAM ECONOMICAMENTE INATIVOS

(2) PROPORCAO DOS INDIVIDUOS OCUPADOS EM RELACAO AO CONJUNTO DAS PESSOAS EM IDADE ATIVA (10 ANOS E +)

(3) PROPORCAO DE PESSOAS COM VINCULO EMPREGATICIO (EXCLUSIVE DOMESTICO) EM RELACAO AO CONJUNTO DE OCUPADOS

(4) PROPORCAO DE PESSOAS QUE TRABALHAM POR CONTA-PRÓPRIA EM RELACAO AO CONJUNTO DE OCUPADOS

(5) PROPORCAO DE EMPREGADOS DOMESTICOS EM RELACAO AO CONJUNTO DE OCUPADOS

(6) RENDA MENSAL MEDIA OBTIDA NA OCUPACAO PRINCIPAL, CALCULADA PARA O CONJUNTO DOS OCUPADOS (EM SAL. MIN.)

NOTA: (*) INCLUI "SEM DECLARACAO DE RENDIMENTOS"

Sabemos que a inserção ocupacional pode variar bastante entre famílias do mesmo estrato de RFPC, e inclusive dentro da mesma unidade familiar. O tipo de inserção no mercado de trabalho e as características do núcleo familiar (incluindo-se aí a qualificação profissional dos membros) estabelecem distintas possibilidades de

construção de um padrão de consumo desejável.²¹ Assim como as experiências no mundo do trabalho podem ser bastante heterogêneas, no caso das famílias de menor renda é provável que haja um conjunto de circunstâncias que as diferenciam entre si. Mas, não é possível discernir, pelos dados disponíveis, as situações em que a baixa renda familiar está mais associada ao baixo nível de rendimentos do trabalho daquelas em que prevalece uma alta razão de dependência - a qual, por sua vez, depende tanto do tamanho e composição etária da família quanto das taxas de inatividade e de desemprego dos membros. Em ambos os casos, porém, é certo que estará manifestando-se alguma situação de precariedade: seja em relação à instabilidade ocupacional, à privação de oportunidades de trabalho, ao baixo poder aquisitivo dos salários ou à ausência de mecanismos de seguridade social.

1.3.2 - renda e moradia

Existe, certamente, um conjunto de necessidades básicas que geralmente não são minimamente satisfeitas (de acordo com critérios consensuados) pela população de baixa renda. Isto é especialmente grave em relação às condições de moradia dessas famílias, pois é comum as precariedades habitacionais produzirem certos estigmas de marginalização social, e assim a luta por uma moradia "digna" costuma marcar todo o projeto de vida das famílias, que transportam para o seu meio cultural os valores e ideais de progresso que permeiam a vida metropolitana.²²

Sabemos que na Região Metropolitana de São Paulo a questão da qualidade da habitação é um problema abrangente, associado ao intenso crescimento demográfico, às baixas remunerações do trabalho, à ocupação desregulamentada e especulativa do solo urbano, à debilidade das políticas

²¹ Veja o ensaio de EUNICE R. DURHAM - *A família operária: consciência e ideologia*, in: *Rev. Ciências Sociais*, vol. 23, 1980.

²² Veja DURHAM, E. R. - *A sociedade vista da periferia*, in: KOWARICK, L. (org.) - *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*, 1980.

públicas, entre outras. Interessa-nos particularmente verificar o quanto as condições habitacionais dos domicílios variam de acordo com a renda familiar, sabendo que - como em toda questão relacionada a carências sociais - a precariedade da moradia envolve distintos graus de privação.

TABELA 1.9

CONDICAO DE MORADIA DAS FAMILIAS, POR ESTRATO DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO - 1980

(em %)

RFPC	DOMICILIOS	COM 1 OU 2	MAIS DE 2	SANEAMENTO	DENSIDADE	MAT. CONST
(sm)	ADEQUADOS	INADEQUAC.	INADEQUAC.	INADEQUADO	INADEQUADA	PRECARIO
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
ATE 1,0	16.7	46.2	34.7	59.0	64.6	6.7
1,0 A 2,0	40.4	44.2	13.5	36.1	34.4	2.3
DE 2,0	75.1	20.0	3.0	15.0	7.6	1.6
TOTAL (x)	44.8	36.2	16.9	36.9	34.9	3.5

FONTE: FIORE - CENSO DEMOGRAFICO - TABULACOES ESPECIAIS

NOTAS: (1) PROPORCAO DAS FAMILIAS RESIDINDO EM DOMICILIOS ADEQUADOS EM ABASTECIMENTO DE AGUA, ESGOTO, DENSIDADE DOMICILIAR, SEPARACAO DE FUNCOES DOS COMODOS, MATERIAL UTILIZADO NA CONSTRUCAO E ENERGIA ELETRICA

(2) PROPORCAO DAS FAMILIAS RESIDINDO EM DOMICILIOS COM INADEQUACAO EM 1 OU 2 DOS CRITERIOS CITADOS

(3) PROPORCAO DAS FAMILIAS RESIDINDO EM DOMICILIOS COM INADEQUACAO EM 3 OU MAIS DOS CRITERIOS CITADOS

(4) PROPORCAO DAS FAMILIAS RESIDINDO EM DOMICILIOS COM ABASTECIMENTO DE AGUA E/OU INSTALACAO SANTIARIA INADEQUADOS

(5) PROPORCAO DAS FAMILIAS RESIDINDO EM DOMICILIOS COM DENSIDADE DOMICILIAR (Nº DE MEMBROS/Nº DE COMODOS) MUITO ALTA, SEGUNDO CRITERIOS INTERNACIONAIS

(6) PROPORCAO DAS FAMILIAS RESIDINDO EM DOMICILIOS CUJO MATERIAL UTILIZADO NA CONSTRUCAO E INADEQUADO

OBS.: (x) INCLUI "SEM DECLARACAO DE RENDIMENTOS"

Entre as famílias com RFPC de até 1 s.m., em 1980, apenas 17% residiam em moradias consideradas adequadas,²⁹ enquanto entre as com RFPC superior a 2 s.m. essa proporção atingia 75%. Atribuindo-se aos domicílios com mais de duas inadequações uma condição habitacional seguramente precária, verifica-se que mais de um terço das famílias de menor renda

²⁹ Avaliamos a condição habitacional de acordo com a disponibilidade de água, tipo de esgoto, material de construção utilizado, acesso à energia elétrica, densidade domiciliar e separação de funções dos cômodos. Os critérios de adequação e inadequação podem ser encontrados no Apêndice Metodológico

residiam em "moradias precárias", enquanto apenas um resíduo das famílias de maior renda estavam nessa situação - veja a tabela 1.9.

As precariedades habitacionais mais comuns entre as famílias de mais baixa renda eram a elevada densidade domiciliar (65% residem em domicílios com densidade inadequada) e a inadequação do saneamento básico do domicílio (59%). Nesta tabela, podemos notar que estas precariedades atingiam também uma parcela não desprezível das famílias com renda superior a 2 s.m.p.c., o que indica que as dificuldades na obtenção de moradias minimamente adequadas não eram exclusivas das famílias de mais baixa renda. Não obstante, a magnitude das desigualdades sociais no que tange às condições habitacionais era bastante evidente. E não se pode esquecer que a diferenciação, em termos da qualidade da moradia, não pode ser completamente captada por estes indicadores.

I.3.3 - renda e escolaridade

Outro aspecto importante do quadro das condições de vida da população é a situação educacional. A ausência de uma formação escolar adequada tem sido apontada como uma das principais razões da perpetuação da miséria do povo brasileiro. Talvez todos concordem em que a escolaridade básica é condição necessária ao pleno exercício da cidadania e que a educação é um dos fatores diferenciadores da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Mas, enquanto o País caminhava a passos largos em sua via desenvolvimentista, os investimentos em educação ficaram relegados a um segundo plano.

Assim, não surpreende que na Região Metropolitana de São Paulo os problemas de cobertura, repetência e evasão tenham sido sempre uma constante nas últimas décadas. O intenso crescimento demográfico das décadas de 50, 60 e 70

provocou uma crescente demanda por matrículas escolares, que ou não era atendida ou provocava um congestionamento das salas de aula. A partir da década de 70, quando o ensino de 1º Grau expandiu-se, evidenciaram-se as precárias condições da estrutura física dos prédios e a falta de material didático, enquanto deteriorava-se a qualidade do ensino na escola pública. Todos esses fatores, associados à própria miséria da população, ajudam a entender a precária condição educacional do grosso das pessoas dessa região.

TABELA 1.10

CONDIÇÃO EDUCACIONAL, SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO, POR ESTRATO DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1980

(em %)

REPC (em)	CRIANÇAS FORA DA ESCOLA (1)	CRIANÇAS SEM INSTRUÇÃO (2)	ADEQUAÇÃO SÉRIE/ IDADE (3)	ATRASSO SUPERIOR A 2 ANOS (4)	ADULTOS SEM INSTRUÇÃO (5)	ADULTOS SEM O PRIMÁRIO (6)	ADULTOS SEM O 1º GRAU (7)
ATE 1,0	17.4	10.5	31.5	20.1	23.2	31.2	91.7
1,0 A 2,0	8.0	3.5	48.9	10.1	12.5	31.1	77.4
+ DE 2,0	3.0	1.2	72.2	3.5	4.6	12.5	42.6
TOTAL (*)	12.5	7.1	45.9	14.3	13.0	30.4	68.6

FONTE: FIBGE - CENSO DEMOGRÁFICO - TABULADOES ESPECIAIS

- NOTAS: (1) PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS QUE NÃO FREQUENTOU A ESCOLA
(2) PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS QUE NÃO HAVIA FREQUENTADO A ESCOLA
OU NÃO TINHA CONCLUÍDO A 1ª SÉRIE, E QUE NÃO SABIA LER E ESCREVER UM
BILHETE SIMPLES
(3) PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS FREQUENTANDO O 1º GRAU CUJA IDADE
CORRESPONDE À SÉRIE FREQUENTADA
(4) PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS FREQUENTANDO O 1º GRAU CUJA RELAÇÃO
SÉRIE/IDADE APRESENTAVA UMA DISTORÇÃO SUPERIOR A 2 ANOS
(5) PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS E MAIS QUE NÃO TINHA FREQUENTADO A ESCOLA
OU NÃO HAVIA CONCLUÍDO A 1ª SÉRIE
(6) PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS E MAIS QUE NÃO COMPLETOU O ANTIGO CURSO
PRIMÁRIO, (INCLUI OS "SEM INSTRUÇÃO")
(7) PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS E MAIS QUE NÃO COMPLETOU O NÍVEL BÁSICO
DE ENSINO (INCLUI "SEM INSTRUÇÃO" E "SEM PRIMÁRIO")

OBS.: (*) INCLUI "SEM DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS"

De fato, em 1980, o perfil de escolaridade do conjunto da população adulta residente na Metrópole era relativamente baixo: 13% não tinha nenhuma escolaridade, 30%

não havia concluído o antigo primário e somente 31% tinha ao menos concluído o ginásio. Entretanto, quando analisamos a situação das pessoas de 18 anos ou mais pertencentes ao primeiro estrato de RFPC, constatamos que a situação educacional era realmente muito deficitária entre as famílias de mais baixa renda: 24% não tinha nenhuma instrução, 51% não estudou ou não conseguiu concluir o primário, e apenas uma minoria (8%) terminou ou ultrapassou o curso ginásial - tabela 1.10.

Quanto à situação escolar das crianças de 7 a 14 anos, os dados do Censo Demográfico comprovam que as crianças de famílias de menor renda encontram maiores dificuldades de acesso e principalmente de permanência no sistema de ensino. Em 1980, 17% destas não frequentava a escola, ou seja, ainda não havia ingressado ou tinha abandonado o estudo, e 10% sequer sabia ler e escrever uma mensagem simples, ao passo que no estrato de RFPC superior a 2 s.m. essas proporções eram residuais. Da mesma forma, a proporção de alunos de 1º Grau cuja idade correspondia à série frequentada era bem menor entre as crianças de mais baixa renda (31,5% contra 72%), ao que corresponde uma maior porcentagem com atraso escolar superior a dois anos (20% contra 3,5%), o que vem confirmar a tese de que a seletividade "natural" do sistema de ensino recai muito mais sobre essas crianças.²⁴

Assim, a desatenção em relação às condições educacionais do grosso da população do País (característica marcante do perfil dualista que marcou o sistema de ensino brasileiro) produziu grandes desigualdades no campo educacional, que se reproduziram no interior da Metrópole. No início dos anos 80, portanto, tais desigualdades eram de tal magnitude e os seus mecanismos de perpetuação já estavam

²⁴ Os dados referentes à distorção série/idade oferecem uma idéia aproximada do problema da repetência escolar, mas não devem ser confundidos com taxas de reprovação, que estabelecem a relação entre o número de reprovações e a totalidade das matrículas no 1º grau. Além disso, o atraso escolar pode decorrer de uma entrada tardia no sistema de ensino, cuja causa não pode ser determinada.

tão consolidados, que a reversão deste quadro de inequidade exigia um esforço constante, num largo prazo de tempo.

I.3.4 - renda e tempo de residência

Vale a pena examinar, também, a relação entre o tempo de residência na região metropolitana e a renda familiar *per capita* - tabela 1.11. Em primeiro lugar, nota-se que as famílias cujo chefe era natural de algum município da região representavam apenas 22% do total, enquanto cerca de 21% tinham como chefe pessoas que imigraram durante a década de 70. Em segundo lugar, a tabela mostra claramente que as famílias "recém-chegadas" na Metrópole concentravam-se basicamente no primeiro estrato de RFPC (51%), enquanto a maior parte (48%) das famílias "naturais" pertencia ao último estrato de RFPC.

TABELA 1.11
DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO ESTRATOS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA E
SEGUNDO O TEMPO DE RESIDÊNCIA DO CHEFE NA REGIÃO (1)
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1980

(em %)

RFPC	TEMPO DE RESIDÊNCIA (em anos)					TOTAL
	NASCEU	10 OU MAIS	6 A 9	1 A 5	MENOS DE 1	
ATE 1.0	16.0	55.7	11.4	13.8	3.0	100.0
1.0 A 2.0	20.2	58.7	9.2	10.2	1.7	100.0
2.0 OU MAIS	30.0	55.4	6.5	7.2	1.1	100.0
TOTAL	22.2	56.4	8.9	10.5	1.9	100.0
RFPC	NASCEU	10 OU MAIS	6 A 9	1 A 5	MENOS DE 1	TOTAL
ATE 1.0	23.9	32.7	42.6	44.6	31.0	53.6
1.0 A 2.0	27.6	31.6	31.5	30.2	27.0	30.3
2.0 OU MAIS	47.9	34.9	25.0	24.8	21.1	35.1
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: FIBGE - CENSO DEMOGRÁFICO - TABULAÇÃO ESPECIAL.

NOTA: (1) O TEMPO DE RESIDÊNCIA FOI ESTIPULADO DESCONSIDERANDO-SE
A MIGRAÇÃO INTRA-METROPOLITANA.

Obs: NA PARTE SUPERIOR ESTÃO DISTRIBUÍDAS AS FAMÍLIAS POR TEMPO DE RESIDÊNCIA
E NA PARTE INFERIOR SEGUNDO O ESTRATO DE RFPC.

Nota-se, também, que a proporção das famílias de mais baixa renda que possuíam chefes naturais da região era bem inferior à proporção de famílias de renda mais elevada com chefes nascidos na Metrópole (16% e 30%). Em contrapartida, a participação das famílias cujo chefe residia há no máximo 5 anos na região era muito maior entre as de menor renda (16,8 contra 8,3%).

Certamente, o pequeno tempo de residência estava associado a uma precária inserção no mercado de trabalho metropolitano. As pessoas recém-chegadas na região em geral eram absorvidas em ocupações de baixa qualificação, como é o caso de serventes na construção civil e de empregadas domésticas. De qualquer modo, a maioria dos migrantes (cuja escolaridade era muito baixa), ao chegarem à região, tinham que enfrentar desvantagens comparativas na disputa por postos de trabalho.

Há que se considerar que aquilo que melhor caracterizava esses migrantes era a busca de melhores condições de vida, dadas condições pretéritas de vida muito ruins. Podemos destacar, nesse sentido, o fato de que os níveis de fecundidade e de mortalidade na infância entre as famílias com poucos anos de residência em São Paulo eram, em geral, bem maiores que nas famílias que migraram há mais tempo - tabela 1.12. Observe-se, ainda, que a fecundidade era sensivelmente menor entre as mulheres de famílias cujos chefes eram naturais da região, o mesmo acontecendo em relação à natimortalidade e à sobrevivência dos filhos.²²

De um modo geral, pode-se afirmar que o maior tempo de residência na região provavelmente conferia maior adaptação à vida metropolitana, melhores chances de inserção no mercado de trabalho e, inclusive, maior acesso aos

²² Utilizamos as informações referentes às mulheres de 50 a 54 anos por serem as mais confiáveis (este tipo de pesquisa retrospectiva) e por expressarem com muita clareza os diferenciais de participação feminina e de sobrevivência dos filhos.

programas públicos, como é o caso dos serviços de saúde. Dessa forma, não só a renda familiar per capita tendia a elevar-se com o aumento do tempo de residência, como tendiam a melhorar as condições de vida dessas pessoas.

TABELA 1.12

ASPECTOS DEMOGRAFICOS DAS FAMILIAS SEGUNDO O TEMPO DE RESIDENCIA DO CHEFE NA REGIAO
REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO - 1980

TEMPO DE RESIDENCIA (em anos)	TAMANHO MEDIO FAMILIAR (1)	FECUNDIDADE DAS MULHERES DE 30 A 34 ANOS (2)	COEFICIENTE DE NATI- MORTALIDADE (3)	RAZAO DE SOBREVIVENCIA DOS FILHOS (4)	PROBABILIDADE DE MORTE 0 A 4 ANOS (5)
NASCEU	3.60	2.00	36.48	93.57	64.00
10 OU MAIS	4.00	2.46	45.92	91.31	85.34
6 A 9	4.07	2.50	50.64	89.00	104.04
1 A 5	3.92	2.59	51.52	87.91	113.61
MENOS DE 1	3.77	2.74	67.55	88.44	112.55
TOTAL (*)	3.90	2.36	45.64	91.95	87.52

FONTE: FIOGE - CENSO DEMOGRAFICO - TABULACOES ESPECIAIS

NOTAS: (1) NUMERO MEDIO DE MEMBROS POR FAMILIA

(2) NUMERO MEDIO DE FILHOS TIPOS NASCIDOS VIVOS PELAS MULHERES DE 30 A 34 ANOS

(3) NUMERO MEDIO DE FILHOS TIPOS NASCIDOS MORTOS POR 1000 NASCIMENTOS, PELAS MULHERES DE 30 A 34 ANOS

(4) NUMERO MEDIO DE FILHOS VIVOS A DATA DO CENSO, EM RELACAO AOS FILHOS NASCIDOS VIVOS, PELAS MULHERES DE 30 A 34 ANOS

(5) PROBABILIDADE DE MORTE ANTES DE COMPLETAR O 5o ANO DE VIDA, POR 1000 NASCIDOS VIVOS

NOTA: (*) INCLUI "SEM DECLARACAO"

I.3.5 - condições de vida e esperança de vida

As precárias condições de vida de parcela ponderável da população e o grau de desigualdade social podem ser facilmente visualizados através de um indicador sintético das condições de saúde da comunidade: a esperança de vida ao nascer. No caso das estimativas baseadas em dados censitários, a expectativa média de vida ao nascimento deve ser entendida como o produto das condições de vida e do acesso aos serviços de saúde, numa certa região, durante o quinquênio anterior ao Censo.

Nas tabelas 1.13 a 1.16, podemos verificar que a esperança de vida ao nascer é tanto maior quanto maior for a renda familiar per capita, quanto maior for o tempo de residência do chefe da família na região, quanto melhor for a condição do saneamento básico do domicílio, e quanto maior for o grau de instrução da mãe.²⁴

TABELA 1.13

ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER ⁽¹⁾ SEGUNDO O TEMPO DE RESIDÊNCIA DO CHEFE DA FAMÍLIA
POR ESTRATO DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1975/1980

(em anos)

RFPC (sm)	NASCEU	TEMPO DE RESIDÊNCIA				TOTAL (3)
		10 ANOS OU MAIS	6 A 9 ANOS	1 A 5 ANOS	MENOS DE 1 ANO	
ATE 1,0	63,5	62,1	61,8	59,4	55,9	61,5
1,0 A 2,0	65,9	63,4	60,9	60,4	59,3	63,0
+ DE 2,0	68,6	65,0	65,0	64,7	68,4	66,4
TOTAL (2)	65,7	62,6	61,6	60,0	57,1	62,3

FONTE: FIDCE - CENSO DEMOGRAFICO - TABULACOES ESPECIAIS

NOTAS: (1) ESPERATIVIA MEDIA DE VIDA AO NASCER, CALCULADA COM BASE NO METODO DE
BRASS-SULLIVAN (TABUA DE VIDA: MODELO BRASIL)

(2) INCLUI "SEM DECLARACAO DE RENDIMENTOS"

(3) INCLUI "TUMORADO"

Deve-se ressaltar que a magnitude dos diferenciais verificados entre situações extremas varia de acordo com o tipo de cruzamento.²⁵ Por exemplo, a esperança de vida nas famílias cujo chefe era natural da região e cuja RFPC era superior a 2 s.m. atingia 68,6 anos, enquanto que nas famílias recém-chegadas à região e cuja RFPC não era maior que 1 s.m. a expectativa era de 55,9 anos - uma diferença de 12,7 anos (tabela 1.13). Por outro lado, quando a mãe não

²⁴ Sabemos que existe um gap (temporal) entre a situação que determinou as chances de sobrevivência dos filhos e a situação das famílias à época do Censo. Por isso, a escolaridade da mãe - que normalmente é um atributo que não se modifica - é considerada o fator preponderante na explicação dos diferenciais sócio-econômicos de mortalidade infantil-juvenil. Cf. IDGE/UNICEF - Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil, aspectos sócio-econômicos da mortalidade infantil em áreas urbanas, 1986.

²⁵ Uma análise mais cuidadosa destas tabelas pode ser encontrada em NESUR/IE/UNICAMP - A pobreza no Brasil, op. cit., 1989.

TABELA 1.14

ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER ⁽¹⁾ DE ACORDO COM A CONDIÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO DO DOMICÍLIO
SEGUNDO O TEMPO DE RESIDÊNCIA DO CHEFE DA FAMÍLIA
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1975/1980

(em anos)

TEMPO DE RESIDÊNCIA (em anos)	CONDIÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO				TOTAL (2)
	ADEQUADO	APENAS ÁGUA ADEQUADA	APENAS ESGOTO ADEQUADO	ÁGUA E ESGOTO INADEQ.	
NASCEU	68.6	63.6	63.6	57.3	65.7
10 OU MAIS	65.9	62.4	60.4	56.2	62.8
6 A 9	66.5	61.3	60.1	56.4	61.6
1 A 5	65.1	59.8	59.3	55.2	60.0
MEIOS DE 1	64.6	57.5	56.6	51.1	57.1
TOTAL (2)	66.6	61.8	60.6	55.8	62.5

FONTE: FIBGE - CENSO DEMOGRÁFICO - TABULAÇÕES ESPECIAIS

NOTAS: (1) ESPERATIVA MÉDIA DE VIDA AO NASCER, CALCULADA COM BASE
NO MÉTODO DE BRASS-SULLIVAN (TABELA DE VIDA: MODELO BRASIL)
(2) INCLUI "SEM DECLARAÇÃO"

TABELA 1.15

ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER ⁽¹⁾ DE ACORDO COM O GRAU DE INSTRUÇÃO DAS MÃES
SEGUNDO O TEMPO DE RESIDÊNCIA DO CHEFE DA FAMÍLIA
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1975/1980

(em anos)

TEMPO DE RESIDÊNCIA (em anos)	GRAU DE INSTRUÇÃO						TOTAL (2)
	SEM INSTRUÇÃO	PRIMÁRIO INCOMPLETO	PRIMÁRIO COMPLETO	GINÁSIO INCOMPLETO	GINÁSIO COMPLETO	ULTRAPASSOU o 1º grau	
NASCEU	56.8	59.8	65.7	67.3	69.3	70.5	65.7
10 OU MAIS	56.5	60.8	64.5	65.9	68.6	69.2	62.8
6 A 9	55.8	60.8	64.6	64.5	66.9	70.6	61.6
1 A 5	53.1	59.1	61.8	63.5	65.2	71.2	60.0
MEIOS DE 1	47.3	57.4	60.6	61.7	66.2	70.1	57.1
TOTAL (2)	54.6	60.1	64.5	65.7	68.2	70.2	62.5

FONTE: FIBGE - CENSO DEMOGRÁFICO - TABULAÇÕES ESPECIAIS

NOTAS: (1) ESPERATIVA MÉDIA DE VIDA AO NASCER, CALCULADA COM BASE NO
MÉTODO DE BRASS-SULLIVAN (TABELA DE VIDA: MODELO BRASIL)
(2) INCLUI "SEM DECLARAÇÃO"
(3) INCLUI "CURSO NÃO SERIADO" E "IGNORADO"

tinha instrução e a família residia em domicílio com abastecimento de água e instalação sanitária inadequados a esperança de vida era de apenas 51,9 anos, ao passo que quando a mãe tinha pelo menos a escolaridade básica (completou o 1º Grau) e a família residia em domicílio com saneamento básico adequado a expectativa de vida alcançava 70,9 anos - um diferencial de 19 anos! (tabela 1.16)

É muito provável que as famílias que apresentavam as carências mais agudas, em 1980, de um modo geral tenham estado expostas a precárias condições de vida durante a década de 70, o que refletiu-se diretamente sobre a sobrevivência dos filhos. Isto expressa, indiretamente, o caráter estrutural das carências sociais desse segmento da população metropolitana.

TABELA 1.16

ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (1) SEGUNDO A CONDIÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO DO DOMICÍLIO E O GRAU DE INSTRUÇÃO DA MÃE
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1975/1980

(EM ANOS)

GRAU DE INSTRUÇÃO DA MÃE	CONDIÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO				TOTAL (2)
	ADEQUADO	APENAS ÁGUA ADEQUADA	APENAS ESGOTO ADEQUADO	ÁGUA E ESGOTO INADEQ.	
SEM INSTRUÇÃO	53.4	56.2	56.0	51.9	54.6
PRIMÁRIO INCOMPLETO	63.4	60.7	60.1	56.3	60.1
PRIMÁRIO COMPLETO	67.1	64.1	63.0	58.6	64.3
GINÁSIO INCOMPLETO	68.0	63.8	63.3	60.7	65.7
GINÁSIO COMPLETO	69.4	66.0	65.8	61.7	66.2
ULTRAPASSOU O 1º GRAU	70.9	67.5	66.7	62.4	70.2
TOTAL (3)	66.6	61.2	60.6	55.8	62.3

FONTE: FIDGE - CENSO DEMOGRÁFICO - TABELAS ESPECIAIS

NOTAS: (1) ESPERATIVA MÉDIA DE VIDA AO NASCER, CALCULADA COM BASE NO MÉTODO DE BRASS-SULLIVAN (TABELA DE VIDA: MODELO BRASIL)

OPS.: (*) INCLUI OS COM "CONDIÇÃO IGNORADA"

(**) INCLUI "CURSO NÃO BERTADO" E "IGNORADO"

Sintetizando a argumentação desenvolvida ao longo deste capítulo, podemos afirmar que o modelo de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda e a forma como se deu a metropolização de São Paulo produziram e sustentaram uma série de desigualdades sociais, criando sistematicamente uma massa populacional marginalizada quanto ao acesso aos benefícios do progresso material da região, o que pode ser comprovado pelo retrato da situação social na Metrópole, em 1980. Contribuíram de forma decisiva para esse processo de exclusão social²² as características do mercado de trabalho metropolitano, a natureza e a intensidade do fenômeno migratório e a ausência de políticas públicas efetivamente direcionadas para o equacionamento das principais carências urbanas.

Mas, não se pode esquecer que o estupendo crescimento econômico da região sancionou a absorção de um grande contingente de migrantes, que vinham em busca de oportunidades de trabalho e de melhoria de vida. Além disso, embora a exclusão fosse estrutural, os excluídos não eram os mesmos, posto que prevalecia uma certa mobilidade social. De fato, enquanto houve crescimento econômico, todos ganharam, embora uns poucos se beneficiassem muito mais que a imensa maioria, para a qual a obtenção de melhores condições de vida era o resultado de longos anos de sacrifício e trabalho duro.

O problema é que as precariedades urbanas cresceram num ritmo acelerado, em contraste com o lento processo de melhoria no atendimento às necessidades básicas da população de baixa renda. E quando os mecanismos de mercado mostraram-se insuficientes para solucionar as carências sociais, explodiram as pressões sobre o Estado.

²² Usamos o termo "exclusão social" como sinônimo de "marginalização social". Em ambos os casos, estão associados uma precária inserção no mercado de trabalho e um limitado acesso aos programas sociais. Como se pode notar, os termos não significam uma completa ausência de participação na vida social, mas a privação das condições necessárias para poder participar do estilo de vida que o progresso material da região em tese proporciona.

O nosso desafio, agora, é investigar como a crise deste padrão de crescimento afetou a reprodução da pobreza na Metrópole. Significa dizer: como a interrupção daquele intenso dinamismo econômico alterou as possibilidades de ascensão social e gestou novas formas de marginalização, e como isto modificou o perfil da pobreza metropolitana.

Capítulo II

A Metrópole e a crise

No plano econômico, os anos 80 foram marcados pela ruptura do padrão de financiamento e pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento vigente no País desde meados da década de 50. Tal ruptura, desencadeada pelas transformações da ordem econômica internacional e marcada por uma série de distorções internas ao modelo, provocou um acirramento dos conflitos no interior do Estado, o que aumentou as dificuldades de articular uma nova diretriz para a economia. Assim, a economia brasileira foi aprisionada dentro de uma situação de estagnação inédita, marcada pela tentativa de aplicação do modelo de ajuste baseado no *drive* exportador, o que acabou acentuando a estreiteza de alternativas e aumentando a incerteza (generalizada) em relação aos desdobramentos da crise.⁴

Neste capítulo examinaremos, sinteticamente, as raízes da crise econômica, as tentativas de ajuste via políticas econômicas de curto prazo, e os impactos da crise sobre a estrutura econômica e o mercado de trabalho da Grande São Paulo. Também faremos menção às consequências da inflexão demográfica sobre as demandas sociais na Metrópole, na década passada.

⁴ Sobre este ponto, veja-se o ensaio de JOÃO MANUEL CARDOSO DE HELLO - *Consequências do neoliberalismo*, in: *Economia e Sociedade* (Revista do IE/UNICAMP), Nº 1, agosto de 1992.

II.1. Crise econômica e políticas de estabilização

Foi apenas no início da década de 80 que a crise econômica manifestou-se com toda a sua intensidade e tornou evidente a sua gravidade, quando sentiu-se claramente os impactos do profundo processo de reordenação da economia mundial sobre a economia nacional. Mas, já na segunda metade da década de 70, a conjuntura econômica refletia uma forte desaceleração no dinamismo que a economia brasileira apresentara durante o período anterior, enquanto a inflação e o equilíbrio das contas externas tornavam-se preocupações centrais do Governo. Portanto, para que possamos compreender as razões da crise dos anos 80, é aconselhável que examinemos, rapidamente, o modo como ela foi gestada.²

Sabemos que o processo de industrialização - baseado nos investimentos das empresas multinacionais e do setor público, e que propiciou, em seu movimento expansivo, campo para o desenvolvimento de vários segmentos do capital privado nacional - esgotou suas possibilidades após o fracasso do II PND.³ Na verdade, o fim do longo ciclo de crescimento experimentado pela economia brasileira deveu-se à perda progressiva das suas fontes de dinamismo e às contradições do esquema de financiamento articulado durante os governos militares. Senão, vejamos.

Durante o período conhecido como "milagre econômico", um dos principais fatores que permitiram a expansão inusitada das taxas de acumulação de capital e de crescimento da produção tinha sido a possibilidade de endividamento externo, facilitado e induzido pelas baixas

² Um balanço das principais contribuições a respeito da natureza da crise do padrão de crescimento brasileiro, assim como uma análise detalhada da desarticulação dos fatores dinâmicos, dos desequilíbrios macro-econômicos e das pressões exercidas pelo balanço de pagamento sobre as contas nacionais podem ser encontradas na tese de doutoramento de RICARDO M. CARNEIRO - *Crise, estagnação e hiperinflação: a economia brasileira nos anos 80*, IE/UNICAMP, 1991.

³ Veja LESSA, C. - *A estratégia de desenvolvimento 1974-76: sonho e fracasso*, UFRJ, 1976.

taxas de juros internacionais. De fato, no início dos anos 70, foi se consolidando um esquema de financiamento bastante engenhoso, do qual participavam conjuntamente as grandes empresas, o sistema bancário nacional e o sistema financeiro internacional, esquema este que era sancionado pelas políticas cambial e monetária.

Porém, as modificações ocorridas na esfera internacional, a partir de 1974, e o desequilíbrio dinâmico interno entre a demanda corrente e a expansão da capacidade produtiva, fizeram ressurgir crescentes *déficits* no balanço de pagamentos e crescentes pressões inflacionárias, além de provocarem uma desaceleração da taxa de investimento. Na tentativa de minimizar esses problemas, a política econômica na segunda metade da década de 70 acabou tornando aquele mecanismo de financiamento baseado no endividamento externo ainda mais sofisticado e irresistível, e terminou por sancionar uma verdadeira "ciranda financeira".⁴ Em consequência, os desequilíbrios aumentaram e a inflação continuou subindo. Embora os investimentos do setor público durante esse período tenham evitado uma desaceleração mais drástica da taxa de crescimento do PIB, os sinais de perda de dinamismo já eram claros. E, mesmo assim, quando em 1979 a situação do balanço de pagamentos tornou-se evidentemente precária - 2º choque do petróleo e elevação das taxas de juros internacionais, com valorização do dólar -, as autoridades econômicas ainda acreditavam que aquela conjuntura desfavorável não perduraria por muito tempo, e que o importante era "empurrar com a barriga".

A década de 80 começou, portanto, num contexto internacional bastante desfavorável, mas sem que uma estratégia de redefinição dos mecanismos de financiamento interno fosse esboçada. No final de 1980, prisioneiras das

⁴ Veja COUTINHO, L. e BELLUZZO, L. G. - Política econômica, inflação e crise: 1974-1981, in BELLUZZO, L. G. e COUTINHO, R. (orgs.) - *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*, 1983

contradições de sua política, pressionadas pelos credores externos e atemorizadas pela erosão das reservas cambiais e pelo avanço da taxa anual de inflação (que beirava os três dígitos), as autoridades econômicas adotaram medidas de cunho fortemente recessivo, encaminhando o País para um dos piores períodos de sua história recente. A justificativa era a de que a recessão constituía condição essencial para a amortização da dívida externa e para o controle da inflação. Mas, apesar dos esforços na busca de *superávits* comerciais, os serviços da dívida externa continuaram a pressionar o equilíbrio cambial-monetário. E assim, depois do "setembro negro" de 1982, com a paralização dos fluxos de créditos internacionais e a retração do comércio mundial, pouca margem de manobra restava às autoridades econômicas, e o recurso ao FMI pareceu-lhes a melhor saída.

Dessa forma, convergiram no tempo o progressivo fechamento do mercado externo de capitais e o esgotamento da capacidade de sustentação dos investimentos produtivos pelo setor público. Diante desse quadro, a opção estratégica do último governo militar foi a de apostar no ajuste econômico baseado no *drive* exportador, que além de garantir o pagamento dos compromissos externos, representava transferir para as exportações a responsabilidade de gerar dinamismo para a retomada da trajetória de crescimento da economia brasileira. Mas, na segunda metade da década, essa opção mostrou-se dinamicamente insustentável, posto que o estímulo às exportações dependia de uma contenção permanente da demanda interna, enquanto a retomada do crescimento implicaria novos investimentos que seguramente pressionariam o saldo comercial. Por isso, essa estratégia encontrou resistência por parte de muitos e distintos grupos sociais.²

² Uma análise das impossibilidades de êxito do modelo exportador, assim como das destruturantes consequências sócio-econômicas implícitas neste "ajuste", tão cara aos defensores do projeto neo-liberal, pode ser encontrada em CARLOS ALONSO BARBOSA DE OLIVEIRA - *Política de ajuste econômico e sindicatos no Brasil*, Cadernos CESIT, Texto para discussão nº 7, IE/UNICAMP, 1992.

Cabe lembrar que o descontrole fiscal e financeiro do setor público acabou reforçando ainda mais o movimento de acumulação financeira e impulsionando a aceleração inflacionária, enquanto avançava a deterioração dos instrumentos de política econômica. Em menos de 10 anos, portanto, o poderoso Estado brasileiro, de arquiteto e principal condutor do desenvolvimento nacional, tornou-se a vítima esfacelada de suas próprias criações. A contrapartida do mecanismo de endividamento externo foi o crescimento acelerado da dívida pública interna e o desequilíbrio patrimonial do setor público, o que representou um paulatino estrangulamento da capacidade do Governo em exercer uma política econômica autônoma. Além disso, o corte generalizado nos investimentos e gastos do setor público, devido ao crescimento do *déficit* das contas nacionais, foi um dos principais responsáveis pela profunda recessão na qual mergulhou a economia brasileira. Vejamos, então, quais as principais características do período recessivo e como a economia respondeu às políticas de estabilização.

O período 1981-1983, caracterizado pela tentativa de ajuste ortodoxo da economia, correspondeu talvez à mais forte retração da indústria brasileira, com quedas reais no valor da produção, aumento generalizado da capacidade ociosa e desemprego em massa nos principais centros industriais. Entre as medidas adotadas, destacam-se a política de arrocho salarial, o desestímulo ao investimento privado e ao consumo (política monetária rígida, restrição ao crédito e elevação das taxas de juros), e a prioridade à política de incentivos à exportação de manufaturados e de restrições às importações, com a adoção de uma política cambial agressiva. Do ponto de vista do saldo comercial, os resultados foram positivos, pois as exportações brasileiras voltaram a crescer. Porém, a dívida externa continuou expandindo-se

assustadoramente (atingiu o montante de 81 bilhões de dólares em 1983), enquanto o PIB reduziu-se a uma taxa anual em torno de -2%, com a taxa de inflação saltando para um patamar superior a 150% a.a. Ou seja, aquele colossal esforço não impediu que os indicadores macro-econômicos mostrassem uma situação inconsistente. E, mais grave, o processo de estatização da dívida externa e o crescimento exacerbado da dívida pública interna apontavam claramente para a falência financeira do Estado brasileiro.

A partir de 1984, graças à recuperação do comércio internacional - e especialmente aos gigantescos *déficits* comerciais dos Estados Unidos -, o setor exportador brasileiro experimentou um *boom* até então inédito, fazendo o PIB voltar a crescer significativamente e diminuindo a pressão sobre o balanço de pagamentos. Depois de três anos de recessão, as amarras da economia foram afrouxadas, e o setor industrial começou a se recuperar, e com ele o nível de emprego. A demanda interna só voltaria a reaquecer-se em 1985, com o Governo da Nova República, devido à política de recuperação salarial e à expansão da massa de salários (cresceram tanto o nível de emprego como o salário real). Entretanto, a "ciranda financeira" continuava a girar - com velocidades crescentes - alimentando a especulação e fazendo a taxa de inflação saltar para o patamar de 200% a.a., no final de 1984. A fonte principal de instabilidade foi preservada, e assim, embora o PIB voltasse a crescer à sua taxa histórica, os níveis de investimento produtivo mantiveram-se relativamente muito reduzidos.

A implantação do Plano Cruzado, em março de 1986, representou um marco na condução da política econômica (especialmente pelo congelamento dos preços), e foi exitosa no sentido de suspender a escalada inflacionária, aumentar o poder de compra das famílias, estimular a produção e propiciar um crescimento vigoroso do PIB (8% a.a.). Porém, a

implementação do Plano não pôde contemplar o enfrentamento - porque politicamente inviável - das questões cruciais responsáveis pela aceleração da inflação: a questão externa e o desequilíbrio financeiro do setor público. Assim, devido à manutenção do congelamento e ao insucesso do Cruzado II (que tentou tardiamente equacionar as finanças e recuperar a capacidade de gasto do Estado), foram-se deteriorando as condições de sustentação da equipe econômica. Nesse sentido, é importante que não restem dúvidas a respeito das razões do fracasso do Plano:

"Apesar do congelamento de preços não ter afetado substancialmente a rentabilidade operacional das grandes empresas, a queda das taxas de juros golpeava seus ganhos rentistas. Por outro lado, as propostas de reforma fiscal e financeira, juntamente com a negociação da dívida externa em outras bases, inclusive com o recurso da moratória, ameaçavam o controle que as grandes empresas detinham sobre a política econômica. Na verdade, a execuções dessas reformas resultaria no alargamento do raio de manobra da política econômica, na recuperação pelo Estado dos controles macro-econômicos, o que golpeava o rentismo das grandes empresas. E assim, os grandes empresários e a grande imprensa moveram violenta campanha contra a moratória externa, contra a elevação da carga tributária etc., derrotando assim uma proposta alternativa ao ajuste exportador".*

Quando o Governo decretou a moratória externa, em fevereiro de 1987, já era tarde para reverter a grave erosão nas reservas cambiais acumuladas durante os anos anteriores. A perda de sustentação política da equipe econômica levou a nova mudança na condução da política econômica, a qual voltou a sinalizar no sentido de uma desaceleração da economia, com o objetivo de conter as expectativas de nova escalada inflacionária e de recuperar as reservas cambiais.

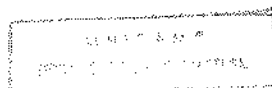
* OLIVEIRA, C. A. B., *op. cit.*, p. 11.

O triênio 1987-1989, caracterizado por novas tentativas de estabilização (Plano Bresser, política "feijão com arroz" e Plano Verão), marcou o retorno às políticas de contenção da demanda corrente (com perdas salariais recorrentes), de prioridade para a busca de *superávits* comerciais, e de cortes no gasto público. Apesar da utilização dos mais diversos instrumentos de ajuste,⁷ inclusive com novos congelamentos de preços, a taxa inflacionária saltou de 80% em 1986 para 430% em 1987, mais de 900% em 1988, e cerca de 1800% em 1989. Por outro lado, a taxa de crescimento do PIB reduziu-se consideravelmente, e o desempenho industrial foi medíocre - não havendo recessão graças ao desempenho favorável das exportações de produtos industrializados.

Ao final da década assistimos, em síntese, ao recrudescimento do processo inflacionário, à maturação da crise fiscal e financeira do setor público, à estagnação da economia, à transferência de grande montante de capitais para o exterior, ao envelhecimento do parque produtivo, e ao estrangulamento na oferta de setores estratégicos (como energia, comunicações, armazenagem, transportes etc.), em virtude da falta de investimentos nessas áreas.

É preciso mencionar, também, que a crise econômica implicou uma interrupção no processo de estruturação e formalização do mercado de trabalho brasileiro. Nos anos 80, assistiu-se à deterioração das condições gerais do mercado de trabalho urbano, que pode ser constatada não só pelo desempenho do nível de emprego industrial e pelo aumento da proporção de assalariados sem carteira de trabalho assinada,

⁷ Sobre a ineficácia das tentativas de combater a inflação nesse período, veja a tese de mestrado de ELISA CRISTINA LIMA RÊGO - *A operacionalidade da política monetária no Brasil no contexto da moeda indexada (1985/1990)*, TE/UNICAMP, 1991.



mas inclusive pela significativa redução do nível real dos rendimentos do trabalho.*

A conclusão a que chegamos é que todos esses fatores foram aos poucos colocando a economia brasileira num impasse. Em 1980, o País tinha alcançado a condição de oitava economia capitalista do mundo, mas uma análise mais atenta de sua estrutura produtiva revelava um quadro de elevada heterogeneidade estrutural, marcado por uma série de distorções sócio-econômicas. E, o que é mais grave, durante o período de desenvolvimento econômico acelerado não se constituíram bases sólidas para a integração produtiva e financeira, para o desenvolvimento tecnológico, e muito menos para o equacionamento da questão social. Ora, durante a última década, as várias tentativas de contornar os principais problemas econômicos (a inflação, a dívida externa e o *déficit* público) recorreram aos mais diversos arcabouços teóricos e fracassaram sistematicamente, em razão da quase ausência de reformas estruturais efetivas e de amplo alcance. É possível que em nenhum outro período da nossa história a política econômica tenha sido executada com tão elevado grau de contradições e tão pouca eficácia, dadas as suas limitações intrínsecas.*

Mas, não nos enganemos: a política econômica sempre cumpriu um papel no que diz respeito aos marcos da acumulação de capital no Brasil, e as suas contradições derivam do fato de refletir uma tentativa de preservação dos interesses consolidados durante o longo período de expansão.

Na verdade, o preço do ajuste econômico foi transferido para os segmentos mais fracos da economia: para

* Sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil na década de 80, veja-se o ensaio de PAULO BALTAR, CLAUDIO DEDECCA & WILHES HENRIQUE - *Mercado de trabalho, precarização e exclusão no Brasil*, IE/UNICAMP, mimeo, 1993.

* Sobre os deslaminhos da política econômica nos anos 80, veja-se a tese de doutoramento de RICARDO CARNEIRO, *op. cit.*, especialmente o último capítulo.

as empresas menos competitivas (que não tiveram acesso aos subsídios públicos ou que não conseguiram formar uma carteira de ativos financeiros), para os pequenos produtores agrícolas (dada a evolução desfavorável dos preços dos alimentos, em comparação com os juros bancários), e principalmente para os trabalhadores (que sofreram as consequências da deterioração do mercado de trabalho, seja pela questão do desemprego, seja pela deterioração do poder de compra dos salários). E não podemos nos esquecer das empresas estatais, que também arcaram com parcela do ônus do endividamento do setor público e tiveram comprometida a sua capacidade de investir.

Além disso, a crise fiscal inviabilizou uma ação eficiente do Estado no sentido de saldar a enorme dívida social, e esta talvez seja a face mais perversa da crise crônica com que o País tem convivido nesses últimos anos.

Cabe agora examinar como a ruptura da trajetória de crescimento acelerado afetou a estrutura produtiva na Grande São Paulo, nos anos 80. Em outras palavras, trata-se de dimensionar a extensão da crise econômica na metrópole mais rica do País, para que possamos posteriormente avaliar os impactos dessa crise sobre as condições de vida da população.

II.2. A economia metropolitana nos anos 80

A crise econômica atingiu diversamente as várias regiões do País, provocando diferentes reações no campo e nas cidades, no sul e no norte, nas áreas mais desenvolvidas e naquelas mais atrasadas. Sabemos que a crise manifestou-se com maior força no setor secundário da economia (tanto na indústria de transformação quanto na construção civil), e que afetou com particular intensidade o Estado de São Paulo, o mais industrializado da Federação. Não é de surpreender que, tendo o valor da transformação industrial brasileira apresentado um crescimento de 7,8% entre 1980 e 1989, em São Paulo a produção industrial tenha ficado praticamente estagnada (1,6%) - tabela 2.1. De fato, durante os anos 80 continuou caindo a participação do Estado de São Paulo no produto industrial do País (de 53% em 1980 para cerca de 50% em 1989), o que se deve principalmente ao melhor desempenho da região Sul e de Minas Gerais, que cresceram 14,6% e 17,3%, respectivamente, na década.

TABELA 2.1
ÍNDICES DE CRESCIMENTO DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL
ESTADOS E REGIÕES BRASILEIRAS - 1980/1989

	1980/1983 (80 = 100)	1983/1986 (83 = 100)	1986/1989 (86 = 100)	1980/1989 (80 = 100)
AGREGADO				
BRASIL	83.6	127.6	100.6	107.8
SÃO PAULO	80.2	128.3	96.7	101.6
RIO DE JANEIRO	67.6	118.3	104.3	108.3
MINAS GERAIS	89.7	124.3	105.2	117.3
R. NORDESTE	95.0	119.7	98.3	111.6
R. SUL	87.7	127.9	102.1	114.6

FONTE: FIDGE - PRODUÇÃO INDUSTRIAL: 1980/89

OBS.: RETIRADA DA COLEÇÃO SÃO PAULO NO LIMAR DO SÉCULO XX
VOL. 3, 1992.

Realmente, a indústria paulista foi mais sensível ao esgotamento do padrão de crescimento, às mudanças na

política econômica e aos movimentos conjunturais da economia. Durante a recessão dos anos iniciais da década, o Estado de São Paulo foi o mais afetado, com uma redução de cerca de 20% no valor da transformação industrial. Inversamente, no triênio de recuperação, foi o que apresentou o melhor desempenho (crescimento de 28,3%). E, nos anos finais de estagnação, enquanto algumas regiões apresentaram uma pequena expansão, em São Paulo a produção industrial reduziu-se ligeiramente. Evidentemente, o grande peso da indústria paulista no produto industrial do País teve forte impacto sobre a flutuação deste durante a década.

TABELA 2.2
INDICADORES DE DESEMPENHO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
ESTADO DE SÃO PAULO - 1980/1989

ANOS	ÍNDICE DO NÍVEL DE ATIVIDADE	NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACID.	NÍVEL DE PESSOAL OCUPADO
80	100.0	84.4	100.0
81	91.3	79.0	93.1
82	92.0	76.1	88.5
83	89.5	73.2	81.3
84	76.3	74.0	81.7
85	107.1	76.3	88.4
86	120.1	80.5	97.2
87	119.2	80.6	99.2
88	118.9	80.1	97.3
89	119.9	80.0	98.5

FONTES: FIESP e F. SEADE

OBS.: RETIRADA DA COLEÇÃO SÃO PAULO NO LIMAR DO SÉCULO XXI
VOL. 3, 1972.

A oscilação de alguns indicadores de desempenho da indústria paulista durante a década de 80 pode ser avaliada através da tabela 2.2. Note-se que em 1983 verificou-se o mais baixo nível de atividade da década, com o maior grau de ociosidade e o menor nível médio de pessoal ocupado. Por outro lado, em 1986 encontramos o maior índice de atividade, sendo que daí até o final da década os indicadores parecem

demonstrar uma certa estabilidade da indústria de transformação paulista.¹⁰

O conjunto da economia paulista, contudo, não apresentou um desempenho tão medíocre quanto o de sua indústria, graças ao crescimento moderado da agricultura (2,1% a.a.) e à expansão significativa do setor terciário (4,2% a.a.). Em meio a um período de crise, a agricultura paulista beneficiou-se da reestruturação produtiva do setor (política energética e incentivos à exportação). Ao mesmo tempo, a expansão e as transformações do terciário paulista refletiram tanto os ajustes realizados pela indústria (que tendeu a externalizar uma série de serviços de apoio), como a expansão das atividades de exportação, da intermediação financeira e da atuação pública, além dos requerimentos próprios do adensamento da rede urbana estadual.

A década de 80 marcou, segundo estudo recente,¹¹ uma continuação na redefinição da divisão espacial do trabalho em São Paulo, com o Interior ampliando ainda mais sua participação no valor da transformação industrial do Estado (aprofunda-se a desconcentração industrial da Metrópole, iniciada na década de 70), enquanto a Grande São Paulo transformou-se aos poucos em um centro de serviços de âmbito nacional, através de crescente diferenciação e sofisticação do setor terciário.

A perda de importância da indústria metropolitana no total do Estado pode ser ilustrada pelas estimativas de emprego na indústria de transformação - tabela 2.3. Observa-se facilmente como a oscilação do nível médio de emprego industrial na Metrópole acompanha rigorosamente a conjuntura

¹⁰ Uma análise completa do desempenho da indústria paulista na década de 80 pode ser encontrada em WEGRI, B. - *A indústria de transformação do Estado de São Paulo (1970-89)*, in: *Coleção São Paulo no limiar do século XXI*, vol. 3, 1992.

¹¹ AGUIAR, H.F.I. & FACHEDO, C.A. - *A trajetória econômica e demográfica da metrópole nas décadas de 70-80*, in: *Coleção São Paulo no limiar do século XXI*, vol. 6, 1992.

econômica, com o índice mais baixo sendo registrado em 1983 e o mais alto em 1986. Além disso, percebe-se como diminuiu a participação da Metrópole no total do emprego industrial do Estado, o que provavelmente ocorreu em virtude da estagnação da indústria na Capital. Não obstante, o parque industrial da Grande São Paulo continuava representando mais de 60% dos empregos da indústria de transformação paulista, ao final da década.

TABELA 2.3
ESTIMATIVAS DO EMPREGO ANUAL NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
ESTADO DE SÃO PAULO E REGIÃO METROPOLITANA - 1980/1986

ANOS	ÍNDICE DE CRESCIMENTO (1980 = 100)		PARTICIPAÇÃO DA R.M.S.P. NO TOTAL
	R.M.S.P.	ESTADO	
80	100.0	100.0	64.3
81	85.4	88.6	62.5
82	84.5	86.8	63.1
83	76.4	79.9	61.9
84	82.5	86.4	61.9
85	90.8	95.0	62.0
86	101.2	105.3	62.3
87	96.6	101.4	61.9
88	96.7	101.9	61.5

FONTES: RAIS - PAINEL FIXO: 1980/86; LEI 4.923/85. 1987/88

OBS : RETIRADA DA COLEÇÃO SÃO PAULO NO LÍNIAR DO SÉCULO XXI
VOL. 3, 1992.

Outra forma de apreender o desempenho da economia metropolitana durante a década é observando o comportamento das vendas no varejo. Na tabela 2.4, podemos constatar como as variações no faturamento do comércio varejista na Região Metropolitana acompanham as flutuações da atividade econômica. Chama atenção, porém, o fato das vendas de veículos, de auto-peças e de outros bens duráveis serem mais sensíveis à recessão ou à recuperação da economia, enquanto os bens de consumo mais essenciais têm uma variação um pouco menor. Isso provavelmente trouxe algum impacto sobre a

participação de cada ramo industrial no total do produto gerado pela indústria metropolitana.

TABELA 2.4

VARIACAO NO FATURAMENTO REAL DO COMERCIO VAREJISTA

REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO - 1980/1987

ANOS	CONCESS. VEICULOS	AUTOP. E ACESSOR.	MATERIAL DE CONST.	BENS DURAVELS	BENS SEMIDUR.	BENS NAO DURAVELS	(em %) COMERCIO GERAL
1981	(36.1)	(29.8)	(16.5)	(21.5)	(5.9)	0.7	(15.6)
1982	(3.2)	4.7	(4.0)	7.0	9.9	15.5	6.9
1983	0.1	4.7	(6.0)	(13.1)	2.5	(8.9)	(5.2)
1984	(11.3)	23.9	(16.2)	(6.9)	(10.3)	9.7	(4.0)
1985	36.3	28.5	4.3	4.7	16.1	21.6	17.7
1986	11.2	31.0	25.7	26.7	9.0	15.7	16.6
1987	(33.4)	(14.2)	(32.5)	(28.1)	(23.1)	(16.7)	(24.5)
1988	29.9	1.6	(13.6)	(11.8)	6.4	(17.0)	(3.4)
1989	5.7	2.7	12.1	(5.1)	(7.4)	16.6	4.5
PERIODOS							
1980/89	(0.1)	5.9	(5.4)	(5.3)	0.1	4.0	(0.6)
1981/83	(13.0)	(6.8)	(9.5)	(9.2)	2.6	2.5	(4.6)
1984/86	12.1	27.8	4.6	8.1	4.9	15.8	10.1
1987/89	0.7	(3.3)	(11.3)	(15.0)	(7.4)	(6.5)	(7.6)

FONTE: F. CESP

ORIG.: RETIRADA DE CARMEIRO, R. (1991)

Entretanto, a década de 80 não se caracterizou como um período de profundas mudanças na estrutura produtiva da Metrópole, o que pode ser constatado a partir da tabela 2.5. De fato, a composição setorial do valor adicionado na indústria de transformação não se alterou significativamente - pelo menos entre 1980 e 1987 -, embora alguns gêneros industriais isolados tenham apresentado alguma queda ou expansão expressiva. É o caso das indústrias de materiais elétricos e de comunicações e da metalurgia, que tiveram suas participações reduzidas, e da indústria têxtil, que mostrou um desempenho relativamente melhor. Importa considerar, contudo, que houve uma interrupção no movimento das décadas anteriores, no qual a participação das indústrias produtoras de bens de consumo não durável (Grupo

1) vinha declinando continuamente, em função do crescimento mais acelerado das produtoras de bens intermediários (Grupo 2), e das produtoras de bens duráveis de consumo e de máquinas e equipamentos (Grupo 3). Ou seja, durante os anos 80 as indústrias mais dinâmicas do período anterior deixaram de impulsionar o processo de acumulação de capital na região.

TABELA 2.5
DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO VALOR ADICIONADO
NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, SEGUNDO GÊNEROS
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO
1980/1987

(em %)

GRUPOS E GÊNEROS PRINCIPAIS	1980	1987
GRUPO 1	23.4	24.6
TEXTIL	6.0	7.1
VESTUÁRIO E CALÇADOS	4.0	3.6
ALIMENTOS	4.5	4.3
OUTROS	8.9	9.6
GRUPO 2	37.8	37.6
QUÍMICA	10.9	10.4
MINERAIS NÃO METÁLICOS	3.4	3.1
METALURGIA	14.4	12.3
OUTROS	9.1	11.8
GRUPO 3	38.8	37.6
MECÂNICA	6.4	9.0
MATERIAL DE TRANSPORTE	13.5	13.1
MAT. ELÉTRICO E DE CON.	12.5	10.3
OUTROS	4.4	5.2
TOTAL	100.0	100.0

FONTE: SEC. FAZENDA/ESP - VALOR ADICIONADO DAS DIPAS

NOTA: RETIRADA DA COLEÇÃO SÃO PAULO NO LÍMIAR DO SÉC. XXI
VOL. 6, 1992.

Dessa forma, pode-se dizer que a crise econômica representou um rompimento no processo de maturação do complexo industrial da Região Metropolitana de São Paulo,

forçando os distintos blocos de capitais a buscarem novas formas ou novos espaços de valorização. Em outras palavras:

"(...) a crise econômica da década de 80 atingiu com grande voracidade o principal núcleo industrial e urbano do país, promovendo a estagnação do seu produto industrial. Mas, ao mesmo tempo, acelerou e concentrou em seu território parte significativa das transformações mais dinâmicas do terciário. A economia da metrópole não mais reflete apenas sua base industrial imediata. Ao contrário, recebe, inclusive, o estímulo do crescimento da periferia e do interior do Estado de São Paulo."¹⁸

Finalmente, devemos mencionar que a crise econômica repercutiu sobre o mundo do trabalho, sobre a concentração da renda e sobre as condições de vida da população. De um lado, a estagnação da indústria reduziu a capacidade de geração de novos empregos, aumentando a concorrência por postos de trabalho, enquanto a modernização do setor terciário foi concentrada em alguns segmentos mais capitalizados, o que tendeu a aumentar ainda mais o grau de heterogeneidade do mercado de trabalho metropolitano. Por outro lado, ao provocar um encurtamento da capacidade de gasto do Estado, a crise limitou a extensão e problematizou a sustentação financeira das políticas sociais, o que sem dúvida afetou o atendimento das necessidades básicas da população metropolitana.

No tópico a seguir, procuraremos avaliar com algum detalhamento as principais mudanças ocorridas nas estruturas de emprego e de renda da Grande São Paulo. Ao final do capítulo, observaremos como a inflexão no crescimento demográfico da Metrópole ajudou a arrefecer a ampliação das demandas sociais em meio à crise econômica.

¹⁸ GRAUJO, N. F. I. & PACHECO, C. A. - *op. cit.*, p. 67.

II.3. Desempenho do mercado de trabalho metropolitano

Antes de examinarmos as mudanças nas estruturas de emprego e renda, ocorridas na década passada, é preciso ponderar os efeitos do crescimento demográfico e da evolução da PIA sobre o mercado de trabalho neste período. Na tabela 2.6, podemos constatar que a população da RMSF cresceu, durante a década, a uma taxa média anual muito abaixo das verificadas nas décadas anteriores. Devemos adiantar que a região apresentou um saldo migratório negativo no período (veja o item II.4), o que é indicado pela própria taxa média de crescimento (1,8% a.a.), inferior à taxa do crescimento vegetativo da população. Observe-se que durante os anos de recuperação econômica a taxa de crescimento demográfico apresentou uma pequena elevação, e que deve ter sido na segunda metade da década que a saída de pessoas da Metrópole tornou-se mais intensa.

TABELA 2.6

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E DAS TAXAS DE PARTICIPAÇÃO E DESEMPREGO
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1979/1989

	POPULAÇÃO (EM MIL.)				TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)			
	1979	1983	1985	1989	79-83	83-85	85-89	79-89
TOTAL (1)	12359	13204	13887	14788	1.86	2.25	1.45	1.77
PIA (2)	9619	10177	10684	11676	1.45	2.46	2.24	1.97
PEA (3)	5387	5731	6194	6646	1.59	3.97	1.77	2.14
PO (4)	5285	5273	5062	4421	0.33	5.44	2.31	2.14
PD (5)	183	450	333	225	26.49	-14.76	-9.38	2.11
PIA/TOTAL	77.83	76.61	76.94	79.39				
PEA/PIA	56.00	56.51	57.97	56.92				
PD/PEA	3.46	7.99	5.38	3.39				

FONTE: F. IGE - PNA04

(ELABORAÇÃO PRIMÁRIA IEI/IFRJ)

NOTAS: (1) A POPULAÇÃO RESIDENTE FOI CORRIGIDA A PARTIR DOS DADOS OFICIAIS DO CENSO DE 1980

E DOS DADOS PRELIMINARES DO CENSO DE 1991

(2) POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (10 ANOS OU MAIS)

(3) POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

(4) POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE OCUPADA

(5) POPULAÇÃO DESEMPREGADA

No conjunto da década, o crescimento da população em idade ativa (PIA) foi um pouco superior ao da população total, o que está associado ao lento envelhecimento da população. Ao mesmo tempo, o crescimento da população economicamente ativa (PEA) acima da taxa de crescimento da PIA se deve a uma maior participação das mulheres e dos jovens no mercado de trabalho.¹⁹

A relação entre a crise econômica e o desempenho do mercado de trabalho pode ser mais facilmente observada quando examinamos a evolução da população economicamente ocupada (PEO) e da população desempregada (PD). No período recessivo, o número absoluto de ocupações não cresceu - algo até então inédito na história recente da Metrópole -, e talvez tenha até declinado (supondo que tenha aumentado entre 1979 e 1980). A contra-partida dessa interrupção na oferta de novos postos de trabalho foi o aumento expressivo do desemprego, já que a taxa de participação no mercado manteve-se estável. No período de recuperação, por sua vez, apesar dos prognósticos em contrário, a população ocupada voltou a se expandir, fazendo a taxa de desemprego reduzir-se significativamente, mesmo com o aumento da taxa de participação. Já na segunda metade da década, em virtude da estagnação econômica, a PEO cresceu a taxas anuais modestas, enquanto a taxa de desemprego continuou declinando, o que se deve, também, a uma ligeira redução da taxa de participação.

Em suma, ao final da década o peso da PIA na população total havia aumentado para 79,4%, a taxa de participação no mercado de trabalho situava-se em torno de 57% (ou seja, 43% das pessoas de 10 anos ou mais eram economicamente inativas), enquanto a taxa de desemprego havia retornado ao nível do início da década.

¹⁹ Uma análise detalhada do comportamento do emprego na Grande São Paulo, na década passada, pode ser encontrada em NESRUS/FE/UNICAMP - *Distribuição de renda, salários e emprego nos anos 80* Relatório final de pesquisa, vol. 1, mimeo, 1979.

Sabemos, contudo, que o fenômeno do desemprego não é adequadamente captado pelas PNADs, em função do tipo de perguntas que definem a condição de atividade e o tipo de ocupação. Para uma avaliação mais criteriosa dos impactos da crise sobre o nível de emprego, na RMSF, podemos recorrer às pesquisas específicas da Fundação SEADE e do DIEESE, que consideram as situações em que o trabalhador tem alguma ocupação precária e esporádica - e portanto procura um trabalho regular - ou na qual ele deixou de procurar trabalho por desalento, como "desemprego oculto". Na tabela 2.7, nota-se que em meses críticos de 1981, 1982 e 1983 a taxa de desemprego total alcançou ou ultrapassou a marca dos 15%, sendo que em março de 83 o desemprego aberto atingiu 12% da PEA. Percebe-se, também, como o desemprego diminuiu progressivamente a partir de 1984, com uma queda acentuada em 1986, um ligeiro aumento em 1988 e uma nova queda ao final da década, tendo as taxas de desemprego aberto e total se situado em torno da média anual de 6,5 e 8,7%, respectivamente, em 1989.

TABELA 2.7
TAXA DE DESEMPREGO, SEGUNDO FONTES DIFERENTES
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981/1989

(em %)

ANO	PERÍODO	DESEMP ABERTO	DESEMP TOTAL	ANO	DESEMP ABERTO	DESEMP TOTAL	VARIACAO (DES TOT)
81	ABR/MAIO	9.6	15.9	84 (1)	-	12.4	-
82	SETEMB	6.7	12.9	85 (2)	7.6	12.2	-
	DEZEMB	7.8	14.9	86 (2)	6.0	9.6	-21.3
83	MARÇO	12.0	17.4	87 (2)	6.3	9.2	-4.2
	JUNHO	7.8	14.8	88 (2)	7.0	9.7	5.4
				89 (2)	6.5	8.7	-10.3

FONTE: DIEESE

FONTE: PED - SEADE/DIEESE

NOTAS: (1) MÉDIA DO ÚLTIMO TRIMESTRE
(2) MÉDIA ANUAL

Dado esse quadro sintético, podemos inferir que o mercado de trabalho metropolitano sofreu uma forte retração no início da década, a qual repercutiu diretamente na elevação do desemprego e indiretamente no aumento da instabilidade nos postos de trabalho (a qual se expressa no aumento da rotatividade). Ao contrário das expectativas então vigentes, nos anos de curta recuperação econômica o desemprego cedeu, ao mesmo tempo que aumentou a taxa de participação no mercado, o que indica uma grande sensibilidade do nível de ocupação ao desempenho da economia.

Finalmente, nos anos finais da década o mercado de trabalho apresentou uma evolução ambígua: de um lado, queda da taxa de desemprego e manutenção de uma taxa de participação historicamente alta; de outro, perda de dinamismo na geração de novos postos de trabalho e diminuição do poder de compra dos salários. A explicação encontrada pelos analistas é, em certa medida, óbvia: houve uma precarização do mercado de trabalho na Grande São Paulo, e o desemprego só se reduziu devido à manutenção de taxas mínimas de crescimento econômico e, principalmente, ao arrefecimento da expansão demográfica na Metrópole.

Contudo, não é tão óbvio o entendimento do termo "precarização do mercado de trabalho".¹⁴ No caso da RMSF, a precarização esteve relacionada ao comportamento do emprego industrial, a uma deterioração das oportunidades ocupacionais (e por consequência das condições de trabalho), e à deterioração dos rendimentos reais ocorrida ao longo da década (processo que analisaremos mais à frente). Vejamos,

¹⁴ Este conceito tem sido associado à forma concreta que vem assumindo, nos países da América Latina, o processo de terciarização da economia. Sobre esse processo, veja o artigo de CLAUDIO S. DEDECCA & PAULA MONTAGNER - *Crise econômica e desempenho do terciário*, in: *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 6, n.º 3, jul/set, 1992. CARLOS PACHECO, por sua vez, associa a discussão da precarização ao retorno de temas como informalidade e marginalidade. Ver PACHECO, C. A. - *A terciarização dos 80: de tudo um pouco*, in: *Revista São Paulo em Perspectiva*, vol. 6, n.º 3, jul/set, 1992.

por partes, o que de fato podemos afirmar, com base nas informações disponíveis.

Na tabela 2.8, pode-se observar a intensidade do processo de terciarização ocorrido na RMSP durante os anos 80. Entre 1979 e 1989, o peso do setor secundário no total de ocupados não agrícolas diminuiu de 45,5% para 39,2%, enquanto o peso do terciário aumentou de 54,5% para 60,8%. Nota-se, porém, que a queda significativa da participação do setor secundário ocorreu nos anos recessivos do início da década, devido à forte retração do emprego industrial. Entre 1983 e 1987, as ocupações na indústria de transformação recuperaram parte de sua participação, enquanto o peso da construção civil reduziu-se, mantendo a proporção do setor secundário relativamente estável.

No terciário o crescimento mais significativo, no período recessivo, ficou por conta da prestação de serviços, enquanto no período 1983-1987 tiveram um crescimento mais pronunciado os serviços auxiliares da atividade econômica e as atividades sociais, com redução da participação da prestação de serviços. No conjunto da década, os segmentos que mais se expandiram em termos de composição setorial da ocupação foram as atividades sociais e o comércio de mercadorias.

Mas, o que melhor caracteriza a deterioração da estrutura de emprego, ocorrida na década, é a queda significativa no grau de formalização do contrato de trabalho. Como se pode notar, a participação dos empregados com carteira de trabalho assinada caiu de 70% para 65%, entre 1979 e 1989, sendo que essa porcentagem havia atingido o nível mais baixo em 1986 (63%) e depois recuperou-se parcialmente no final do período. Em contra-partida, a participação dos empregados sem carteira assinada aumentou de 12,5% para 17%, e a dos ocupados sem vínculo empregatício

TABELA 2.6

DISTRIBUICAO DOS OCUPADOS NAO AGRICOLAS, POR SETOR DE ATIVIDADE E POSICAO NA OCUPACAO
REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO - 1979/1989

SETOR DE ATIVIDADE	1979	1981	1983	1986	1989
SETOR SECUNDARIO					
IND. TRANSFORM.	38.2	35.0	31.0	31.0	32.9
- EMPREG. C/C	34.5	30.5	27.1	27.1	28.0
- EMPREG. S/C	2.1	2.8	2.5	3.2	3.1
- OUTRA POSICAO	1.5	1.6	1.4	1.5	1.9
CONSTR. CIVIL	6.0	6.9	7.0	5.6	5.3
- EMPREG. C/C	2.9	3.2	3.1	2.6	2.1
- EMPREG. S/C	0.7	1.1	1.3	1.2	1.0
- OUTRA POSICAO	2.4	2.6	2.5	2.1	2.2
OUTRAS ATIV. INDUST.	1.3	1.1	1.2	1.2	1.0
SETOR TERCEARIO					
COMERCIO	11.7	13.2	13.0	14.0	13.3
- EMPREG. C/C	6.1	6.3	6.7	6.3	7.0
- EMPREG. S/C	1.6	1.9	1.8	2.4	2.0
- OUTRA POSICAO	3.9	5.0	4.5	5.3	4.3
PREST. SERVICO	17.3	17.6	19.9	19.4	18.1
- EMPREG. C/C	6.3	5.5	6.3	6.1	6.3
- EMPREG. S/C	3.1	3.3	6.9	7.1	5.8
- OUTRA POSICAO	5.9	6.5	6.7	6.3	6.0
SERV. AUXIL.	3.1	4.5	4.8	4.4	5.9
- EMPREG. C/C	3.1	2.6	2.7	2.5	3.6
- OUTRA POSICAO	2.0	2.0	2.1	1.9	2.3
TRANS. /COMUNIC.	4.7	4.9	5.3	4.6	4.9
- EMPREG. C/C	3.3	3.6	3.6	3.4	3.6
- OUTRA POSICAO	1.4	1.3	1.7	1.2	1.4
ATIV. SOCIAIS	7.1	7.7	6.3	6.6	9.6
- EMPREG. C/C	4.6	4.4	4.2	4.4	5.0
- EMPREG. S/C	2.0	2.3	3.2	3.3	3.7
- OUTRA POSICAO	0.5	0.8	0.8	0.8	0.9
ADMIN. PUBLICA	3.5	3.7	3.3	3.6	3.2
OUTRAS ATIVIDADES	5.1	5.4	6.0	6.6	5.6
TOTAL SETOR SECUNDARIO	45.5	43.0	39.2	36.8	39.2
- EMPREG. C/C	38.6	34.7	31.2	30.7	31.1
- EMPREG. S/C	2.9	4.0	4.2	4.3	4.1
- OUTRA POSICAO	3.9	4.2	3.9	3.6	4.1
TOTAL SETOR TERCEARIO	54.5	57.0	60.8	61.2	60.8
- EMPREG. C/C	31.3	30.6	32.4	32.0	33.6
- EMPREG. S/C	9.7	11.0	13.1	14.2	13.0
- OUTRA POSICAO	13.4	15.1	15.2	15.0	14.2
TOTAL GERAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
- EMPREG. C/C (1)	69.9	65.3	63.6	62.7	64.7
- EMPREG. S/C	12.6	15.0	17.3	18.7	17.1
- OUTRA POSICAO	17.3	19.5	19.1	18.6	18.3

FONTE: FIBGE - PNAD.

NOTA: (1) INCLUI OS EMPREGADOS DA ADMINISTRACAO PUBLICA SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA

elevou-se nos anos iniciais da década, mas depois tendeu a diminuir. Desta forma, podemos afirmar que pioraram as condições de trabalho no conjunto da década - note-se que a contribuição à Previdência Social está quase sempre associada à existência de carteira de trabalho assinada -, ou que, pelo menos, houve uma interrupção no processo de estruturação e formalização das relações de trabalho, nos moldes apresentados nas décadas anteriores.

Não obstante, devemos observar que os impactos destruturantes da crise manifestaram-se basicamente no período recessivo, enquanto que no curto período de recuperação econômica o crescimento do nível de ocupação não foi capaz de assegurar um retorno da estrutura ocupacional metropolitana à composição setorial anterior à recessão.

Para que tenhamos uma idéia mais completa dos processos que determinaram as mudanças no mercado de trabalho metropolitano, é conveniente que desagreguemos as informações disponíveis. Utilizaremos, para este propósito, tabulações especiais das PNADs 81 e 89 (tabelas 2.9 e 2.10), que permitem examinar mais adequadamente o movimento líquido no interior da estrutura ocupacional nos anos 80. Infelizmente, não dispomos de informações desagregadas para 1979, e os dados do Censo Demográfico de 1980 são incompatíveis com as informações das PNADs. Portanto, os resultados devem apresentar alguma subestimação dos impactos da crise, já que em 1981 a economia metropolitana já encontrava-se em plena recessão.

No que se refere à perda de participação do setor secundário no total de ocupados não agrícolas, não há muito que acrescentar ao que já foi apontado anteriormente. Porém, no que diz respeito ao crescimento do terciário, podemos visualizar mais claramente os processos que ocorreram no conjunto da década, embora as variações percentuais não

TABELA 2.9
DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NA AGRICOLA POR POSTO NA OCUPAÇÃO E SETOR DE ATIVIDADE
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981

(em %)

SETORES	TOTAL	EMP. C/CART	EMP. S/CART	CONTA PRÓPRIA	EMPREGADOR	SEM REMU
SECUNDARIO	43.1	34.8	4.0	2.6	1.2	0.2
IND. TRANSFORM.	35.0	30.6	2.6	0.5	1.0	0.2
CONSTR. CIVIL	7.0	3.2	1.1	2.3	0.3	0.0
OUTRAS ATIV. IND.	1.1	1.0	0.1	0.0	0.0	0.0
TERCIARIO	56.8	32.8	9.3	10.0	2.6	1.2
COMERCIO	13.2	6.3	1.9	3.2	1.2	0.7
SERVICOS I	15.1	11.1	1.2	2.1	0.7	0.0
FINANC/IMOBIL	5.3	4.6	0.3	0.2	0.1	0.0
TRANSP/COMUM	4.9	3.6	0.3	1.0	0.0	0.0
SERV. AUXIL.	5.0	2.8	0.7	0.9	0.5	0.0
SERVICOS II	17.1	5.2	5.4	5.3	0.6	0.4
ALOJ/ALIMENT	3.2	1.1	0.6	0.7	0.5	0.2
REPARO/CONSERV	2.7	0.7	0.6	1.1	0.2	0.1
SERV. PES/DOMICIL	5.1	1.7	0.6	2.6	0.0	0.1
SERV. DOMESTICO	6.2	1.7	3.6	0.9	-	0.0
ATIV. PUBLICAS	11.4	10.2	0.8	0.3	0.0	0.1
ATIV. SOCIATIS	7.7	6.5	0.8	0.3	0.0	0.1
ADMIN. PUBLICA (1)	3.7	3.7	-	-	-	-
OUTRAS	0.1	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0
TOTAL NA AGRICOLA	100.0	67.7	13.3	13.6	3.8	1.4

FONTE: FIBGE - FNAO - TABELAÇÃO ESPECIAL

NOTA: (1) OS EMPREGADOS SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
FORAM INCLUIDOS JUNTAMENTE COM OS "COM CARTEIRA"

sejam muito expressivas. Em primeiro lugar, cabe distinguir os serviços destinados ao apoio das atividades produtivas (Serviços I) dos serviços particulares demandados pela população (Serviços II). Como se pode notar da comparação das duas tabelas, o aumento no peso dos Serviços I deveu-se à expansão das atividades auxiliares da atividade econômica, enquanto no caso dos Serviços II a pequena queda dos serviços pessoais e domiciliares (inclusive emprego doméstico) foi compensada pela expansão dos serviços de alojamento/alimentação e de reparação/conservação. Destaque-se ainda que, entre 1981 e 1989, o comércio de mercadorias não apresentou variação significativa, ao contrário das

atividades sociais, que aumentaram sua participação no total dos ocupados não agrícolas.

TABELA 2.10

DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NÃO AGRÍCOLAS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E SETOR DE ATIVIDADE
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1989

(em %)

SETORES	TOTAL	EMPR C/CART	EMPR S/CART	CONTA PRÓPRIA	EMPREGADOR	SEM REMUN.
SECUNDÁRIO	39.2	31.0	4.1	2.6	1.3	0.1
IND. TRANSFORM.	33.0	28.0	3.1	0.6	1.2	0.1
CONSTR. CIVIL	5.3	2.1	1.0	2.1	0.1	0.0
OUTRAS ATIV. IND.	1.0	0.9	0.0	0.0	0.0	0.0
TERCEÁRIO	60.5	36.9	10.1	10.4	2.4	0.2
COMÉRCIO	13.4	7.0	2.0	3.0	1.1	0.3
SERVIÇOS I	16.8	12.4	1.5	2.3	0.6	0.0
FINANC/IMOBIL	3.3	4.6	0.4	0.1	0.0	0.0
TRANSP/COMUN	4.9	3.6	0.4	0.9	0.1	0.0
SERV. AUXIL.	4.5	4.0	0.6	1.3	0.5	0.0
SERVIÇOS II	17.5	6.0	5.7	4.8	0.7	0.3
ALDJ/ALIMENT	4.2	1.6	0.6	0.9	0.4	0.2
REPARO/CONSERV	3.5	1.0	1.0	1.2	0.2	0.0
SERV. PES/DOMICIL	4.7	1.7	0.7	2.2	0.1	0.0
SERV. DOMESTICO	5.0	1.5	3.1	0.5	-	0.0
ATIV. PÚBLICAS	12.8	11.5	0.9	0.2	0.0	0.1
ATIV. SOCIAIS	9.6	6.3	0.9	0.2	0.0	0.1
ADMIN. PÚBLICA (1)	3.2	3.2	-	-	-	-
OUTRAS	0.3	0.1	0.1	0.0	0.0	0.0
TOTAL NÃO AGRÍCOLA	100.0	48.0	14.3	13.0	3.7	0.9

FONTE: FIBGE - TABULAÇÃO ESPECIAL DA PNAD

NOTA: (1) OS EMPREGADOS SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FORAM INCLUIDOS JUNTAMENTE COM OS "COM CARTEIRA"

Em segundo lugar, devemos chamar atenção para o fato do crescimento do terciário ter correspondido a uma elevação não só do peso dos empregados sem carteira, mas principalmente dos empregados com carteira, o que sugere que grande parte das ocupações geradas no setor não podem ser consideradas *a priori* como precárias. O crescimento do emprego formal foi provocado especialmente pela expansão dos serviços auxiliares da atividade econômica (devido à

externalização de algumas funções de apoio) e das atividades sociais (o que é reflexo da expansão de serviços essenciais à comunidade, como educação e saúde). O pequeno crescimento do emprego sem carteira, por sua vez, ocorreu de forma dispersa entre os segmentos do terciário, enquanto que a proporção dos conta-própria terminou o período com o mesmo peso do início da década (em função da redução relativa dos serviços pessoais e domiciliares).

Na verdade, o crescimento dos empregados com carteira de trabalho assinada do terciário compensou a queda ocorrida no secundário, fazendo com que, entre 1981 e 1989, a proporção de ocupados não agrícolas com este tipo de inserção no mercado praticamente não se alterasse.

Portanto, ao compararmos esses dois momentos da década passada, comprovamos que esta foi uma década perdida em termos da estrutura de emprego, no sentido de ter havido uma interrupção no processo de estruturação do mercado de trabalho metropolitano. Entretanto, como havíamos alertado, utilizando 1981 como ponto de partida não fica evidente a dimensão da deterioração das oportunidades ocupacionais, ocorrida ao longo dos anos oitenta.

Evidentemente, o fato da estrutura ocupacional da Metrópole terminar a década com uma composição setorial menos "industrializada" e com uma proporção de empregados com carteira de trabalho assinada semelhante à do início do período não pode ser interpretado como um desempenho positivo. Devemos levar em conta, porém, as possíveis mudanças ocorridas na organização e modernização da produção e dos serviços, sob pena de comparar estruturas de emprego, em alguma medida, qualitativamente distintas.

Pelo que foi visto até aqui, pode-se assegurar que no início da década houve mudanças importantes na estrutura

ocupacional, em função da absorção dos impactos da queda do nível do emprego industrial, e que na segunda metade dos 80 houve um pequeno rearranjo da composição setorial das ocupações, graças ao crescimento destacado de alguns segmentos do terciário.

Mas, se do ponto de vista da estrutura de emprego os dados disponíveis não nos permitem ir além das observações feitas até aqui, em termos de estrutura de renda não há dúvidas de que na década de 80 ocorreu uma grave deterioração do poder de compra dos salários, como veremos a seguir.

As tabelas 2.11 e 2.12 expressam a evolução da renda mediana dos ocupados não agrícolas entre 1981 e 1989.¹⁵ O primeiro comentário a fazer diz respeito aos impactos da recessão sobre o nível dos rendimentos do trabalho. Nota-se, pelos valores de 1983, que a queda real das remunerações foi drástica e generalizada, tendo ocorrido em todos os setores econômicos, em todas as posições na ocupação.

Em segundo lugar, note-se que no período de recuperação do nível de atividade o poder de compra dos ocupados eleva-se, mas não retorna ao nível de 1981. Isso se deve ao comportamento dos salários - particularmente dos empregados com carteira de trabalho assinada -, pois os conta-própria, os empregadores e até os empregados sem carteira conseguiram elevar suas remunerações acima do nível de 1981, enquanto os empregados domésticos repuseram o seu (baixo) poder de compra. Em relação aos setores de atividade, note-se que na maioria deles os ocupados não tinham conseguido, até 1986, repor o nível mediano de renda

¹⁵ Examinaremos o comportamento do poder de compra dos salários e demais rendimentos do trabalho com base na evolução de um indicador de tendência central. A mediana exprime melhor o comportamento das rendas do que a média porque a distribuição dos rendimentos é habitualmente assimétrica.

TABELA 2.11

RENDIA MEDIANA DOS OCUPADOS NA(A) AGRICOLAS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONOMICA
REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO - 1981/1989

(EM SAL. MIN. DE 1980)

SETOR DE ATIVIDADE	1981	1983	1986	1989
SETOR SECUNDARIO				
IND. TRANSFORM.	2.74	1.64	2.29	2.48
CONSTR. CIVIL	2.37	1.46	2.32	2.45
SETOR TERCEARIO				
COMERCIO	2.24	1.53	2.05	2.06
SERVICOS I				
FINANC/IMOBIL	3.77	2.3	2.62	3.69
TRANSP/COMUN	2.99	2.14	2.70	3.17
SERV. AUXIL.	3.51	2.61	3.15	3.50
SERVICOS II				
ALDJ/ALIMENT	2.06	1.35	1.79	1.81
REPARO/CONSERV	2.62	1.77	2.61	2.66
SERV. PES/DOMICIL	1.42	0.97	1.45	1.6
SERV. DOMESTICO	0.88	0.67	0.89	0.95
ATIV. PUBLICAS				
ATIV. SOCIAIS	2.54	1.72	2.51	2.52
ADMN. PUBLICA	3.19	2.1	3.26	3.15
TOTAL (1)	2.46	1.64	2.18	2.41

FONTE: FIBGE - PNABs - TABULACOES ESPECIAIS

NOTA: (1) INCLUI "OUTRAS ATIVIDADES"

TABELA 2.12

RENDIA MEDIANA DOS OCUPADOS NA(A) AGRICOLAS POR POSICAO NA OCUPACAO PRINCIPAL
REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO - 1981/1989

(EM SAL. MIN. DE 1980)

POSICAO NA OCUPACAO	1981	1983	1986	1989
EMPREGADO COM CARTEIRA	2.71	1.8	2.32	2.54
EMPREGADO SEM CARTEIRA	1.44	0.91	1.58	1.45
EMPREGADO DOMESTICO	0.88	0.67	0.89	0.95
CONTA-PROPRIA	2.56	1.79	2.64	3.09
EMPREENHADOR	6.84	5.47	6.91	7.62
TOTAL	2.46	1.64	2.18	2.41

FONTE: FIBGE - PNABs - TABULACOES ESPECIAIS

do início da década, fato que só aconteceu para os da administração pública, serviços pessoais e domiciliares, reparação e conservação, e construção civil.

Em terceiro lugar, vale destacar que nos anos finais da década o comportamento das rendas continuou heterogêneo: os empregados com carteira conseguiram elevar um pouco mais seu rendimento mediano, mas terminaram o decênio num nível ainda inferior ao do início; os empregados sem carteira tiveram uma pequena perda, e acabaram a década no mesmo nível com que haviam iniciado; os empregados domésticos conseguiram um pequeno ganho líquido no final do período; e, finalmente, os conta-própria e principalmente os empregadores foram os grupos que, além de serem capazes de recuperar seus rendimentos rapidamente, conseguiram terminar a década com um nível mediano bem acima do de 1981.¹⁶

Por último, frise-se que em alguns setores a renda mediana em 1989 ainda não havia retornado ao nível de 1981, como é o caso da indústria de transformação e do comércio; em outros a mediana havia atingido um patamar equivalente ao do início do período, como é o caso das atividades sociais e dos serviços auxiliares da atividade econômica; e em uns poucos setores a mediana havia ultrapassado o nível inicial, como é o caso de transportes e comunicações e de serviços pessoais e domiciliares.¹⁷

Portanto, é fácil constatar que o mercado de trabalho metropolitano nos anos 80 apresentou um desempenho muito aquém do verificado nas décadas anteriores, quando examinamos as estruturas de emprego e de renda. Podemos

¹⁶ É provável que o deflator dos rendimentos utilizado - o INPC aplo da F.166E - incorria numa subestimação das taxas inflacionárias nos anos finais da década, o que prejudica um pouco a aferição rigorosa da evolução do poder de compra dos rendimentos do trabalho nesse período.

¹⁷ Chama atenção o fato de que não foram os setores econômicos que tiveram seu peso na estrutura ocupacional aumentado aqueles onde o poder de compra dos trabalhadores apresentou uma evolução mais favorável.

afirmar com segurança que a recessão econômica do início da década acarretou uma grave deterioração das condições de trabalho na RMSF, caracterizada não só pelo desemprego e pela "informalização" dos contratos de trabalho, como também pelo achatamento dos rendimentos. De fato, o comportamento da indústria de transformação - que foi o núcleo fundamental do dinamismo do mercado de trabalho nas décadas anteriores - afetou diretamente a criação de novos postos de trabalho, e foi responsável pela ameaça constante do fenômeno de desemprego, fato até então inédito na história da Metrópole.

Além disso, é importante frisar que a capacidade de recuperação do poder de compra dos rendimentos foi bastante distinta para os vários segmentos de trabalhadores, tendo sido particularmente difícil para os assalariados com carteira assinada, o que reforça e qualifica a idéia de precarização daquela estrutura.

Finalmente, podemos afirmar que a ruptura do dinamismo apresentado pelo mercado de trabalho metropolitano nas décadas de 60 e 70, ao acarretar uma deterioração das oportunidades ocupacionais e, conseqüentemente, das oportunidades de obtenção de melhores remunerações por parte de grande parcela dos indivíduos, deve ter provocado impactos importantes sobre os mecanismos de reprodução da pobreza - o que será investigado mais detidamente no próximo capítulo. Antes, porém, vejamos como a inflexão no crescimento demográfico da região pode ajudar a explicar a evolução da situação social na Grande São Paulo, na década passada.

II.4. A dinâmica demográfica e a crise social

Vimos como a crise econômica afetou o pujante crescimento da Grande São Paulo, e analisamos com especial interesse os seus efeitos sobre o dinamismo do mercado de trabalho metropolitano. Cabe agora analisar como a crise afetou a dinâmica demográfica da região, assim como considerar seus impactos sobre as demandas sociais urbanas.

II.4.1 - Inflexão no crescimento populacional da Metrópole

As análises demográficas já apontavam, desde a publicação dos dados preliminares do Censo Demográfico de 1980, uma tendência de desaceleração no ritmo de crescimento da Grande São Paulo. Todas as projeções realizadas para a década de 80 consideravam taxas anuais médias de crescimento bem abaixo da verificada para os anos 70. Entretanto, os dados preliminares do Censo de 1991, agora disponíveis, indicam uma desaceleração muito mais brusca do que se imaginava.¹⁰ De fato, enquanto na década de 70 a população metropolitana tinha crescido cerca de 55%, entre 1980 e 1991 ela cresceu apenas 21%, o que em termos absolutos representa uma redução no incremento populacional de 4,5 para 2,6 milhões de pessoas (tabela 2.13). Assim, a taxa média de crescimento reduziu-se de 4,46% a.a. para 1,77% nos anos 80.

As razões para essa drástica redução se devem a dois fatores principais: a) queda no ritmo de crescimento vegetativo, devido à redução das taxas de fecundidade,¹¹ e

¹⁰ Continua o trabalho de GEORGE MARTINE - *Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações*, 1992, e o de NEIDE L. PATARCA e ROSANA BAENTINGER - *Processo de concentração urbano-metropolitano no Brasil: características e tendências*, 1993.

¹¹ O crescimento vegetativo depende, ainda, do comportamento das taxas de mortalidade. No caso da RMSP, a mortalidade geral vem caindo nas últimas décadas, juntamente com a queda da fecundidade. O coeficiente de mortalidade infantil caiu de 55 por mil em 1980 para cerca de 50 por mil em 1989. Há evidências de que os impactos da redução das taxas de fecundidade sobre o crescimento da população têm sido maiores que os da queda das taxas de mortalidade, e de que a queda da fecundidade ajuda a explicar a diminuição da mortalidade.

b) inversão no saldo migratório. A queda da fecundidade já era esperada, de um lado porque a redução acentuada na fecundidade, ocorrida ainda na década de 60, representou uma diminuição do número de mulheres que entrariam na fase reprodutiva nos anos 80, e de outro porque a crise econômica tende a inibir ou postergar a decisão de ter filhos. Mas, ao que tudo indica, a inversão ocorrida no comportamento do componente migratório foi o que mais pesou na desaceleração da expansão demográfica, afetando inclusive a própria taxa de fecundidade. Por isso, devemos compreender melhor como se deu a mudança nos fluxos migratórios da região.

TABELA 2.13
EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - (1970/1991)

ZONA	POPULAÇÃO TOTAL (1)			VARIACAO (%)		PARTICIPACAO (%)		
	1970	1980	1991	70/80	80/91	1970	1980	1991
CAPITAL	5.9	6.5	9.5	43.4	11.6	72.8	67.5	62.4
PERIFERIA	2.2	4.1	5.7	84.9	39.5	27.2	32.5	37.6
TOTAL	8.1	10.6	15.2	54.7	20.7	100.0	100.0	100.0

FONTE: FIRGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS

NOTA: (1) EM MILHÕES

A Região Metropolitana de São Paulo desempenhou durante várias décadas o papel de grande polo de atração populacional, o que resultou num ritmo de crescimento demográfico bastante elevado. Naturalmente, à medida que a população da região crescia, aumentava o peso do componente vegetativo e diminuía a participação do componente migratório no incremento populacional, de modo que na década de 70 o peso dos dois componentes foi praticamente idêntico. Mesmo assim, o saldo migratório seguramente superou o limiar dos 2 milhões de pessoas naquela década, mostrando que a região continuava exercendo um forte poder de atração (tabela 2.14).

Na década de 80, contudo, a crise econômica acabou comprometendo as possibilidades de inserção dos recém-chegados no mercado de trabalho metropolitano. A redução na oferta de novos postos de trabalho - especialmente no caso da construção civil e dos serviços pessoais domésticos, principais portas de entrada dos migrantes - significou uma séria restrição ao poder de absorção que a Metrópole possuía até então. Somou-se a isso a expansão do Interior do Estado, cujas principais cidades passaram a exercer uma razoável atração sobre aqueles que não conseguiram se inserir adequadamente no mercado de trabalho da Metrópole, e em particular no da Capital.

TABELA 2.14

ESTIMATIVAS DOS SALDOS MIGRATORIOS

RENTÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1970/1991

ZONA	SALDO MIGRATORIO (1)		PESO NA VARIACAO	
	(EM MILHARES)		POPULACIONAL (2)	(EM %)
	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91
CAPITAL	1.144	-902	44.5	-91.6
PERIFERIA	1.152	468	61.2	28.9
TOTAL	2.296	-434	51.6	-16.7

FONTE: F. SEADE ; FIDRE

NOTAS: (1) CALCULADO PELA DIFERENÇA ENTRE O CRESCIMENTO POPULACIONAL NO PERÍODO E O SALDO VEGETATIVO CORRESPONDENTE.

VER PERILLO, S.R. E ARANHA, V.J. (1992).

(2) RELAÇÃO ENTRE O SALDO MIGRATORIO E A VARIACAO POPULACIONAL TOTAL.

Na verdade, os efeitos da crise econômica sobre o poder de absorção dos contingentes de migrantes atraídos para a Grande São Paulo foram muito mais fortes do que inicialmente se supunha, resultando num saldo migratório negativo da ordem de 430 mil pessoas na década de 80. Frize-se que tal resultado foi condicionado pelo desempenho da Capital paulista, que entre 1980 e 1991 apresentou um saldo

migratório negativo de cerca de 900 mil pessoas.⁸⁸ Isso ajuda a entender, em grande medida, o maior ritmo de crescimento dos municípios periféricos da região, durante a década passada, que acabou fazendo com que a participação do Município de São Paulo no total da população da Metrópole continuasse a declinar.

A inflexão no crescimento demográfico da Capital trouxe uma série de consequências para a dinâmica urbana da região. Juntamente à desaceleração no ritmo de crescimento da Metrópole, verificou-se o arrefecimento do processo histórico de expansão urbana, baseado na incorporação progressiva de novas áreas residenciais através de loteamentos precários e clandestinos. No início dos 80, aquele padrão periférico de crescimento urbano já não tinha a mesma força que antes. O agravamento dos problemas sociais urbanos, a emergência dos movimentos populares reivindicatórios, a mudança na lei dos loteamentos, e por fim a recessão econômica - todos esses fatores ajudam a explicar essa guinada na expansão urbana da região.

Ainda no final da década de 70, a progressiva incapacidade do setor público de atender às demandas sociais crescentes - produto tanto do perfil de distribuição de renda quanto do antigo padrão periférico de expansão urbana - obrigou a que se tentasse conter a expansão desordenada e ilegal dos bairros precários de periferia. Basicamente, procurou-se disciplinar esse processo de expansão urbana (Lei LEHMAN, 1979), o que aumentou os custos dos novos loteamentos e modificou as suas características. A crise econômica, por sua vez, ao achatar os níveis de renda dos segmentos mais pobres, dificultou a obtenção da casa própria através da auto-construção, intensificando o recurso a

⁸⁸ Cf. PERILLO, S. R. & ARANHA, V. J. - *Tendências recentes da migração*, in: *São Paulo em Perspectiva*, vol. 6, n. 3 jul/set, 1972.

soluções habitacionais ainda mais precárias, como os cortiços e as favelas.

Portanto, na década de 80 também a evolução da mancha urbana da Metrópole mostra uma inflexão na sua tendência histórica, com uma sensível queda no ritmo de expansão. Simultaneamente, há evidências de que intensificou-se o processo de adensamento das áreas centrais da região. No caso da Capital, os bairros mais periféricos têm crescido a taxas menores que as zonas mais antigas, ao mesmo tempo que a expansão horizontal da Cidade teve seu ritmo diminuído.²¹

Com a verticalização da Cidade, a densidade demográfica tende a aumentar nas zonas mais centrais. Entretanto, esse processo de adensamento a que nos referimos está também muito relacionado ao aumento da população favelada - que teria quase dobrado sua participação na população total durante a década passada - e à provável elevação do peso dos cortiços no conjunto dos domicílios urbanos.

Tal adensamento está acentuando a percepção dos contrastes sociais na Cidade e na Metrópole. E é nesse sentido que fala-se hoje em novas configurações sociais na Grande São Paulo:

"A evolução do processo de adensamento em São Paulo vem provocando mudanças no padrão de segregação espacial da cidade, pois, com a ocupação de vazios urbanos situados em áreas mais internas do município, redistribuiu-se o lugar das camadas pobres, aumentando a heterogeneidade social de toda a cidade."²²

²¹ Veja TASCHNER, S.P. - *Município de São Paulo: novas formas de produção da habitação*, in: *Anais do VII Encontro Nacional da ABEU*, vol. 3, pp. 91-112.

²² ABALIO, M.F.I., DINIZ, F., L.L. & RESSA, V.C. - *Principais alterações no espaço urbano da metrópole entre 1973-87*, in: *Coleção São Paulo no limiar do século XXI*, vol. 4, 1992, p. 163.

II.4.2 - As demandas sociais num contexto de crise

A crise do padrão de acumulação e as contradições intrínsecas do perfil de intervenção social do Estado brasileiro levaram à progressiva deterioração dos mecanismos de financiamento das políticas sociais e ao esgotamento daquele perfil de políticas, marcado pelo paternalismo, pela discriminação, pela fragmentação e superposição de programas, pela baixa eficácia de suas ações e pela privatização dos interesses públicos.²³

Na verdade, desde a década de 50 a crescente urbanização do País vinha sendo acompanhada de um aumento das demandas sociais nos principais centros urbanos, sem que os governos municipais tivessem recursos suficientes (e interesse) para fazer face às crescentes demandas por infraestrutura básica. Para agravar, a centralidade do poder na esfera federal, a partir de 1964-66, tornou as respostas às reivindicações da população um processo geralmente lento e dificultoso.

Apesar de algumas ações isoladas, a intervenção estatal na área social só passou a ser um componente importante do discurso oficial com o advento do II FND, devido ao crescimento dos gritantes contrastes sociais. E assim, já na segunda metade da década de 70, o Governo passou a reconhecer a necessidade de garantir o acesso das camadas marginais da população aos benefícios do progresso, principalmente através da universalização dos programas de saúde e educação e da extensão dos programas de saneamento básico. Porém, esse reconhecimento não significou um avanço concreto na obtenção de maior equidade e justiça social.

²³ Veja DEATBE, S.M. - *O Welfare State no Brasil: características e perspectivas*. Trabalho apresentado no XII Encontro Anual da ANPOCS, 1988. Cabe lembrar que o perfil de intervenção pública na área social se adequava melhor aos núcleos mais desenvolvidos, como é o caso da Grande São Paulo, nos quais era comparativamente mais frequente o registro na Previdência Social e maior a oferta de serviços de saúde, matrículas escolares etc.

Como sabemos, a parcela majoritária dos investimentos governamentais continuou sendo destinada para os projetos econômicos de cunho desenvolvimentista.

Face ao grande estoque de carências sociais, a recessão econômica do início dos anos 80 contribuiu para agravar ainda mais a situação social no País, em particular nas grandes metrópoles, não só devido aos seus impactos sobre o mercado de trabalho, mas também pelas suas consequências sobre os programas sociais.

O modo como o agravamento da crise econômica restringiu a possibilidade de uma política social compensatória durante o momento mais dramático da década passada foi sintetizado de forma clara por JOSÉ CARLOS S. BRAGA, EDUARDO FAGNANI e PEDRO LUÍS BARROS SILVA:

"Os reflexos da política econômica no estreitamento dos raios de manobra da intervenção estatal nas áreas sociais são bastante nítidos. Em primeiro lugar, por seus efeitos sobre o nível de renda e emprego, a recessão constituiu-se num elemento ampliador das carências sociais e recriador de condições para a emergência de novas demandas por políticas sociais efetivas. Em segundo lugar, com a depressão econômica foram dilapidados os sistemas de financiamento baseados na contribuição dos assalariados, como os que sustentam as políticas de previdência social, assistência médica, habitação e saneamento básico. Assim, contraditoriamente, a política social debilita-se na crise quando é maior a demanda para tais bens e serviços. (...)

Por sua vez, setores como educação, saúde pública, transporte coletivo urbano e suplementação alimentar, cujo financiamento depende de recursos orçamentários da União, dos Estados e dos Municípios, foram igualmente debilitados devido à queda real da arrecadação tributária, dado o declínio da atividade produtiva.

Em terceiro lugar, dados os objetivos da política de estabilização posta em prática pelo Governo, foram realizados cortes indiscriminados nos gastos públicos, afetando inclusive os programas

sociais. Paradoxalmente, isso ocorreu a despeito do agravamento dos problemas existentes nesse campo."²⁴

Na Grande São Paulo, a crise econômica teve implicações diretas sobre a qualidade de vida da população. Além da precarização do mercado de trabalho metropolitano, reduziu-se o investimento público na região, fazendo aumentar o congestionamento da infra-estrutura urbana, enquanto aumentavam as pressões e demandas sociais, dada a diminuição do poder de compra das famílias e a deterioração dos serviços sociais. Nesse sentido, a desaceleração no ritmo de expansão demográfica da Metrópole foi providencial para que a crise econômica não desembocasse numa crise social mais profunda.

Deve-se reconhecer que a inflexão demográfica e o menor ritmo de expansão urbana trouxeram consequências benéficas para a dinâmica social da Metrópole. Um primeiro impacto, já mencionado, diz respeito à menor pressão demográfica sobre o mercado de trabalho. De fato, a diminuição do fluxo migratório foi muito importante para que os níveis de desemprego pudessem baixar durante a segunda metade dos anos 80. Dessa forma, se de um lado o desempenho do mercado de trabalho afetou a dinâmica demográfica da região, de outro foi beneficiado por essa influência.

Ao mesmo tempo, a inflexão no ritmo de expansão demográfica significou uma alteração no crescimento das demandas da população metropolitana.²⁵ Evidentemente, as demandas por habitação, transporte, saúde e educação, entre outras, são influenciadas por uma série de fatores que não o

²⁴ MARRA, J.C.S.; FAGNANI, E. e BARROS SILVA, P.L. - *Acesso e financiamento das políticas sociais*. Textos para discussão 67, IESP/FUNDAP, São Paulo, 1996, pp. 10-12, grifos dos autores.

²⁵ Para uma análise dos efeitos da variável demográfica sobre o mercado de trabalho e sobre as demandas sociais no país, veja o ensaio de PAULO SANTAR - *Evolução demográfica, emprego e demandas sociais urbanas no Brasil*, in: *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, vol. 1, ANEP, 1996.

crescimento populacional. No caso da habitação, por exemplo, estima-se que durante os anos 80 tenha aumentado o número de pessoas morando sozinhas, o que deve ter compensado em parte a tendência de redução na demanda por novas moradias, proveniente da variável demográfica. Já no caso da saúde, a dinâmica demográfica tende a alterar o perfil da demanda, de forma que a relativa diminuição na procura por um tipo de serviço de saúde é compensada pela elevação de um outro tipo de demanda. Em todo caso, não há como negar que, na hipótese de que a taxa de expansão demográfica tivesse se mantido alta na década passada, as pressões sobre o setor público para o atendimento às demandas sociais crescentes teriam sido insustentáveis, e talvez a crise social na Metrópole atingisse um ponto perigosamente explosivo.

Mas, embora esse ponto de ebulição não tenha sido atingido, os impactos da crise econômica sobre a estrutura social na Metrópole podem ter sido muito mais profundos do que os dados fazem crer. Conforme estudo recente do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da UNICAMP:

"Em primeiro lugar, é quase certo que segmentos importantes da população de São Paulo, especialmente de sua Região Metropolitana, tiveram a experiência social e psicologicamente dolorosa da mobilidade social descendente, agravada por uma situação de inflação permanente e crescente - o que com certeza elevou e difundiu níveis cada vez maiores de ansiedade, anomia e insegurança. (...)

Em segundo lugar, a piora na distribuição de renda e a assimetria que parece ter ocorrido entre a evolução dos salários e das rendas, por um lado, e a evolução dos indicadores de escolaridade e de saúde, por outro, devem ter aumentado o hiato existente entre as expectativas e as realizações materiais objetivas de importantes segmentos da população, como também aguçado a percepção da dinâmica de desigualdade social."²⁴

²⁴ NEPP/UNICAMP - São Paulo, anos 80: transformações sociais, novas demandas e políticas de Governo. Relatório final de pesquisa, vol. 1, pp. 15-16, maio, 1990.

Pelo que foi visto neste capítulo, pode-se afirmar com certa segurança que a reversão no processo migratório e a desaceleração no ritmo de crescimento populacional da Metrópole foram fundamentais para a administração dos problemas urbanos na década de 80. Isto não significa que as precariedades urbanas tenham sido equacionadas e solucionadas. Mas, é preciso reconhecer que a atuação do Estado na área social - apesar do seu caráter insuficiente, dispendioso e ineficiente - também foi importante no sentido de evitar que a situação social piorasse ainda mais.

Em suma, se do ponto de vista econômico, a década de 80 pode ser qualificada como "perdida", sob a ótica política ela pode ser encarada como um período de conquistas sociais, tendo apresentado momentos importantes para o retorno à democracia e para a formação de uma cultura política moderna. Essas conquistas refletiram-se, como não poderia deixar de ser, nas ações do Governo (seja na esfera federal, estadual ou municipal) nas áreas de prestação de serviços e de proteção social.²⁷ E isso é particularmente verdadeiro no caso da Região Metropolitana de São Paulo, graças ao crescimento dos movimentos de reivindicação popular e ao desenvolvimento de uma organização partidária mais participativa.

O próximo capítulo destina-se a examinar mais atentamente a evolução da pobreza e o desempenho dos indicadores sociais na Grande São Paulo, neste período de importantes inflexões.

²⁷ Lembra-se que as mudanças nas políticas sociais estiveram mais ligadas ao direcionamento e ao padrão de gestão dos programas que ao seu padrão de financiamento. É isto, evidentemente, que contribuiu para limitar a capacidade dos vários níveis de governo no sentido de resgatar a enorme dívida social no País, e em particular na Grande São Paulo.

Capítulo III

A pobreza nos anos oitenta

Estudar a pobreza implica investigar as condições objetivas de apropriação do produto social. Esta apropriação pode ser avaliada, de forma aproximativa, através de duas óticas complementares: a ótica da distribuição de renda e a da satisfação das necessidades básicas (consideradas como direitos sociais). Em ambos os casos, é mais apropriado tomar a família como unidade de análise, posto que é no núcleo familiar que os indivíduos estabelecem estratégias de sobrevivência e de sociabilidade. Nesse sentido, estudar as manifestações da pobreza numa década de crise corresponde, necessariamente, a verificar o que ocorreu com as famílias face aos movimentos da economia e da sociedade.

A forma mais simples de avaliar os impactos da flutuação econômica sobre as condições de vida na Metrópole é examinar as modificações na distribuição das famílias segundo estratos de renda familiar *per capita* (RFPC) e a evolução do poder de compra das famílias. A estratificação utilizada neste capítulo baseou-se em múltiplos da "linha de pobreza".⁴ Acreditamos, contudo, que essa análise não seja suficiente para caracterizar os impactos da crise econômica sobre as condições de vida da população. Assim, também procuramos examinar a situação das famílias no que diz respeito à estrutura familiar e à inserção dos membros no mercado de trabalho, de um lado, e às condições de moradia e educação, de outro. Dessa forma, pudemos avaliar tanto as desigualdades sociais presentes na Metrópole como as diferentes dimensões da pobreza metropolitana.

⁴ Esta linha representa um nível de RFPC mínimo, abaixo do qual é muito elevada a probabilidade de serem encontradas necessidades básicas insatisfeitas - em alimentação, habitação, transporte, saúde, educação etc (veja o Apêndice Metodológico). O critério aqui utilizado baseou-se na pesquisa

III.1. *Ciclo econômico, pobreza e distribuição de renda*

Numa visão abrangente, a década de 80 pode ser dividida, analiticamente, em três sub-períodos distintos: um primeiro, que vai de 1980 a 1983, marcado pela aceleração inflacionária, pela recessão, pelo desemprego aberto e pela deterioração dos rendimentos; um segundo, que vai de 1984 a 1986, no qual verifica-se uma progressiva recuperação do nível de atividades econômicas e das condições do mercado de trabalho, e que culmina com a experiência do Plano Cruzado; e finalmente, o período de 1987 a 1989, caracterizado pelo fracasso dos planos de estabilização econômica, pela oscilação do nível de atividade da economia e pela ameaça da hiper-inflação.

Na Grande São Paulo os efeitos da flutuação econômica e do processo inflacionário sobre as condições de vida foram muito intensos. De fato, a capacidade de consumo familiar nessa região flutuou consideravelmente durante a década passada, o que certamente afetou o padrão de vida das famílias. Esses efeitos podem ser visualizados através da distribuição das famílias segundo estratos de renda *per capita*, que em São Paulo revelou-se bastante sensível às oscilações do emprego e da renda individual, ao longo da década de 80.

Como vimos no capítulo anterior, no início da década, o forte declínio do nível de atividades na Metrópole repercutiu diretamente sobre a ocupação e os rendimentos do trabalho. Não surpreende, assim, o fato da proporção de famílias de mais baixa renda ter saltado de 18% em 1980 para 24% em 1981 e para 29,5% em 1983 (tabela 3.1). Neste primeiro período, portanto, a proporção das famílias pobres aumentou drasticamente, enquanto as dos dois estratos de

renda mais afastada da pobreza reduziram-se, indicando que a recessão acarretou um empobrecimento generalizado na região.

TABELA 3.1
DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS POR ESTRATOS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA ⁽¹⁾
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - DÉCADA DE 80

(em %)

ESTRATOS DE RFPC	ANO					
	80	81	83	86	87	89
R1	18,3	23,9	29,5	13,1	22,2	19,5
R2	26,9	29,6	29,0	25,2	26,7	25,3
R3	27,6	25,1	22,3	26,9	26,1	24,9
R4	24,2	20,3	16,6	30,5	22,1	28,9
TOTAL ⁽²⁾	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FIDGE - CENSO DEMOGRÁFICO E PNADs - TABULADOES ESPECIAIS

NOTAS: (1) RENDIMENTOS DEFLACIONADOS PELO INPC AMPLO DA FIDGE

(2) INCLUI "SEM DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS"

US: R1: ABAIXO DA LINHA DE POBREZA (LP)

R2: DE 1 LP ATÉ MENOS DE 2 LP

R3: DE 2 LP ATÉ MENOS DE 4 LP

R4: DE 4 LP PARA CIMA

Entre 1983 e 1986 a situação reverteu-se por completo: a proporção de famílias de mais baixa renda retraiu-se a menos da metade, atingindo o patamar mais baixo da década (13%), enquanto a participação das famílias do estrato imediatamente superior (R₂) também se reduziu. Em compensação, a proporção de famílias dos dois estratos mais elevados cresceu, sendo que a participação do último estrato atingiu seu nível mais elevado da década (30,5%). Não há dúvidas de que em 1986 verificou-se uma melhoria generalizada da situação orçamentária do conjunto das famílias metropolitanas.

Mas, o fracasso do Plano Cruzado rapidamente erodiu os ganhos desse período, fazendo com que a incidência das famílias pobres aumentasse novamente em 1987 (22%),

enquanto a participação das famílias com maior RFPC reduziu-se quase que na mesma proporção.

Ao final do decênio, a proporção das famílias pobres (pelo critério da renda) era um pouco superior à registrada no ano inicial da década (19,5%), ao passo que as do último estrato tiveram seu peso expressivamente aumentado (29%), em relação àquele ano.

Em poucas palavras, a distribuição das famílias segundo estratos de RFPC variou bastante durante a década, mostrando a sensibilidade destas em relação ao ciclo econômico.⁸ Não há evidências de que a incidência da pobreza esteja em franco processo de redução, como parecia ser o caso nos anos 70. Ao contrário, tomando-se a década como um todo, observa-se que a tendência inerente é a manutenção de uma ponderável proporção (em torno de 20%) de famílias com renda inferior ao nível considerado como mínimo necessário para a subsistência digna de seus membros.⁹ Por outro lado, verificou-se na década o crescimento da proporção de famílias com RFPC mais afastada da situação de pobreza absoluta, ou seja, daquele estrato da população que desfruta de um padrão de vida mais parecido ao dos países desenvolvidos.

Se quisermos compreender a que se deve a manutenção dessa considerável proporção de famílias pobres, devemos observar que as flutuações da renda familiar e as variações na distribuição das famílias segundo certos estratos de RFPC envolvem dois fenômenos distintos. Primeiro, cabe apontar a existência de uma parcela de famílias que é mais facilmente afetada pelas oscilações do

⁸ Sobre esse ponto, veja-se LOPES, J.B. e GOTTSCHALK, A. - Recessão, pobreza e família. A década pior do que perdida, in *Revista São Paulo em Perspectiva*, jan/mar, 1990.

⁹ Certamente, essa "tendência" é bastante conservadora. Se tivéssemos utilizado como deflator dos rendimentos o índice de Custo de Vida do DIEESE, que apresentou uma variação maior no período, como saldo da década teríamos uma elevação da proporção de famílias pobres.

mercado de trabalho e que transita entre o primeiro e o segundo estratos de renda conforme altera-se a conjuntura econômica e as condições daquele mercado. Provavelmente, essa parcela responde pela maior parte das variações constatadas.

Por oposição, temos também uma significativa porcentagem da população metropolitana que se mantém abaixo da linha de pobreza independentemente da conjuntura econômica, o que exprime uma situação permanente na qual é visível que as dificuldades de superação dos fatores responsáveis pela precária condição familiar são bem maiores. Pode-se mesmo considerar a proporção de famílias pobres registrada em 1986 como um patamar indicativo de uma situação de marginalização estrutural, enquanto a proporção verificada em 1983 indica como uma recessão prolongada (com desemprego aberto e contenção dos salários de base) pode estender essa situação de pobreza.

Posto isso, podemos aprofundar nossa análise examinando a participação das famílias na apropriação da renda gerada na Metrópole (tabela 3.2). Em primeiro lugar, pode-se observar facilmente o elevado grau de concentração da renda familiar, de forma que as famílias pobres (cerca de 20%) se apropriavam, em 1989, de menos de 3% da renda familiar total, enquanto as famílias do último estrato de RFPC (as 30% mais ricas) se apropriavam de quase três quartos da renda metropolitana.

Nota-se, também, que a variação na proporção apropriada pelos diferentes estratos de RFPC segue logicamente a flutuação da linha de pobreza e do peso de cada estrato. Porém, como a desigualdade de renda aumentou

nos últimos anos da década,⁴ as famílias mais privilegiadas (R₄) passaram a se apropriar de parcela relativamente maior da renda pessoal total. Inversamente, as famílias de mais baixa renda tornaram-se relativamente mais pobres em relação à situação de 1981.

TABELA 3.2

RENDIA FAMILIAR PER CAPITA MÉDIA E PROPORÇÃO DA RENDA FAMILIAR APROPRIADA
POR ESTRATOS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981/1989

ESTRATOS DE RFPC	RFPC MÉDIA ⁽¹⁾				PROPORÇÃO APROPRIADA (%)			
	81	83	86	89	81	83	86	89
R1	0.52	0.48	0.50	0.45	4.7	6.7	2.1	2.7
R2	1.13	1.12	1.07	1.01	14.0	15.7	8.5	8.3
R3	2.20	2.19	2.04	1.97	22.9	23.8	18.4	16.0
R4	6.93	6.67	7.50	7.83	58.4	53.8	71.0	73.1
TOTAL ⁽²⁾	2.48	2.14	3.27	3.17	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: FIDGE - PNADs - TABELAÇÕES ESPECIAIS

NOTA: (1) EM SALÁRIOS MÍNIMOS DE OUT/1981 (DEFLATOR: INPC AMPLIO)

(2) INCLUI "SEM DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS"

Deve-se salientar, contudo, que não foram apenas as mais pobres que tiveram sua participação na renda total diminuída. Também as famílias dos estratos intermediários (R₂ e R₃) sofreram as consequências da deterioração do poder de compra ao longo do período. Ou seja, o grosso da população (cerca de 50% das famílias), que escapa da situação de pobreza absoluta mas que possui uma RFPC ainda relativamente baixa em relação à renda metropolitana média, também passou por um processo de relativo empobrecimento na década passada, como havíamos indicado.

⁴ Veja-se o trabalho de SÔNIA ROCHA - Pobreza metropolitana e os ciclos de curto prazo: um balanço dos anos 80, na IPFA - *Boletim Conjuntural*, n° 12, janeiro de 1991. Segundo este estudo, o índice de Gini da renda familiar per capita, na RMSP, sobe de 0,516 em 1981 para 0,566 em 1989.

De fato, apenas as famílias do estrato superior apresentaram um crescimento da RFPC média entre 1981 e 1989. Nos outros estratos, ou seja, para a maioria das famílias, a RFPC média reduziu-se no período. Em outras palavras, mais de dois terços das famílias metropolitanas não conseguiram, em média, recuperar o poder de compra do início da década, segundo os dados da tabela 3.2. Chama atenção, ainda, o fato de terem aumentado as distâncias, em termos de RFPC média, não só entre as mais pobres e as mais ricas, mas também entre as famílias de R_3 e de R_4 . Ou seja, aumentou a distância entre as famílias numa situação intermediária de RFPC e as com uma situação mais privilegiada quanto ao poder de compra na Metrópole.

Essas indicações de um aprofundamento do grau de concentração da renda familiar na década de 80 levam-nos a considerar que tenha aumentado a polarização entre ricos e pobres na Metrópole,³ o que certamente está associado ao processo de diferenciação das possibilidades de apropriação da riqueza gerada por aquela gigantesca estrutura econômica.

Cabe agora examinar o que ocorreu em termos de estrutura familiar e de inserção dos membros da família no mercado de trabalho, para que possamos compreender melhor as causas do empobrecimento indicado pela evolução da RFPC.

³ Rigorosamente, a análise da evolução da distribuição da renda familiar requer uma estratificação decilica ou percentilica das famílias. O aumento no grau de concentração da renda e a deterioração do poder de compra de expressiva parcela da população metropolitana podem ser melhor avaliados em NESJUR/IE/UNICAMP - *Crise econômica e distribuição de renda na Grande São Paulo (1960-1991)*. Relatório final da pesquisa, maio, 1994.

III.E. Pobreza, família e trabalho

Tendo em vista a intensidade das transformações que marcaram os anos 80, não surpreende que tenham ocorrido mudanças na estrutura familiar e na forma como os seus membros se inserem no mercado de trabalho metropolitano. Nesse sentido, é preciso investigar como essas mudanças afetaram as famílias de menor renda, com o que poderemos avaliar melhor os motivos da manutenção da proporção de famílias abaixo da linha de pobreza. Com este propósito, analisaremos a situação das famílias da Região Metropolitana no início e no final da década (1981 e 1989), para que possamos verificar não só o que diferencia as famílias de mais baixa renda das demais, mas também se as suas características mais gerais se alteraram no período.⁴

TABELA 3.3
COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR TOTAL SEGUNDO A FONTE DE RENDA
POR ESTRATOS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981/1989

(EM %)

ESTRATOS DE RFFC	1981				1989			
	FONTE DA RENDA				FONTE DA RENDA			
	TRABALHO CHEFE	TRABALHO NÃO CHEFE	APOSENT. PENSÃO	TOTAL (1)	TRABALHO CHEFE	TRABALHO NÃO CHEFE	APOSENT. PENSÃO	TOTAL (1)
R1	64,1	24,3	8,6	100,0	65,0	22,3	10,7	100,0
R2	60,0	29,4	7,5	100,0	58,6	31,3	8,8	100,0
R3	59,2	29,6	7,6	100,0	54,4	34,5	9,3	100,0
R4	62,9	21,8	7,6	100,0	60,4	25,8	8,9	100,0
TOTAL (2)	61,6	25,3	7,7	100,0	59,3	27,9	8,9	100,0

FONTE: FIBGE - PNADs - TABULADOES ESPECIAIS

NOTAS. (1) INCLUI "OUTRAS FONTES"

(2) INCLUI "SEM DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS"

⁴ Evidentemente, esse tipo de comparação não significa que as famílias sejam as mesmas nos dois momentos considerados.

Inicialmente, devemos lembrar que o nível de renda familiar *per capita* depende tanto da estrutura e composição das famílias quanto da intensidade (e qualidade) da participação dos seus membros no mercado de trabalho. A renda familiar total se origina, basicamente, dos rendimentos do trabalho, em particular do chefe da família, como pode ser visto na tabela 3.3. Nota-se, nesta tabela, que a participação do trabalho dos não-chefes como fonte de rendimentos aumentou entre 1981 e 1989, com excessão das famílias pobres (R_1).

Quando examinamos a mudança na estrutura familiar, um primeiro aspecto que deve ser observado com mais atenção é o fato do tamanho médio das famílias metropolitanas ter se reduzido entre 1981 e 1989.⁷ Isso se deve, principalmente, à redução ocorrida entre as famílias de menor renda, o que está relacionado em parte a uma diminuição do número de menores de 10 anos - veja as tabelas 3.4 e 3.5. Por outro lado, também se verifica uma pequena queda na razão de dependência familiar, porém esta é mais significativa entre as famílias pertencentes ao segundo estrato de RFPC (R_2).

Na verdade, enquanto a redução da razão de dependência das famílias dos primeiros estratos (R_1 e R_2) está mais relacionada à redução do seu tamanho médio, a diminuição da razão de dependência das famílias de renda mais elevada (R_3 e R_4) está mais ligada à elevação da taxa de ocupação e à diminuição da taxa de inatividade dos membros em idade de trabalhar. Entre as famílias de baixa renda, ao contrário, a proporção de inativos com 10 anos ou mais aumenta entre os dois anos considerados.

⁷ As estimativas populacionais embutidas nas PNAD's, que se basearam na taxa média de crescimento anual da década de 70 para a expansão da população amostral, superestimaram o crescimento da população metropolitana na década de 60. Por isso, não devemos nos ater aos números absolutos de pessoas e famílias registrados pelas PNAD's para os últimos anos da década (e que servem para o cálculo do tamanho médio familiar), mas podemos considerar válidas as distribuições e as variações relativas que a base de dados fornece.

TABELA 3.4

COMPONENTES DA RAZÃO DE DEPENDÊNCIA FAMILIAR, POR ESTRATO DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA.
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981/1989

ESTRATOS DE RFPC	RAZÃO DE DEPENDÊNCIA FAMILIAR (1)	TAMANHO MÉDIO (2)	PESO (10 ANOS (3)	TAXA DE OCUPAÇÃO (4)	TAXA DE DESEMPREGO (5)	TAXA DE INATIVIDADE (6)
1981						
R1	3,69	4,69	32,8	40,3	6,4	50,2
R2	2,49	4,06	19,4	51,4	3,5	45,4
R3	2,10	3,51	15,4	56,2	2,0	42,1
R4	1,90	3,06	13,4	60,8	1,1	38,1
Total**	2,51	3,84	22,1	51,2	3,7	45,2
1989						
R1	3,64	4,18	32,2	40,5	3,8	55,8
R2	2,36	3,86	21,5	53,5	1,7	44,9
R3	2,01	3,55	16,1	59,4	1,0	38,9
R4	1,35	3,05	13,1	62,3	0,6	36,6
Total**	2,31	3,60	20,6	54,6	2,1	43,4

FONTE: FIBGE - PNADs - TABULAÇÕES ESPECIAIS

NOTAS: (1) NÚMERO TOTAL DE MEMBROS EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS

(2) NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR FAMÍLIA

(3) PROPORÇÃO DE CRIANÇAS MENORES DE 10 ANOS NO TOTAL DOS INDIVÍDUOS

(4) PROPORÇÃO DE PESSOAS OCUPADAS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO COM 10 ANOS OU MAIS

(5) PROPORÇÃO DE PESSOAS DESEMPREGADAS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO COM 10 ANOS OU MAIS

(6) PROPORÇÃO DE PESSOAS INATIVAS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO COM 10 ANOS OU MAIS

TABELA 3.5

NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR FAMÍLIA, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ATIVIDADE E A RENDA FAMILIAR PER CAPITA
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981/1989

(em %)

ESTRATOS DE RFPC	1981 CONDIÇÃO DE ATIVIDADE					1989 CONDIÇÃO DE ATIVIDADE				
	< DE 10 ANOS	OCUPADO	DESEMPRE- GADO	INATIVO	TOTAL	< DE 10 ANOS	OCUPADO	DESEMPRE- GADO	INATIVO	TOTAL
R1	1,54	1,27	0,20	1,58	4,69	1,35	1,15	0,10	1,58	4,18
R2	0,69	1,63	0,11	1,44	4,06	0,83	1,62	0,05	1,56	3,86
R3	0,54	1,67	0,06	1,25	3,51	0,37	1,77	0,03	1,16	3,55
R4	0,41	1,61	0,03	1,01	3,06	0,40	1,65	0,02	0,97	3,05
Total**	0,65	1,53	0,11	1,55	3,84	0,74	1,56	0,06	1,24	3,60

FONTE: FIBGE - PNADs - TABULAÇÕES ESPECIAIS

OS ** INCLUI "SEM DECLARAÇÃO DE RECIPIENTES"

Portanto, embora as mudanças demográficas afetem a estrutura familiar, reduzindo o tamanho e alterando a composição etária, a partir da análise dos dados disponíveis conclui-se que isso não foi suficiente para fazer com que se reduzisse significativamente a razão de dependência nas famílias ditas pobres. Ao mesmo tempo, entre elas a proporção de ocupados se manteve a mesma entre 1981 e 1989, enquanto reduziu-se a proporção de membros procurando emprego, o que ajuda a explicar a redução da taxa de participação no mercado de trabalho por parte dos indivíduos dessas famílias.

TABELA 3.6

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE DE CHEFES E NÃO CHEFES, POR ESTRATO DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981/1989

(em %)

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	1981					1989				
	ESTRATOS DE RFPC					ESTRATOS DE RFPC				
	R1	R2	R3	R4	TOTAL ⁽¹⁾	R1	R2	R3	R4	TOTAL ⁽¹⁾
CHEFES										
OCUPADOS	67,2	60,3	61,7	64,3	76,3	66,0	79,3	79,0	60,8	76,9
DESOCUPADOS	10,5	1,6	0,8	0,5	3,3	6,7	0,3	0,1	0,4	1,6
INATIVOS	22,5	17,9	17,5	15,3	18,4	27,3	20,2	20,9	18,8	21,5
TOTAL ⁽²⁾	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
NÃO CHEFES										
OCUPADOS	13,8	26,8	34,1	37,1	26,2	13,5	28,8	36,5	41,2	30,5
DESOCUPADOS	3,8	3,1	1,9	1,3	2,8	2,1	1,7	1,3	0,7	1,5
INATIVOS	40,0	41,1	42,6	41,8	41,1	41,4	40,4	37,9	38,4	39,5
(DE 10 ANOS)	42,4	29,0	21,5	19,8	29,9	42,9	29,1	22,3	19,7	28,4
TOTAL ⁽²⁾	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FIBGE - PNADs - TABULAÇÕES ESPECIAIS

NOTA: (1) INCLUI "SEM DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS"

(2) INCLUI "IGNORADA"

Esta constatação pode ser melhor compreendida distinguindo-se a situação de chefes e não-chefes (tabela 3.6). Entre 1981 e 1989, a taxa de ocupação dos chefes não

varia significativamente (78 e 77%), mas aumenta um pouco a taxa de inatividade (18,4 e 21,5%). Entre os demais membros da família, ao contrário, cresce a porcentagem dos que participam do mercado de trabalho (29 e 32%), sendo que a porcentagem dos ocupados aumenta em mais de 4 pontos percentuais.* Destaque-se, em especial, a menor proporção de chefes ocupados nas famílias de menor renda, confirmando que a ausência de trabalho daquele que deveria ser o provedor é um problema sério entre essas famílias. Por outro lado, nas

TABELA 3.7

DISTRIBUIÇÃO DE CHEFES E NÃO CHEFES OCUPADOS SEGUNDO A FAIXA DE REMUNERAÇÃO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL POR ESTRATO DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981/1989

(em %)

REMUNERAÇÃO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL (1)	1981 ESTRATOS DE RFPC					1989 ESTRATOS DE RFPC				
	R1	R2	R3	R4	TOTAL (2)	R1	R2	R3	R4	TOTAL (2)
CHEFES										
< 1 s.m.	9,7	4,0	2,1	0,6	3,9	12,1	2,4	1,3	0,6	3,2
1 A 3 s.m.	74,6	42,7	22,4	4,2	35,6	64,0	35,5	18,0	3,3	25,6
3 A 5 s.m.	14,1	38,5	27,0	12,4	24,7	22,5	41,7	25,1	8,5	23,7
5 A 10 s.m.	0,6	14,1	39,5	28,0	21,1	1,4	19,6	39,4	20,6	21,9
10 E + s.m.	0,0	0,1	8,5	53,3	14,1	0,0	0,6	16,2	67,1	24,8
TOTAL (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
NÃO CHEFES										
< 1 s.m.	33,5	21,3	7,7	4,7	15,7	38,6	15,4	7,5	5,7	11,6
1 A 3 s.m.	56,0	45,2	59,8	32,9	35,1	60,6	69,6	46,7	16,5	44,5
3 A 5 s.m.	4,2	7,3	20,0	23,6	14,1	0,6	13,5	32,4	22,3	20,6
5 A 10 s.m.	2,0	2,4	7,4	27,2	9,2	0,0	1,3	12,1	29,5	13,2
10 E + s.m.	0,0	0,8	0,9	8,0	2,3	0,0	0,0	1,4	27,9	9,2
TOTAL (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FIBGE - PNADs - TABELAS ESPECIAIS

NOTAS: (1) RENDIMENTO MÊDIO MENSAL, SEGUNDO MÚLTIPLOS DO SALÁRIO MÍNIMO CORRENTE

(2) INCLUI "SEM DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS"

* Deve-se considerar que entre os não-chefes estão incluídos os menores de 10 anos, ou seja, as porcentagens da tabela 3.6 não correspondem às taxas de ocupação, desemprego e inatividade.

famílias de renda mais elevada (R₄) a participação dos outros membros no mercado de trabalho é significativamente maior e parece ser importante para essas famílias (note-se que ela cresce entre 1981 e 1989, enquanto a participação dos chefes declina).

Uma das melhores indicações quanto à inserção dos indivíduos no mercado de trabalho é o seu rendimento mensal.⁹ Observando-se a tabela 3.7, nota-se claramente que os membros ocupados das famílias de menor renda concentram-se nas faixas de remuneração na ocupação principal inferiores a 3 s.m., enquanto os pertencentes às famílias de renda mais elevada concentram-se na faixa de 5 ou mais s.m.. Não há dúvidas de que a remuneração dos chefes é, em geral, superior a dos demais membros ocupados. Deve-se esclarecer, ainda, que a melhoria percebida na distribuição dos ocupados por faixas de remuneração deve-se, provavelmente, à queda no valor real do salário mínimo neste período.¹⁰

Ao utilizarmos uma referência salarial constante, é fácil constatar que houve uma deterioração na distribuição da renda dos ocupados no mercado de trabalho metropolitano (tabela 3.8). Como a distribuição dos rendimentos é muito assimétrica, é mais adequado analisar a tendência central dos rendimentos, posto que nesse caso a variação da média aritmética costuma apresentar resultados distorcidos. Assim, o que esta tabela expressa claramente é que o poder de compra dos salários e demais remunerações do trabalho reduziu-se, de um modo geral, para o conjunto dos ocupados.¹¹

⁹ Sabemos que as pesquisas domiciliares não conseguem captar adequadamente as rendas individuais. Veja-se o trabalho de WALDONIRO PECHT - Algumas observações sobre a variável "renda" tal como ela aparece nos Censos Demográficos do Brasil, in: ABEP - *Censos, consensos, contra-sensos*, 1984.

¹⁰ Essa queda foi da ordem de 14,2%, utilizando-se o IMPC amplo como deflator.

¹¹ A deterioração dos rendimentos se deve à interação de dois movimentos: a) a evolução dos preços relativos (considera-se a aceleração do câmbio e da taxa de juros em relação aos salários) e b) a deterioração das condições do mercado de trabalho. Veja-se NESUR/IE/UNICAMP, *op. cit.*, 1994.

TABELA 3.8
RENDIMENTO MEDIANO NA OCUPACAO PRINCIPAL PARA CHEFES E NAO CHEFES
POR ESTRATOS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO - 1981/1989

ESTRATOS DE RFPC	MEDIANA (1)		
	1981	1989	VARIACAO
CHEFES			
R1	2,00	1,65	-17,5%
R2	3,25	2,75	-15,4%
R3	4,88	4,57	- 6,4%
R4	11,22	10,67	- 4,9%
TOTAL (2)	4,15	3,65	-12,1%
NAO CHEFES			
R1	1,22	0,92	-24,6%
R2	1,46	1,37	- 7,4%
R3	2,27	2,15	- 6,2%
R4	3,66	3,96	+ 8,2%
TOTAL (2)	1,77	1,98	+11,9%

FONTE: FIBGE - PNADs - TABULACOES ESPECIAIS

NOTAS: (1) EM SALARIO MINIMO DE OUT/1981 (DEFLATOR DOS RENDIMENTOS: INPC ABPLD)
(2) INCLUI "SEM DECLARACAO DE RENDIMENTOS"

Entretanto, é preciso destacar que a deterioração dos rendimentos foi relativamente maior entre os ocupados das famílias pertencentes aos dois primeiros estratos de RFPC, especialmente nas de menor renda, enquanto que os não chefes das famílias de mais alta renda chegaram a obter um certo aumento no poder de compra dos seus rendimentos. Em outras palavras, durante a década passada, do ponto de vista do mercado de trabalho, quem arcou com os custos da retração econômica foram basicamente os ocupados de famílias de baixa renda.

Por outro lado, sabe-se que os diferenciais de rendimentos do trabalho não se devem à intensidade da participação no mercado de trabalho. Considerando-se a distribuição dos indivíduos ocupados segundo a jornada

semanal de trabalho (tabela 3.9), constata-se que a maioria dos membros trabalha em regime integral (40 horas ou mais), embora a porcentagem dos não-chefes trabalhando menos de 40 horas seja bem maior que a dos chefes. As diferenças quanto à jornada de trabalho entre indivíduos pertencentes a famílias de mais baixa e de mais alta renda (R_1 e R_4) são pequenas, o que comprova que os diferenciais de remuneração refletem principalmente a qualidade da inserção no mercado de trabalho, e não a sua intensidade.

TABELA 3.9
JORNADA DE TRABALHO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL PARA CHEFES E NÃO CHEFES OCUPADOS
POR ESTRATO DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA.
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981/1989

(em %)

JORNADA DE TRABALHO (1)	1981					1989				
	ESTRATOS DE RFPC					ESTRATOS DE RFPC				
	R1	R2	R3	R4	TOTAL (2)	R1	R2	R3	R4	TOTAL (2)
CHEFES										
ATE 39 HS	7,7	8,5	7,7	14,3	9,4	8,5	7,9	7,7	8,9	8,2
40 A 49 HS	49,8	54,9	60,3	60,3	56,4	67,3	70,6	70,9	68,1	68,6
49 HS OU +	42,5	36,6	32,0	25,4	34,2	24,2	21,5	21,4	23,0	23,2
TOTAL (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
NÃO CHEFES										
ATE 39 HS	23,3	16,1	17,7	27,0	20,1	17,7	13,6	17,5	23,8	18,5
40 A 49 HS	50,2	60,8	65,5	60,8	60,4	65,1	76,4	71,3	65,9	70,4
49 HS OU +	26,5	23,1	16,8	12,2	19,5	17,2	10,0	11,2	10,3	11,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FIDOE - PNADs - TABULADOES ESPECIAIS

NOTAS: (1) HORAS SEMANAIS DEDICADAS À OCUPAÇÃO PRINCIPAL.
(2) INCLUI "SEM DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS"

Resta mencionar que, entre 1981 e 1989, verificou-se uma redução generalizada da proporção de indivíduos ocupados trabalhando acima de 48 horas semanais, ao que correspondeu a elevação dos que trabalham de 40 a 48 horas.

No caso dos membros ocupados das famílias de menor renda, sejam eles chefes ou não, este fenômeno foi mais proeminente, o que ajuda a explicar a deterioração dos seus rendimentos. É provável que a redução da jornada de trabalho tenha sido involuntária, representando uma restrição imposta pelo mercado às estratégias utilizadas pelos membros daquelas famílias (em especial pelos chefes) para ampliar a renda mensal e compensar as baixíssimas taxas salariais.

TABELA 3.16
DISTRIBUIÇÃO DE CHEFES E NÃO CHEFES OCUPADOS SEGUNDO O TIPO DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL
POR ESTRATOS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981/1989

(em %)

TIPO DE OCUPAÇÃO (1)	1981					1989				
	ESTRATOS DE RFPC					ESTRATOS DE RFPC				
	R1	R2	R3	R4	TOTAL (2)	R1	R2	R3	R4	TOTAL (2)
CHEFES										
OC. MAN. (IT)	22,5	26,2	22,2	7,7	20,3	26,2	25,8	25,1	8,8	19,9
OC. MAN. (CC)	16,9	10,2	5,8	1,2	8,4	13,0	8,1	6,4	2,3	6,7
EMP. DOM.	5,3	2,4	1,2	0,3	2,2	4,3	3,0	2,7	0,9	2,5
OUTRAS (QUAL.)	33,4	29,5	18,9	7,0	22,5	34,0	30,4	25,9	11,2	24,0
SUB TOTAL	78,1	68,3	48,1	16,2	53,4	77,5	67,3	58,1	23,2	53,1
DEMAIS OCUP.	21,9	31,7	51,9	83,8	46,6	22,5	32,7	41,9	76,8	46,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
NÃO CHEFES										
OC. MAN. (IT)	23,9	29,2	20,5	7,0	21,1	22,9	24,3	20,6	10,1	18,6
OC. MAN. (CC)	4,3	3,9	1,7	0,3	2,5	4,0	2,2	1,3	0,7	1,7
EMP. DOM.	21,5	9,5	2,9	0,4	7,5	16,7	9,7	3,6	1,0	5,8
OUTRAS (QUAL.)	27,2	23,7	16,6	6,4	18,6	26,9	24,8	21,5	10,0	19,4
SUB TOTAL	76,9	66,3	41,7	14,1	49,7	70,5	61,0	47,0	21,8	45,5
DEMAIS OCUP.	23,1	33,7	58,3	85,9	50,3	29,5	39,0	53,0	78,2	54,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FIBGE - PNADs - TABELAS ESPECIAIS

NOTAS: (1) AS OCUPAÇÕES FORAM AGREGADAS EM DIFERENTES GRUPOS, SEGUNDO A QUALIFICAÇÃO:

OCUPAÇÕES MANUAIS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, OCUPAÇÕES MANUAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, EMPREGADOS DOMÉSTICOS, OUTRAS OCUPAÇÕES DE MENOR QUALIFICAÇÃO, E DEMAIS OCUPAÇÕES.

(2) INCLUI "SEM DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS"

A qualidade da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, por sua vez, é um conceito muito complexo e difícil de ser apreendido através de fontes não especializadas. Entretanto, pode-se ter uma idéia das desigualdades no que se refere à forma como aquelas pessoas se inserem no mercado de trabalho através de uma classificação simplificada dos tipos de ocupação.¹⁸ Na tabela 3.10, observa-se facilmente como é elevada a proporção de indivíduos ocupados em atividades de menor qualificação (leia-se: ocupações manuais), sejam eles ou não chefes de família. Evidentemente, nas famílias de menor renda essa proporção é muito maior que nas de renda mais alta. Ou seja, conforme aumenta a RFFC, eleva-se a proporção dos ocupados em atividades que requerem maior qualificação.

De fato, a tabela privilegia os ocupados com pouca qualificação. Observa-se, entre eles, que as variações na distribuição por tipo de ocupação, no período 1981/1989, não são muito acentuadas, mas permitem supor que esteja ocorrendo uma redistribuição destes indivíduos entre os grupos de ocupações considerados. Na verdade, tais variações parecem refletir tanto os efeitos de uma tendência a uma prolongada estagnação econômica (redução dos ocupados em ocupações manuais da construção civil), como de uma tendência contemporânea da própria estrutura sócio-econômica (redução dos empregados domésticos). Ao final dos anos 80, contudo, a proporção de ocupados em ocupações de baixa qualificação continua tão elevada quanto no início da década.

Em suma, entre o início e o final da década passada ocorreram mudanças na estrutura das famílias metropolitanas e aumentou a taxa de ocupação dos membros em

¹⁸ Esta classificação ocupacional foi desenvolvida por colegas do IE/UNICAMP, tendo sido originalmente utilizada por CARLOS PACHECO.

idade de trabalhar. Mas, esses processos não ocorreram com a mesma intensidade entre as famílias de diferentes estratos de RFPC. No caso das famílias de mais baixa renda, chama atenção a redução do tamanho médio, de um lado, e a manutenção de uma elevada proporção de menores de 10 anos e a diminuição da taxa de participação dos seus membros no mercado de trabalho, de outro. De modo que podemos supor que, apesar da redução do número médio de membros, as famílias pobres possuem certas características desfavoráveis do ponto de vista da renda familiar *per capita*, principalmente o fato de seus membros maiores de 10 anos apresentarem uma alta taxa de inatividade, com o que a razão de dependência entre essas famílias manteve-se num patamar relativamente elevado durante a década.

Ao mesmo tempo, os membros ocupados dessas famílias - sejam eles chefes ou não - possuem uma inserção particularmente precária no mercado de trabalho. Destaca-se, nesse sentido, a elevada porcentagem dos que ganham menos que 3 s.m. mensais, o que está diretamente associado a ocupações que não exigem maior qualificação profissional.

É possível, portanto, concluir que a persistência de um ponderável número de famílias com RFPC inferior ao limiar da pobreza absoluta, na Grande São Paulo, está associada tanto a características particulares destas (como tamanho médio, proporção de menores de 10 anos, e qualificação profissional dos membros) quanto a características do próprio mercado de trabalho (como baixo nível de remuneração e baixo grau de regulamentação do trabalho). E que, embora as famílias situadas abaixo da linha de pobreza não sejam certamente as mesmas nos dois extremos da década, existem peculiaridades inerentes à dinâmica sócio-econômica na Metrópole que levam à perpetuação do problema da pobreza.

III.3. *Pobreza e precariedades habitacionais*

Como foi visto no capítulo I, o forte dinamismo experimentado pela economia paulistana durante as décadas de 50, 60 e 70 atraiu gigantescas levas de migrantes, o que acabou resultando num crescimento populacional exacerbado. Tal dinamismo, ao ser irradiado para vários municípios vizinhos, também contribuiu para a maturação do processo de metropolização paulista. Não por acaso, o polo mais dinâmico da economia nacional tornou-se rapidamente um grande aglomerado urbano, comparável às maiores megalópoles mundiais, porém marcado por todo um conjunto de carências sociais.

Na verdade, nem a produção de habitações nem a oferta de serviços e equipamentos urbanos cresceu num ritmo compatível com aquela "explosão demográfica". Desse modo, já na metade dos anos 70 os desequilíbrios urbanos eram visíveis, seja na multiplicação de favelas nos bairros centrais, seja na precariedade da infra-estrutura básica dos bairros da periferia (principalmente na Capital, mas também nos municípios vizinhos).

Portanto, não surpreende que até 1980, ao final de um longo período de crescimento econômico, as condições de moradia da população metropolitana tenham melhorado muito lentamente, enquanto parcela considerável das famílias continuavam submetidas a uma situação habitacional muito precária. Para se ter uma idéia, naquele ano cerca de metade das famílias da Região Metropolitana de São Paulo residiam em domicílios que possuíam alguma característica básica inadequada, sendo que a grande maioria desses domicílios apresentavam instalação sanitária ou densidade domiciliar inadequadas, conforme dados do Censo Demográfico de 1980.

Considerando que a década de 80 foi marcada por uma drástica redução na taxa média de crescimento do PIB, por uma série de percalços econômicos (que afetaram diretamente o mercado de trabalho) e pela crise fiscal do Estado, vários analistas acreditavam que o quadro habitacional na metrópole paulista evoluiria para uma situação ainda mais caótica que aquela verificada em 1980. Entretanto, os dados disponíveis indicam que a situação não se agravou. Ao contrário, os indicadores mais elementares das condições habitacionais na região mostram que manteve-se o processo de melhoria destas, como veremos a seguir.¹²

TABELA 3.11

DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO O GRAU DE INADEQUAÇÃO ⁽¹⁾ DOS DOMÍCILOS
POR ESTRATO DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981/1989

(em %)

RFPC	1981					1989				
	ADEQUADOS	UMA INADEQUAÇÃO	DUAS INADEQUAÇÕES	TRES OU MAIS	TOTAL	ADEQUADOS	UMA INADEQUAÇÃO	DUAS INADEQUAÇÕES	TRES OU MAIS	TOTAL
R1	20,4	30,1	18,2	31,3	100,0	33,8	32,3	17,0	16,6	100,0
R2	40,3	31,3	14,5	13,9	100,0	53,3	28,2	11,0	7,3	100,0
R3	66,4	21,6	6,3	5,3	100,0	69,5	20,2	6,1	3,5	100,0
R4	89,7	7,9	1,6	0,7	100,0	88,7	6,4	1,6	1,2	100,0
TOT ⁽²⁾	52,4	23,8	10,6	13,2	100,0	64,3	21,2	8,0	6,3	100,0

FONTE: FIBGE - PNADs - TABULADOES ESPECIAIS

NOTAS: (1) O GRAU DE ADEQUAÇÃO/INADEQUAÇÃO CONSIDERA AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS:
ABASTECIMENTO DE ÁGUA, INSTALAÇÃO SANITÁRIA, ENERGIA ELÉTRICA,
DENSIDADE DOMICILIAR, SEPARAÇÃO DE FINQUES DOS COMODOS E MATERIAL
UTILIZADO NA CONSTRUÇÃO. AS DEFINIÇÕES DOS CRITÉRIOS DE ADEQUAÇÃO
ENCONTRAM-SE NO APÊNDICE METODOLÓGICO

(2) INCLUI "SEM DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS"

Pelos dados das PNAD's, nota-se que, entre 1981 e 1989, a proporção das famílias metropolitanas que residiam

¹² Sobre os impactos da crise econômica e da quebra do S.F.H. sobre a evolução da situação habitacional na década de 80 veja a dissertação de mestrado de ANSELMO LUIS DOS SANTOS - *Crise habitacional no contexto do desenvolvimento excludente brasileiro*, IE/UNICAMP, 1994.

em domicílios adequados (ver Apêndice Metodológico) subiu de 52 para 64% - tabela 3.11. A melhoria expressa-se, também, na diminuição do grau de inadequação habitacional: a proporção das famílias residindo em domicílios com duas ou mais inadequações reduziu-se de 24 para 14%. Mesmo assim, deve-se destacar que mais de um terço das famílias metropolitanas continuavam apresentando algum tipo de carência habitacional básica, em 1989.

Também é preciso ressaltar que a melhoria concentrou-se nas famílias dos primeiros estratos de renda (R_1 e R_2), de modo que a proporção de famílias de menor renda residindo em domicílios adequados aumentou no período significativamente, enquanto a proporção das de renda mais alta (R_4) manteve-se relativamente constante. Assim, os diferenciais sócio-econômicos referentes às condições habitacionais diminuíram durante os anos 80. Isto, contudo, ainda não é suficiente para que possamos considerá-los em níveis aceitáveis: em 1989, apenas um terço das famílias de mais baixa renda residiam em domicílios sem nenhuma das carências analisadas, enquanto nas de renda mais alta essa proporção alcançava praticamente 90%.

Analisando-se as características habitacionais disponíveis, nota-se que ocorreram reduções consideráveis na proporção de famílias residentes em domicílios com inadequação na instalação sanitária, no abastecimento de água, na densidade domiciliar e na separação de funções dos cômodos - veja as tabelas 3.12 e 3.13. Reduziu-se, também, a proporção de famílias residindo em moradias precariamente construídas, enquanto a disponibilidade de energia elétrica praticamente já era universalizada no início da década.

Além disso, nestas tabelas pode-se visualizar a intensidade com que reduziram-se as principais carências habitacionais nos diferentes estratos de RFPC, durante a

década passada. Nas famílias dos primeiros estratos de renda a melhoria nos indicadores analisados é mais perceptível, mesmo porque é entre elas que estão concentradas essas carências. Chama atenção, contudo, o fato de entre as famílias de maior renda persistir uma pequena mas significativa incidência de inadequações (principalmente em instalação sanitária e densidade domiciliar), o que demonstra que nem sempre um nível razoável de renda familiar assegura a existência de condições habitacionais básicas adequadas.

TABELA 3.12

PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMÍCILOS INADEQUADOS SEGUNDO O TIPO DE INADEQUAÇÃO
POR ESTRATO DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981/1989

(em %)

ESTRATOS DE RFPD	ABASTEC. DE ÁGUA		INSTALAÇÃO SANIT.		ENERGIA ELETRICA		MATERIAL DE CONSTR.	
	81	89	81	89	81	89	81	89
R1	25,2	0,4	49,5	32,7	2,2	0,4	10,6	7,8
R2	10,7	3,6	34,5	20,3	0,5	0,1	4,1	3,1
R3	4,2	1,7	20,0	13,6	0,2	0,0	1,4	1,9
R4	1,5	1,0	5,7	6,1	0,1	0,0	0,5	0,6
TOTAL (1)	10,5	3,4	28,4	16,7	0,7	0,1	4,3	2,9

FONTE: FIDGE - PNADs - TABULADOES ESPECIAIS

NOTA: (1) INCLUI "SEM DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS"

é preciso esclarecer que a elevada porcentagem de famílias residindo em moradias com uma densidade domiciliar inadequada engloba diferentes graus de saturação - veja a tabela 3.14. De acordo com os parâmetros internacionais normalmente aceitos, é adequada uma densidade não superior a um morador por cômodo.¹⁴ Se considerarmos mais de dois moradores por cômodo uma densidade extremamente indesejada,

¹⁴ Quando o domicílio possui mais de 6 cômodos, considera-se adequada uma densidade domiciliar até 1,8 pessoas/cômodo

veremos que existe uma parcela não desprezível das famílias metropolitanas exposta a uma situação de maior precariedade. Evidentemente, essa precariedade se concentra nas famílias de menor renda, onde cerca de 20% apresenta uma densidade superior a dois moradores por cômodo.

TABELA 3.13

PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMÍLIOS INADEQUADOS SEGUNDO A DENSIDADE DOMICILIAR E A SEPARAÇÃO DE FUNÇÕES DOS COMODOS, E NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR COMODO E POR DORMITÓRIO
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981/1989

(em %)

ESTRATOS DE RFPC	DENSIDADE DOMICILIAR		SEPARAÇÃO DE FUNÇÕES (%)		PESSOAS POR COMODO		PESSOAS POR DORMITÓRIO	
	81	89	81	89	81	89	81	89
R1	66,7	54,5	30,4	19,9	1,7	1,4	3,6	3,5
R2	42,4	33,6	15,9	13,2	1,2	1,1	2,9	2,7
R3	18,1	18,6	8,7	8,1	0,9	0,9	2,2	2,4
R4	3,3	4,0	2,7	3,0	0,5	0,5	1,7	1,9
TOTAL (1)	33,7	25,2	14,9	10,2	1,1	0,9	2,6	2,7

FONTE: FINE - PNADs - TABULAÇÕES ESPECIAIS

NOTA: (1) INCLUI "SEM DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS"

TABELA 3.14

DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO A DENSIDADE DOMICILIAR, POR ESTRATOS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981/1989

(em %)

ESTRATOS DE RFPC	1981				1989			
	PESSOAS POR COMODO				PESSOAS POR COMODO			
	ATE 1,0	1,0 A 2,0	+ DE 2,0	TOTAL	ATE 1,0	1,0 A 2,0	+ DE 2,0	TOTAL
R1	17,8	51,2	31,0	100,0	27,5	51,8	20,7	100,0
R2	34,3	53,1	12,6	100,0	42,1	48,8	9,1	100,0
R3	62,9	33,1	4,0	100,0	61,3	35,4	3,2	100,0
R4	90,1	9,5	0,4	100,0	87,3	12,2	0,6	100,0
TOTAL (1)	49,1	38,6	12,3	100,0	57,5	35,1	7,4	100,0

FONTE: FINE - PNADs - TABULAÇÕES ESPECIAIS

NOTA: (1) INCLUI "SEM DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS"

Nota-se que a porcentagem de famílias residindo em domicílios com este tipo de inadequação diminuiu, entre 1981 e 1989, principalmente nos dois primeiros estratos de RFPC. Isto se deve, basicamente, à redução do tamanho médio das famílias e a um provável aumento do número médio de cômodos por domicílio.

Outra qualificação importante que deve ser feita quando examina-se o quadro habitacional da população é a condição de ocupação da moradia. Ou seja, deve-se distinguir entre as situações em que a moradia é própria, alugada ou cedida. No caso da Grande São Paulo, em 1989, metade das famílias residiam em domicílios próprios já pagos, quase um terço em domicílios alugados, cerca de 11% em domicílios cedidos e outros 7% em domicílios em aquisição - veja a tabela 3.15. Observa-se claramente que as famílias de maior RFPC (R₄) tiveram maiores facilidades de obter financiamento para a aquisição da casa própria, enquanto a proporção de moradias cedidas - onde as precariedades são mais prováveis - é maior nas famílias dos primeiros estratos de renda.

TABELA 3.15

DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO A CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DA MORADIA, POR ESTRATOS DE RENDA FAMILIAR
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981/1989

(em %)

ESTRATOS DE RFPC	1981				1989			
	PRÓPRIO PAGO	PRÓPRIO EM AQUISIÇÃO	ALUGADO	CEIDDO	PRÓPRIO PAGO	PRÓPRIO EM AQUISIÇÃO	ALUGADO	CEIDDO
R1	47,0	4,8	54,0	13,6	47,6	2,3	32,5	16,6
R2	47,3	4,9	38,0	9,7	47,7	3,4	34,2	14,2
R3	44,9	9,4	39,2	6,2	50,4	7,7	30,8	10,6
R4	43,6	19,7	33,6	2,7	53,3	13,0	28,3	5,4
TOTAL (1)	45,8	9,1	56,5	8,3	50,3	7,1	31,0	11,1

FONTE: FIBGE - PNADs - TABULAÇÕES ESPECIAIS

NOTA: (1) INCLUI "SEM DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS"

OBS: AS PORCENTAGENS DE CADA ANO NÃO TOTALIZAM 100% PORQUE HÁ UM RESÍDUO RELATIVO A "CONDIÇÃO
IGNORADA"

Comparativamente a 1981, essa situação alterou-se um pouco, pois verifica-se uma certa tendência à redução do peso dos domicílios alugados - devido às dificuldades econômicas e ao não crescimento da oferta de imóveis para aluguel, em especial para famílias de menor renda - enquanto aumenta o peso dos próprios já pagos e dos cedidos. Chama atenção a diferença nesta tendência quando se observa a RFPC, de modo que entre as famílias de R₃ e R₄ houve uma diminuição muito mais acentuada na proporção de domicílios alugados, graças à aquisição definitiva do imóvel ou à obtenção de uma moradia cedida.

TABELA 3.16

DENSIDADE DOMICILIAR ⁽¹⁾ SEGUNDO A CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DOS DOMICÍLIOS POR ESTRATO DE RENDA FAMILIAR
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981/1989

(em %)

ESTRATOS DE RFPC	PRÓPRIO PAGO		PRÓPRIO EM AQUISIÇÃO		ALUGADO		CEDIDO		TOTAL	
	81	89	81	89	81	89	81	89	81	89
R1	1,5	1,3	1,5	1,4	1,8	1,6	1,8	1,6	1,7	1,4
R2	1,1	1,0	1,1	0,9	1,3	1,2	1,1	1,0	1,2	1,1
R3	0,8	0,8	0,8	0,7	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
R4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5
TOTAL (2)	1,0	0,9	0,8	0,7	1,2	1,0	1,3	1,1	1,1	0,9

FONTE: FIBGE - PNADs - TABULAÇÕES ESPECIAIS

NOTAS: (1) NÚMERO DE PESSOAS POR CÔMODO

(2) INCLUI "SEM DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS"

Deve-se esclarecer, ainda, que a condição de ocupação da moradia não implica, diretamente, uma condição habitacional adequada ou não. Como exemplifica a tabela 3.16, a densidade domiciliar é em geral maior nas moradias cedidas ou alugadas, mas dependendo da RFPC podemos encontrar casos em que a densidade média é relativamente baixa nos domicílios cedidos (famílias de R₄), e casos em que é relativamente alta nos domicílios próprios (famílias de R₁). Raciocínio análogo poderia ser estendido para

outras características habitacionais. Portanto, o que está-se analisando, no que se refere à propriedade do domicílio, não é a qualidade da moradia, mas o que a condição de ocupação significa em termos de pressão sobre o orçamento familiar, e de um modo mais subjetivo, em termos de segurança e estabilidade emocional para seus moradores.

Concluindo, pode-se afirmar que as condições habitacionais mais básicas evoluíram positivamente durante os anos 80, embora isto não signifique dizer que a questão habitacional esteja sendo corretamente equacionada na metrópole paulista. De fato, a inflexão na dinâmica demográfica, de um lado, e a continuidade do processo de melhoramento da infra-estrutura urbana, de outro, ajudam a explicar esse desempenho positivo. Deve-se ressaltar, no entanto, que a crise habitacional extrapola aquelas questões básicas - como é o caso do saneamento e das características físicas do domicílio -, abrangendo também outros aspectos, tais como a disponibilidade de transporte, o grau de salubridade do meio ambiente, a legalidade do loteamento e da aquisição do terreno, assim como a adequação de outros parâmetros de habitabilidade da moradia (como iluminação, ventilação e seu estado de conservação). Portanto, talvez seja exagerado julgar que as famílias de mais baixa renda passaram a residir em domicílios qualitativamente melhores, ao longo da década, embora alguns aspectos da condição habitacional possam ser interpretados nesse sentido.

III.4. *Pobreza e carências educacionais*

Qualquer diagnóstico que se faça sobre as realizações no campo da educação básica na metrópole mais importante do País irá provavelmente apontar uma série de insuficiências e carências. Não há dúvidas de que têm havido avanços quanto ao quadro educacional da população, mas o fato é que esses avanços têm sido insuficientes e sequer foram capazes de solucionar a questão do enorme estoque de analfabetismo e semi-instrução que tem marcado as sucessivas gerações metropolitanas.¹⁹ O objetivo dessa seção é diagnosticar essas carências, dando ênfase aos diferenciais sócio-econômicos que marcam a questão educacional.

O primeiro e mais elementar aspecto a ser considerado num diagnóstico da evolução recente das condições educacionais é o índice de analfabetismo, que revela a proporção da população que não sabe ler e escrever um simples bilhete. Naturalmente, com a expansão do sistema educativo o analfabetismo tende a ser eliminado, mas na ausência de uma ação eficiente no sentido de alfabetizar a população adulta sem instrução a redução do problema fica condicionada ao movimento geracional, ou seja, o ritmo da redução depende do surgimento de gerações mais jovens, que têm tido, em geral, melhores oportunidades de estudar.

Na tabela 3.17 pode-se constatar que a taxa de alfabetização é menor entre as pessoas de 35 anos ou mais, e maior entre as de 15 a 34 anos. Entre as crianças de 7 a 14 anos o analfabetismo reflete, no caso metropolitano, um retardamento (ou até o impedimento) da entrada da criança na escola. Nesse sentido, é importante destacar que o aumento mais intenso da taxa de alfabetização durante a década de 80 ocorreu justamente nesse grupo etário.

¹⁹ Grande parte desse estoque se deve ao baixo grau de instrução das sucessivas levas de migrantes que pressionaram o crescimento demográfico da metrópole durante as décadas de 50, 60 e 70.

TABELA 3.17

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO¹⁴ DA POPULAÇÃO, POR ESTRATOS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA,
PARA DIFERENTES GRUPOS ETÁRIOS
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981/1989

(em %)

ESTRATOS DE RFP/C	7 A 14 ANOS		15 A 34 ANOS		35 ANOS E +		7 ANOS E +		15 ANOS E +	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989
R1	80,7	80,6	88,1	89,2	85,5	87,9	79,2	82,1	76,6	79,2
R2	91,1	92,7	95,7	95,6	79,2	80,9	89,2	89,6	88,8	88,6
R3	95,9	96,5	98,6	97,8	89,8	89,3	94,8	94,1	94,6	93,7
R4	97,6	97,8	99,4	99,1	96,5	97,0	97,9	97,9	98,0	98,0
TOTAL	88,0	92,9	95,4	96,1	85,1	86,1	89,6	91,5	89,9	91,1

FONTE: FIBGE - PNABs - TABULADOES ESPECIAIS

NOTA: (1) PROPORÇÃO DOS QUE SABEM LER E ESCREVER UM BILHETE SIMPLES

Também é preciso ressaltar que os níveis mais elevados de analfabetismo pertencem às pessoas de mais baixa renda familiar, para as quais a proporção de analfabetos manteve-se acima de 20% durante a década, considerando a população de 15 anos ou mais. Pode-se dizer que a redução do analfabetismo tem sido lenta, deste ponto de vista, principalmente devido ao grande número de analfabetos entre os segmentos mais pobres da região metropolitana, e que não há perspectivas de que o índice de analfabetismo reduza-se, a médio prazo, a níveis comparáveis aos de grandes centros urbanos da América Latina - como Buenos Aires e Santiago, metrópoles onde o analfabetismo foi praticamente erradicado já há algumas décadas.¹⁴

Além disso, embora a maioria das pessoas sejam alfabetizadas, tal fato não é suficiente para o exercício da cidadania, numa metrópole como São Paulo. Chama atenção, nesse sentido, o precário perfil de escolaridade da população metropolitana adulta. Na verdade, entre 1981 e

¹⁴ Para uma comparação do desempenho do sistema de ensino brasileiro com o de outros países latino-americanos, veja CEPAL/OMI - *Anuário Estatístico da América Latina e Caribe*, Edição 1999.

1989, os avanços no que se refere ao grau de instrução da população foram pequenos, o que implica na manutenção de cerca de um quarto das pessoas de 18 anos ou mais sem o nível de escolaridade mínimo (veja a tabela 3.18). Como o critério para verificar a alfabetização dos indivíduos é muito limitado, vários analistas consideram as pessoas que não completaram sequer o antigo primário como semi-analfabetos, ou "analfabetos funcionais" na definição da UNESCO. Assim, consideramos a conclusão do primário (4ª série do 1º Grau completa) como a escolaridade *mínima* capaz de assegurar uma capacidade de compreensão e expressão minimamente aceitável no contexto metropolitano.

TABELA 3.18

PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO ADULTA (18 ANOS E MAIS)
QUE NÃO ATINGIU O NÍVEL DE ESCOLARIDADE MÍNIMO, BÁSICO E SUPERIOR
POR ESTRATOS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981/1989

(em %)

ESTRATOS DE RFPC	NÍVEL DE ESCOLARIDADE					
	MÍNIMO (1)		BÁSICO (2)		SUPERIOR (3)	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989
R1	53,2	45,1	91,2	87,6	99,7	99,4
R2	36,2	31,0	81,3	75,4	98,5	98,3
R3	20,5	21,7	61,7	61,2	92,7	93,2
R4	8,5	8,5	30,2	31,4	67,6	69,5
TOTAL	29,7	24,2	67,4	60,3	90,8	88,5

FONTE: FIBGE - PNADs - TABULAÇÕES ESPECIAIS

NOTAS: (1) POPULAÇÃO QUE NÃO COMPLETOU SEQUER O ANTIGO PRIMÁRIO
(2) POPULAÇÃO QUE NÃO COMPLETOU O ANTIGO GINÁSIO
(3) POPULAÇÃO QUE NÃO CONCLUIU PELA MENOS O 1º ANO DE UM CURSO SUPERIOR
(4) INCLUI "SEM DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS"

Por outro lado, devemos reconhecer que a formação educacional básica que deveria preparar o indivíduo para o pleno exercício da cidadania (conforme a atual Constituição) só se completa com a conclusão do 1º Grau. Contudo, em 1989

apenas 40% da população metropolitana adulta tinha obtido ou ultrapassado esse nível de escolaridade, proporção pouco maior que a verificada em 1981. Assim, é muito provável que a generalização deste direito social básico só venha a ocorrer no próximo século.

Na tabela 3.18 também é possível verificar que o perfil de escolaridade do conjunto da população adulta encobre profundas desigualdades sociais no que se refere às oportunidades de estudo. No caso dos membros das famílias de menor renda, a proporção de semi-analfabetos representava quase metade dos adultos, enquanto a proporção dos que possuem ao menos o 1º Grau completo era de apenas 12%, em 1989. Ao longo da década, contudo, as melhorias no perfil de escolaridade refletem basicamente melhorias ocorridas nos primeiros estratos de renda familiar (R_1 e R_2), enquanto nos outros estratos (R_3 e R_4) não parece ter havido melhorias.

Como a mudança no perfil educacional depende do desempenho escolar das novas gerações, é preciso examinar a situação escolar das crianças e adolescentes. Interessa-nos, em particular, averiguar como evoluíram na década as oportunidades de estudo e as dificuldades de permanência no sistema de ensino, distinguindo a situação das populações de 7 a 14 e de 15 a 17 anos (tabela 3.19).

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que a proporção de crianças (7 a 14 anos) não frequentando a escola diminuiu entre 1981 e 1989.¹⁷ Como pode ser verificado, isto se deve à redução da porcentagem de crianças pobres fora da escola, enquanto a proporção para as crianças mais privilegiadas chega a subir. Mesmo assim, as desigualdades sociais de acesso ao estudo ainda são evidentes.

¹⁷ Embora a taxa bruta de cobertura no 1º Grau seja superior a 100%, é sabido que existe na Metrópole uma pequena parcela dessa população-alvo que nunca frequentou a escola.

TABELA 3.14

FREQUENCIA ESCOLAR DA POPULACAO DE 7 A 17 ANOS, POR ESTRATOS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO - 1981/1989

(em %)

ESTRATOS DE RFPC	7 A 14 ANOS				15 A 17 ANOS					
	FREQUENTA		NAO FREQUENTA		FREQUENTA		FREQUENTA		NAO FREQUENTA	
	1o GRAU		ESCOLA		1o GRAU		2o GRAU		ESCOLA	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989
R1	82,9	86,8	16,9	11,2	40,9	41,2	9,5	10,5	48,2	48,4
R2	91,6	90,5	8,0	7,2	41,9	42,7	19,0	14,6	38,1	41,2
R3	96,0	93,1	3,6	5,0	38,8	41,2	38,8	31,1	23,9	26,6
R4	98,4	97,0	0,6	1,5	25,8	30,5	65,4	51,7	7,6	16,6
TOTAL (1)	89,2	90,7	10,5	7,3	38,9	39,5	24,5	23,6	35,5	34,0

FONTE: FIDGE - PNADs - TABULACOES ESPECIAIS

NOTA: (1) INCLUI "SEM DECLARACAO DE RENDIMENTOS"

OBS: PARA QUE AS PORCENTAGENS REFERENTES A ESCOLARIZACAO TOTALIZEM 100% E NECESSARIO
ADRESCENTAR UM RESIDUO REFERENTE A SITUAOES ESPECIAIS

Em segundo lugar, destaque-se que a situação de escolarização dos jovens de 15 a 17 anos é muito mais precária, dado que diante das dificuldades de progressão no sistema e da necessidade de procurar trabalho muitos jovens acabam abandonando o estudo. Entre 1981 e 1989, a proporção dos jovens nesta faixa etária que não frequentava a escola manteve-se num patamar bastante elevado (acima de um terço). Evidentemente, as razões que levam ao abandono ou à interrupção do estudo são sentidas com mais intensidade entre os adolescentes mais pobres (48% fora da escola), mas nota-se que a não frequência aumentou consideravelmente entre os jovens de maior RFPC. Por outro lado, entre os "sobreviventes" do sistema de ensino verifica-se uma grande distorção, já que menos da metade destes estava cursando o 2º Grau, enquanto a maioria ainda frequentava o 1º Grau. Naturalmente, tal distorção ocorre com maior intensidade entre os adolescentes de mais baixa renda (apenas um quinto dos que frequentam a escola estavam no 2º Grau).

TABELA 3.20

ADEQUAÇÃO E DISTORÇÃO SÉRIE/IDADE ⁽¹⁾, POR ESTRATOS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
PARA ALUNOS DE 7 A 17 ANOS FREQUENTANDO O 1º GRAU
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981/1989

(em %)

ESTRATOS DE RFPC	MENINIM		ANOS DE ATRASO					
			1 OU 2		3 A 4		5 OU +	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989
R1	19,4	35,0	50,1	47,2	23,0	14,7	7,5	3,1
R2	30,4	41,8	44,9	41,1	19,6	13,1	5,1	3,9
R3	44,3	45,8	41,7	34,7	11,1	14,2	2,9	3,3
R4	44,9	64,5	27,6	27,7	5,3	6,8	2,3	0,9
TOTAL ⁽²⁾	31,6	44,7	41,9	39,6	18,0	12,7	5,3	3,0

FONTE: FIDGE - PNADs - TABULAÇÕES ESPECIAIS

NOTAS: (1) ADEQUAÇÃO SÉRIE/IDADE CORRESPONDENTE À SITUAÇÃO EM QUE O ALUNO TEM A IDADE NORMALMENTE ESPERADA PARA A SÉRIE FREQUENTADA (7 ANOS NA 1ª SÉRIE, 8 ANOS NA 2ª, ..., 14 ANOS NA 5ª) OU ESTÁ ADIANTADO; OS ANOS DE ATRASO NÃO CORRESPONDEM EXATAMENTE AOS ANOS DE REPROVAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS, PODENDO HAVER OUTRAS RAZÕES PARA A DISTORÇÃO
(2) INCLUI "SEM DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS"

Essa constatação pode ser melhor avaliada através de um indicador de desempenho escolar. Na tabela 3.20, pode-se observar claramente como opera a seletividade do sistema através do indicador de distorção série/idade,¹⁰ que oferece uma idéia aproximada do problema da repetência no primeiro nível de ensino. No caso da Grande São Paulo, os esforços das secretarias estadual e municipal de educação ao longo da década passada (principalmente no sentido de diminuir as reprovações nas primeiras séries) acabaram aumentando a adequação série/idade dos alunos de 7 a 17 anos de 32 para 45%, e diminuindo o grau de distorção, de modo que a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar caiu de 23 para 16%, entre 1981 e 1989.

¹⁰ Veja o Apêndice Metodológico.

Não obstante, o grau de distorção continua relativamente elevado, principalmente para os alunos mais pobres. Isto faz com que a conclusão deste nível de ensino se estenda para idades muito avançadas, obrigando muitas vezes o aluno a optar entre a permanência na escola e a inserção no mercado de trabalho. Aparentemente, a redução do grau de distorção deve ter tido impactos favoráveis sobre o congestionamento nas primeiras séries das escolas públicas de periferia - que atendem, precariamente, a maior parte das crianças de baixa renda -, mas foi incapaz de solucionar a questão da permanência dos alunos no sistema educativo.

Diante dessas evidências, torna-se importante examinar como se modificou a relação escola-trabalho entre o início e o final da década passada. A situação dos menores de 7 a 14 anos é obviamente distinta da dos adolescentes de 15 a 17 anos, pois só uma pequena parcela das crianças trabalha, enquanto a grande maioria apenas estuda. Dessa forma, concentraremos nossa análise nos jovens de 15 a 17 anos, para os quais esta questão se torna, em muitos casos, crucial.

Também na Grande São Paulo a necessidade de trabalhar acaba impedindo que a maioria dos adolescentes dedique-se exclusivamente ao estudo: em 1989, 38% só estudavam, 26% estudavam e trabalhavam, enquanto 23% só trabalhavam (tabela 3.21). Entre 1981 e 1989 aumentou a proporção dos jovens de 15 a 17 anos que estudam e trabalham, ao que correspondeu uma queda na porcentagem dos que procuravam trabalho. Considerando-se os jovens ocupados, nota-se que persistiu uma grande dificuldade de conciliar trabalho e estudo, sendo que somente pouco mais da metade dos que trabalhavam seguiam frequentando a escola.

A participação dos jovens de 15 a 17 anos no mercado de trabalho parece ter uma relação importante com a

TABELA 3.21

CONDICAO DE ATIVIDADE DA POPULACAO DE 15 A 17 ANOS, POR ESTRATO DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO - 1981/1989

(em %)

ESTRATO DE RFPC	CONDICAO DE ATIVIDADE									
	SO ESTUDA		ESTUDA E TRABALHA		SO TRABALHA		DESEMPREGADO		AFAZ. DOMESTICOS	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989
R1	31,1	34,6	15,3	14,4	26,6	26,6	13,7	6,5	6,4	10,5
R2	34,6	32,6	23,9	24,3	24,9	30,3	8,3	3,0	6,5	6,6
R3	45,7	35,5	27,5	35,5	16,3	18,4	4,4	3,1	4,6	4,4
R4	72,3	56,3	19,5	26,5	4,1	12,6	1,2	0,7	0,6	1,3
TOTAL	39,5	38,4	21,4	25,8	21,6	22,9	8,3	3,1	6,2	6,6

FONTE: FIDGE - PNADs - TABULACOES ESPECIAIS

NOTA: (1) INCLUI "SEM DECLARACAO"

OBS: PARA QUE A SOMA DAS PORCENTAGENS REFERENTES AS ATIVIDADES CITADAS TOTALIZE 100%
E NECESSARIO ADRESCENTAR UM RESIDUO RELATIVO A "CONDICAO IGNORADA"

RFPC, e em determinadas circunstâncias ela pode significar a passagem do núcleo familiar para uma posição social mais favorável. Como demonstra a tabela, os jovens pertencentes a R₁ e R₂ procuram se inserir mais precocemente no mercado de trabalho, enquanto a maioria dos jovens de R₄ só estudam. Porém, a proporção de ocupados entre os mais pobres é bem menor que a dos pertencentes a famílias de R₂ e R₃ (41 contra 54%). Deve-se destacar, ainda, que entre os adolescentes de R₄ a proporção dos que só estudam reduziu-se na última década, tendo aumentado a proporção dos que trabalham para 39%. Ou seja, tendo o trabalho dos filhos adolescentes se tornado mais relevante para as famílias, chama atenção a relativamente elevada porcentagem de jovens de R₁ desempregados (6,5%) ou que simplesmente abandonaram o estudo e não procuravam por trabalho (10,5%).

Em todo caso, não se pode afirmar que a entrada no mercado de trabalho seja a única razão responsável pelo abandono escolar. Mas, o que é particularmente grave é que

a interrupção do estudo ocorre, em geral, sem que o aluno tenha concluído a formação escolar elementar, e às vezes sem ter alcançado um grau de instrução mínimo. Neste sentido, vale a pena observar que mais da metade das crianças de 10 a 14 anos e cerca de 20% dos adolescentes de 15 a 17 anos que não frequentavam a escola não tinham concluído o antigo curso primário, em 1989. Por outro lado, apenas 14% dos adolescentes tinham completado ou ultrapassado o 1º Grau (veja a tabela 3.22). Novamente, constata-se a desigualdade de condições quando se considera a estratificação por faixas de RFFC, de forma que os menores de 18 anos pertencentes às famílias de menor renda são os que abandonam o estudo em piores condições de competição no mercado de trabalho.

TABELA 3.22

GRAU DE INSTRUÇÃO DAS PESSOAS DE 10 A 14 ANOS E DE 15 A 17 ANOS QUE NÃO FREQUENTAVAM A ESCOLA
POR ESTRATO DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981/1989

(em %)

RFFC	10 A 14 ANOS						15 A 17 ANOS			
	(a)		(b)		(c)		(d)		(e)	
	NÃO CONCLUIU		CONCLUIU OU ULTRAP.		NÃO CONCLUIU		CONCLUIU OU ULTRAP.		CONCLUIU OU ULTRAP.	
	PRIMÁRIO (1)	1981	1989	O PRIMÁRIO (2)	1981	1989	O PRIMÁRIO (2)	1981	1989	1º GRAU
R1	76.9	69.1	23.1	30.9	34.5	27.0	58.4	70.5	7.1	2.7
R2	63.9	44.7	36.1	55.3	24.8	15.5	62.4	69.1	12.8	13.5
R3	47.0	42.1	53.0	57.9	14.8	21.3	49.0	60.7	36.2	16.0
R4	0.0	53.3	0.0	66.7	22.9	3.0	46.6	64.0	50.4	28.0
TOTAL	71.2	55.9	28.6	44.1	26.9	19.7	59.0	66.3	14.1	14.0

FONTE: FIBGE - PNADs - TABELAÇÕES ESPECIAIS

NOTAS: (1) INCLUI AS PESSOAS "SEM INSTRUÇÃO"

(2) SEM, CONTUDO, TER CONCLUÍDO O 1º GRAU

Obs: (a) + (b) = 100%

(c) + (d) + (e) = 100%

Concluindo, não é demais lembrar que nem o analfabetismo, nem o atraso e o abandono escolar, e nem mesmo o baixo grau de instrução da população metropolitana, são problemas exclusivos dos segmentos de mais baixa renda. Por outro lado, embora as condições educacionais dos membros das famílias de menor renda estejam melhorando lentamente, essa melhoria deve ser avaliada à luz das novas necessidades em termos de formação escolar, colocadas pelas transformações estruturais que vêm ocorrendo.¹⁹ Deste ponto de vista, pode-se concluir que não houve avanços significativos em relação às condições educacionais, durante a década de 80, já que manteve-se a enorme distância entre ricos e pobres no que se refere às chances de estudar, e o que é mais importante, de obter um nível de escolaridade capaz de capacitar uma disputa menos desleal por uma melhor inserção sócio-econômica na Metrópole.

¹⁹ Segundo estudos recentes, a tendência para a década de 90 no que se refere à competição por postos de trabalho é uma crescente exigência de formação escolar geral completa. Veja-se, por exemplo, o ensaio de CLAUDIO SALM e AZUETE FORÇA - *Modernização industrial e a questão dos recursos humanos*, in *Revista Economia e Sociedade*, nº 1, IE/UNICAMP, 1992.

III.5. *A pobreza nos anos 80: conclusão*

A análise da evolução dos rendimentos familiares durante a década de 80 mostrou uma grande sensibilidade do poder de compra dos núcleos familiares diante da conjuntura econômica. Como saldo da década, pode-se dizer que verificou-se a manutenção da proporção de famílias com RFPC inferior à linha de pobreza. Além disso, verificou-se um aumento da concentração da renda na Metrópole, de modo que a parcela da renda pessoal apropriada pelas famílias de mais baixa renda reduziu-se, assim como a participação das famílias pertencentes aos estratos intermediários, enquanto as famílias mais distantes da situação de pobreza passaram a apropriar-se de maior parcela da renda.

A existência de uma proporção significativa das famílias da Grande São Paulo abaixo da linha de pobreza pode ser explicada, analiticamente, pela interação de dois fatores básicos: a elevada razão de dependência familiar e os baixos níveis dos rendimentos do trabalho. De fato, as famílias de mais baixa renda são as que possuem, em geral, características demográficas mais desfavoráveis do ponto de vista da renda per capita (como a elevada porcentagem de menores de 10 anos), e/ou maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho (expressiva taxa de inatividade, inclusive do chefe), e/ou precária inserção na estrutura ocupacional (associada a baixas remunerações do trabalho). Durante a década de 80, os efeitos da queda da taxa de fecundidade entre as mulheres pertencentes às famílias de menor renda não se traduziram numa redução proporcional da razão de dependência familiar, em virtude da queda na taxa de participação dos membros no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, a perda de dinamismo na geração de novas oportunidades ocupacionais, juntamente com o processo inflacionário, afetou com maior intensidade as remunerações de ocupações de menor qualificação.

Por outro lado, a análise das condições de vida da população evidenciou que carências sociais importantes como a precariedade da moradia e a ausência de escolaridade mínima são problemas abrangentes, que atingem não só as famílias de menor renda. Durante a década de 80, houve uma melhoria perceptível nos indicadores habitacionais (principalmente os relacionados à infra-estrutura urbana), assim como no grau de instrução e no desempenho escolar, sendo que essas melhorias foram mais significativas entre as famílias de mais baixa renda (onde essas carências atingem parcela expressiva das famílias). Entretanto, a distância entre a situação social das famílias ditas pobres e das famílias mais privilegiadas (em termos de RFPC) continua sendo muito gritante.

Naturalmente, os avanços sociais alcançados durante a década passada, que foi marcada não só por uma crise econômica crônica mas também pelo processo de redemocratização política, não devem ser subestimados. Porém, a pobreza absoluta de parcela das famílias continuou distorcendo a estrutura social da Grande São Paulo, seja do ponto de vista das pressões sobre o orçamento familiar, seja sob a ótica da incidência das principais carências urbanas, ou ainda da perspectiva da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho.

Deve-se frizar que a crise econômica acarretou um empobrecimento da maioria da população metropolitana, considerando-se a perda real do poder de compra dos rendimentos familiares. E isto implicou na permanência de uma grande parcela das famílias numa situação de RFPC inferior ou pouco superior à linha de pobreza. Não obstante, a inflexão no crescimento demográfico (devido à queda da fecundidade e à inversão do fluxo migratório) ajudou a evitar um agravamento ainda maior das condições de vida da população, tanto em relação ao nível de renda *per capita*,

quanto em função da menor pressão exercida sobre a oferta de bens e serviços oferecidos pelo Estado.

Nesse sentido, deve-se esclarecer que, se de um lado a crise econômica não implicou uma paralização total dos programas sociais, de outro significou uma séria barreira aos esforços de equacionamento da enorme dívida social no principal centro econômico do País. Verificou-se que ao final dos anos 80 persistia um grande estoque de necessidades básicas insatisfeitas, que juntamente com os problemas de desempenho do mercado de trabalho e com o baixo nível de RFPC das famílias, tecem a complexa trama da pobreza na Região Metropolitana de São Paulo.

Para finalizar este capítulo, é importante visualizar as várias dimensões da pobreza metropolitana manifestando-se simultaneamente com diferentes intensidades. Nos quadros 1 e 2 pode-se observar a distribuição e a incidência das principais carências sociais investigadas neste estudo, ao final da década passada. Tomando-se a linha de pobreza como um indicador mais elementar da precariedade das condições de vida, é fácil perceber que as necessidades insatisfeitas não se concentram exclusivamente nas famílias de menor renda *per capita*, mas que as probabilidades de encontrar carências básicas nessas circunstâncias são muito maiores.

Considere-se que a linha de pobreza, em 1989, correspondia a pouco menos do valor do salário mínimo à época da PNAD (0,9 s.m.). Ou seja, as famílias com uma renda *per capita* inferior a esta proporção do mínimo legal são tidas, por definição, como marcadas por uma situação de insuficiência de renda. Evidentemente, numa economia de mercado, a insuficiência da renda familiar significa a presença de carências sociais. Entretanto, os dados demonstram que parcela considerável das famílias com uma

RFFC entre 0,9 e 1,8 s.m. apresentavam um grau elevado de precariedades, o que sugere a necessidade de expandir e relativizar o conceito de insuficiência da renda. Na verdade, esta só deveria ser definida, a rigor, de acordo com as características do núcleo familiar.

QUADRO 1

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO CARENCIAS SOCIAIS, POR ESTRATO DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1989

(em %)

R F P C	DISTRIB. DAS FAMÍLIAS (a)	FAM. EM MORADIA PRECARIA (b)	FAMÍLIAS SEM GELADEIRA (c)	DISTRIB. DA POPUL. ADULTA (d)	ADULTOS NÃO OCUPADOS (e)	ADULTOS ANALFAB. FUNCION. (f)	CHEFES RENDIA (1 s.m.) (g)	POPUL. IDADE ESCOLAR (h)	CRIANÇA FORA DA ESCOLA (i)	POPUL. ADOLESC. CENTE (j)	ADOL. FORA ESC. (l)
R1	19.5	33.4	43.5	16.3	22.1	30.4	57.4	31.7	48.9	18.6	26.5
R2	25.3	32.1	26.7	23.7	27.0	33.0	28.2	30.2	30.1	32.5	39.4
R3	24.9	19.2	16.2	26.5	23.9	23.7	11.4	20.2	14.0	27.8	21.9
R4	28.6	9.3	7.9	20.8	23.0	10.2	3.0	15.7	5.2	16.4	9.0
TOT	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: FIOGE - PNAD/89 - TABULAÇÕES ESPECIAIS

- NOTAS: (a) famílias residente em domicílios particulares permanentemente urbanos.
 (b) domicílios com inadequação em abastecimento de água e/ou instalação sanitária, e/ou com densidade domiciliar muito elevada, e/ou construídos com material rústico.
 (c) famílias residentes em domicílios sem geladeira.
 (d) população com 18 anos ou mais.
 (e) pessoas com 18 anos ou mais inativas ou desempregadas.
 (f) pessoas com 18 anos ou mais sem instrução ou que não concluíam o primário.
 (g) chefes de família com rendimento mensal na ocupação principal inferior a 1 s.m. corrente.
 (h) distribuição da população de 7 a 14 anos.
 (i) população de 7 a 14 anos que não frequenta nenhum nível de ensino.
 (j) distribuição da população de 15 a 17 anos.
 (l) população de 15 a 17 anos que não frequenta nenhum nível de ensino.

Estes quadros sintéticos permitem ver, portanto, que a situação de pobreza na Região Metropolitana de São Paulo é o resultado da combinação de fatores de distintas naturezas, o que torna muito difícil identificar a população pobre exclusivamente a partir de critérios dicotômicos (pobre/não pobre). O certo é que existe um vasto e múltiplo

conjunto de carências, que abrange com intensidade variada uma enorme parcela da população metropolitana.

TABELA 4.2

INCIDENCIA DAS CARENCIAS SOCIAIS POR ESTRATO DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO - 1989

(em %)

R	RAZAO	PROPORCAO	TAMANHO	DENSID	FAM. EM	FAM. EM	FAMIL.	CRANEA	ADOLESC.	ADULTOS	CHEFES
F	DEPEND.	DE CHEFES	MEDIO DA	DOMICIL	DOMICIL	DOMICIL	SEM	FORA DA	FORA DA	ANALISA.	C/ RENDA
P	FAMIL.	NAD OCUP.	FAMILTA	PCS/COM	INADEQ.	PRECARIO	GELAR.	ESCOLA	ESCOLA	FUNCION.	(1 em
C	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(l)
R1	3.64	32.6	4.26	1.4	66.1	40.2	16.1	11.2	48.4	45.1	12.1
R2	2.38	19.7	3.56	1.1	46.6	25.9	7.6	7.2	41.2	31.0	2.4
R3	2.01	18.3	3.53	0.9	29.8	16.2	4.7	5.0	26.8	21.7	1.9
R4	1.85	15.7	3.05	0.6	11.2	6.6	2.0	1.5	16.6	6.5	0.6
TOT	2.31	21.7	3.60	0.9	35.5	20.4	7.2	7.3	34.0	24.2	3.2

FONTE: FIDGE - PNAD/89 - TABULACOES ESPECIAIS

- NOTAS: (a) relacao entre o numero de membros da familia e o numero de ocupados.
 (b) proporcao de chefes de familia inativos ou desempregados
 (c) numero medio de pessoas por familia.
 (d) numero medio de pessoas por comodo
 (e) domicilios com uma ou mais inadequacoes, dentre os seguintes indicadores habitacionais: abastecimento de agua, instalacao sanitaria, energia eletrica, material de construcao, densidade domiciliar e separacao de funcoes dos comodios.
 (f) domicilios com saneamento basico inadequado e/ou densidade domiciliar muito elevada e/ou construidos com material rustico
 (g) proporcao de familias que residem em domicilios sem geladeiras.
 (h) populacao de 7 a 14 anos que nao frequenta nenhum nivel de ensino.
 (i) populacao de 15 a 17 anos que nao frequenta nenhum nivel de ensino.
 (j) populacao de 18 anos ou mais sem instrucao, ou que nao concluiu sequer o antigo primario
 (l) chefes de familia com rendimento na ocupacao principal inferior a 1 sm mensal

Certamente, neste painel da situação social na Metrópole, ao final dos anos 80, poderia-se acrescentar informações relevantes, que ajudariam a detalhar melhor as condições de vida da população. Mas, o propósito maior desta dissertação foi o de evidenciar a ocorrência de uma mudança importante na lógica de reprodução da miséria metropolitana, ao longo da década passada. E é disto que trata o próximo capítulo.

Capítulo IV

A pobreza na RMSP: uma síntese

Ao longo deste estudo, procuramos examinar como a crise econômica afetou as condições de vida na Região Metropolitana de São Paulo durante a década passada, e como as diferentes dimensões da pobreza foram alteradas pelas mudanças de ordem econômica, demográfica e também política ocorridas no período. Nesta última parte da dissertação procuraremos realizar uma síntese dos capítulos anteriores, assim como fazer algumas considerações sobre a ampliação dos termos do debate em torno da pobreza contemporânea.

A visão que adotamos neste trabalho procurou privilegiar o entendimento da pobreza enquanto uma problemática dinâmica, com uma história cheia de contradições e de elos a serem resgatados. A pobreza na RMSP, nesta perspectiva, é fruto da própria história de constituição da Metrópole, que foi marcada por um intenso processo de industrialização e por um rápido crescimento demográfico. Entretanto, antes que a Metrópole se constituísse como tal, a miséria já existia em suas formas mais tradicionais. O Município de São Paulo, centro econômico da acumulação capitalista no Estado, desde o começo do século já abrigava em seu interior uma parcela marginal da população, que em sua maioria trabalhava nas fábricas e no comércio e habitava os famosos cortiços. Posteriormente, a pobreza e a marginalidade urbana foram ganhando novas facetas: proliferaram outras oportunidades ocupacionais de baixa renda e começaram a ganhar grande dimensão os processos de periferização e de favelização da população pobre. Em outros termos, a dinâmica econômica, ao afetar a vida social na Metrópole, alterou as condições de criação e reprodução de uma parcela ponderável da população submetida a inadequadas condições de vida.

Como ficou claro no primeiro capítulo, o processo de industrialização e o crescimento exacerbado da região gestaram uma série de precariedades sociais urbanas, seja através da consolidação de um perfil de distribuição de renda extremamente concentrador, seja através da potencialização de um padrão de crescimento urbano reconhecidamente segregador. E como a virtuosidade e a velocidade desses processos ocultavam a inequidade social intrínseca a eles, a necessidade de uma ação política dirigida para a solução ou atenuação de vários problemas sociais só foi reconhecida pouco antes daqueles modelos de desenvolvimento econômico e de crescimento metropolitano darem claros indícios de exaustão. A partir de então, na discussão em torno da questão social, e mais precisamente, da problemática da "nova" miséria, surgiram novos parâmetros. Por isso, para que pudéssemos entender melhor as novas manifestações da pobreza metropolitana, foi preciso investigar como ela se reproduzia antes da crise econômica que se abateu sobre o País e sua principal metrópole.

Nos anos que se seguiram à II Guerra Mundial, a reprodução de uma parcela expressiva da população sob precárias condições de vida (e excluída da maioria dos direitos sociais mais básicos) esteve associada com o exorbitante fluxo migratório que dirigiu-se para São Paulo nas décadas de 50, 60 e 70. De fato, a velocidade da industrialização e seus impactos sobre o setor terciário da economia acabaram sustentando uma grande oferta de postos de trabalho, fazendo com que a Cidade e suas cercanias fossem capazes de absorver uma massa populacional sem precedentes. Entretanto, durante esse período a Metrópole não chegou a dispor de uma infra-estrutura capaz de suportar uma taxa de crescimento demográfico tão elevada, e assim foram sendo gestadas crescentes demandas sociais, que não eram adequadamente satisfeitas.

O estilo de desenvolvimento que se impôs criou um mercado de trabalho bastante segmentado, com elevado grau de rotatividade nos postos de trabalho e marcado por um perfil de distribuição de renda extremamente concentrador. Porém, a dinâmica do mercado de trabalho permitia a mobilidade ocupacional de expressiva parcela dos trabalhadores. Ou seja, ao mesmo tempo que parcela da população ocupava uma posição marginal no mercado, outra parcela podia desfrutar da ascensão social provocada pelo rápido crescimento econômico, fazendo aparecer uma florescente classe média e um proletariado diferenciado. Esse processo, que combinava marginalização com ascensão social, também condicionou a trajetória de expansão urbana, na qual os chamados bairros precários de periferia aos poucos iam sendo incorporados à rede de infra-estrutura urbana, enquanto outros espaços de precariedade habitacional continuavam a multiplicar-se.

Evidentemente, o crescimento da pobreza metropolitana entre 1950 e 1980 não pode ser explicado pelo intenso fluxo migratório, embora este tenha desempenhado um papel relevante na proliferação da população pobre naquele período. Na verdade, o estilo de desenvolvimento só pôde propiciar as condições para a absorção e reprodução desse contingente populacional (mesmo porque este era funcional para a acumulação, pois ajudava a rebaixar a taxa salarial média) porque estava implícita uma perversa repartição da renda. Além disso, também jogaram um papel importante na geração de precárias condições de vida, embora em instâncias de análise distintas, o padrão de crescimento urbano e a forma de intervenção do Estado na área social (que só tardiamente se preocupou em compensar os desequilíbrios gerados pelo crescimento caótico da Metrópole).

E foi sob a égide de uma progressiva assincronia entre o estupendo desenvolvimento econômico e o discreto desenvolvimento social que a Metrópole adentrou na década

de 80, abrigando em seu interior uma população marginalizada que se reproduzia e se renovava apesar (e também por causa) do grande dinamismo econômico da região.

Como vimos no segundo capítulo, a década de 80 foi marcada por importantes inflexões estruturais, se comparada com as décadas anteriores. Do ponto de vista econômico, a trajetória de crescimento acelerado cedeu lugar a uma situação de estagnação crônica, com alternância entre períodos de recessão e de recuperação, com tendência à explosão da taxa inflacionária. Neste contexto, destaque-se a profunda deterioração do mercado de trabalho metropolitano, não só pela interrupção no processo de assalariamento e formalização da estrutura de emprego como, principalmente, pela queda substantiva do poder de compra dos salários.

Do ponto de vista político, os anos 80 foram uma década de transição. No que tange à política social, procurou-se remediar com alguma eficácia e dentro de certos limites a enorme dívida social acumulada durante os anos da ditadura militar. Neste sentido, pode-se considerar que as mudanças na esfera política favoreceram uma ação mais efetiva em termos de proteção social e de preocupação com as condições de vida da população, embora o reconhecimento formal dos direitos sociais mais básicos ainda não fosse suficiente para equacionar a complexa questão social no Brasil, e nem mesmo nos principais centros urbanos.

E do ponto de vista demográfico, a década de 80 também apresentou uma inflexão importante em relação às décadas anteriores. O crescimento populacional na Metrópole, pela primeira vez, deu-se a uma taxa média inferior a 2% aa, o que significou uma redução substancial no ritmo de expansão de várias demandas sociais. Isto ocorreu, em parte, devido a um novo impulso na queda da taxa de fecundidade, e

em parte graças à inversão do saldo migratório, que passou a ser negativo nos anos 80.

Neste cenário de importantes mudanças estruturais, a crise econômica rebateu profundamente sobre os principais mecanismos responsáveis pela reprodução da pobreza metropolitana (veja o terceiro capítulo). Em primeiro lugar, ao deteriorar as condições gerais do mercado de trabalho, a recessão econômica do início dos anos 80 provocou um empobrecimento generalizado da população, sendo que as famílias de mais baixa renda ficaram mais expostas às consequências do desemprego e da carestia. E como os indivíduos de menor qualificação profissional, em geral, não conseguiram recompor o poder de compra de seus rendimentos na mesma proporção que os ocupados de mais alta renda, os diferenciais de remuneração do trabalho aumentaram ao longo da década, fazendo com que aumentasse ainda mais o grau de concentração da renda das famílias metropolitanas.

Por outro lado, os efeitos negativos da crise econômica só não foram maiores para as famílias de baixa renda *per capita* porque houve uma significativa redução no seu tamanho médio, impedindo que aumentasse a razão média de dependência familiar. A transição demográfica foi benéfica em dois sentidos: a queda da fecundidade diminuiu um pouco a elevada proporção de menores de 10 anos de idade entre as famílias pobres, enquanto que a reversão do fluxo migratório evitou que o fator migração continuasse a pressionar o tamanho familiar e a fazer crescer o número de famílias particularmente vulneráveis em relação à situação de RFPC. Além disso, é provável que a crise tenha modificado as estratégias de sobrevivência das famílias, intensificando a procura por postos de trabalho pelas mulheres e jovens, e retardando a decisão de casar e de ter filhos (o que reforçou a tendência à queda da fecundidade).

Uma outra consequência extremamente negativa da crise econômica foi a desestabilização das contas públicas, que acabou prejudicando ou limitando a maioria das políticas sociais e de combate à pobreza. A crise fiscal do Estado afetou diretamente a destinação de recursos para as áreas de desenvolvimento e proteção social. Além do que, a demora provocada pela ineficiência da burocracia estatal e pela falta de integração dos programas sociais acarretava uma grande erosão de recursos, em virtude da aceleração inflacionária. Sob a ótica do financiamento, portanto, as políticas públicas orientadas para o resgate da enorme dívida social sofreram toda sorte de restrições ao longo dos anos 80.

Não obstante, também ficou evidente que a crise econômica não significou um retrocesso ou mesmo uma estagnação no processo de melhoria gradual de alguns dos principais indicadores sociais (habitação, saúde e educação) na Região Metropolitana de São Paulo. Pelo contrário, os indicadores de cobertura do saneamento básico domiciliar, de alfabetização e frequência escolar, assim como de mortalidade infantil, mostram que não houve interrupção na tendência histórica de progressiva melhoria das condições mais básicas de vida - melhoria essa associada ao processo de urbanização e de incorporação da população ao modo de vida contemporâneo. E, o que é mais importante, os maiores ganhos verificados durante a década de 80 ficaram por conta dos segmentos de mais baixa renda, que são, naturalmente, os mais carentes.

Surge, então, um aparente paradoxo: como é possível que numa década de medíocre desempenho da economia, de progressiva imobilização do setor público e de aumento no

grau de concentração da renda possa ter ocorrido na Metrópole uma melhoria em importantes indicadores sociais?¹

Na verdade, a crise econômica acirrou os padrões de competição individual e alterou os parâmetros segundo os quais a situação social deve ser examinada. Diante das importantes transformações ocorridas ao longo dos anos 80, torna-se fundamental compreender como se deu a mudança nos mecanismos responsáveis pela perpetuação da pobreza metropolitana. Com certeza, a pobreza do início dos anos 90 não é a mesma do final dos anos 70.

Pode-se dizer que os fatores que possibilitavam uma constante renovação da população submetida à exclusão social e à marginalização urbana deixaram de atuar após a deflagração da crise econômica. Isto porque, ao abalar a virtuosidade do mercado de trabalho metropolitano, a recessão dos primeiros anos da década passada enfraqueceu bastante um dos principais mecanismos de ascensão social, ao mesmo tempo que engrossou a parcela de famílias expostas a

¹ É evidente que, numa ótica retrospectiva, observa-se uma melhoria progressiva e um certo encurtamento na magnitude das desigualdades sociais. Mas, este seria um raciocínio estático e acrítico. Estático porque não considera as mudanças sociais que se processaram nos últimos 10 ou 20 anos - a Metrópole não é a mesma. Acrítico porque toma os números como uma realidade imediata, esquecendo de qualificar os diferentes aspectos que deveriam mediar a apreensão da realidade social.

Para sermos mais objetivos, consideremos a questão educacional. É inquestionável que o atendimento escolar tem aumentado quantitativamente nas últimas décadas, o que tende a reduzir a taxa de analfabetismo e a aumentar o nível de escolaridade da população. Mas, as desigualdades presentes nas condições educacionais talvez não tenham de fato diminuído. Explicando: os requerimentos educacionais para competir no atual mercado de trabalho da Metrópole são bem superiores aos existentes à época do milagre econômico. Além disso, a qualidade do ensino público decaiu muito, principalmente nesses anos de crise, enquanto o ensino privado se fortaleceu, o que talvez tenha reforçado o elitismo na formação educacional brasileira.

Analogamente, não há dúvida de que a questão habitacional na Metrópole tornou-se muito mais complexa, e que a qualidade da moradia passa por uma série de fatores que ainda hoje não são captados pelas pesquisas domiciliares, tais como: transporte coletivo, nível de poluição, legalidade do imóvel, proximidade de serviços e equipamentos oferecidos pelo Estado etc.

Dessa forma, embora os indicadores sociais usualmente utilizados para verificar a evolução do quadro social tenham grande poder de expressar os diferenciais sócio-econômicos prevalentes num determinado grupo populacional, eles não devem ser analisados sem uma contextualização do que vem ocorrendo em cada área ou dimensão da vida social. E, no caso da RMSP, essa contextualização permite, ao que parece, destacar o aparente paradoxo mencionado acima.

uma condição sócio-econômica relativamente precária. Ou seja, a recessão inverteu o sentido da mobilidade social, o que ajuda a entender porque reverteram-se os fluxos migratórios, principalmente na Cidade de São Paulo. E embora a recuperação da economia tenha melhorado temporariamente a situação social na Metrópole, a persistência da crise fez com que o saldo da década fosse socialmente negativo: ao invés de diminuir a distância entre ricos e pobres, reforçou-se a polarização social na região.

Este estudo mostrou, portanto, que ao desarticular o virtuosismo do mercado de trabalho metropolitano, a crise econômica adicionou novas formas de exclusão e marginalização ao mercado e simultaneamente suspendeu o principal mecanismo de ascensão social na Metrópole, o que provocou, entre outras coisas, o empobrecimento de amplos setores da população. Além disso, a crise agravou a questão urbana sob vários prismas, provocando uma deterioração da qualidade de vida na região, embora alguns indicadores sociais apresentassem uma evolução satisfatória no período.

Ao mesmo tempo, este estudo também contribuiu para a compreensão do caráter multifacetado da pobreza. Em tese, podemos separar as manifestações da pobreza em dois grupos: de um lado, uma série de precariedades e privações, em certo sentido, "estruturais" - herança de um passado de exclusão social e de ausências de mecanismos compensatórios; de outro, um conjunto de novas carências (produzidas principalmente pelo desemprego, pela precarização das oportunidades ocupacionais e pela deterioração dos rendimentos), que poderiam ser consideradas como formas "conjunturais" de pobreza - as quais oscilam de acordo com o desempenho da economia e do mercado de trabalho metropolitano. Não obstante, verificamos que a pobreza possui múltiplas dimensões e distintos determinantes, sendo normal a ocorrência de sobreposições de carências, o que

torna muito difícil, na prática, identificar a população estruturalmente carente e a conjunturalmente empobrecida.

Por outro lado, a persistência da crise por um longo período pode estar transformando aquelas formas ditas conjunturais de pobreza em formas permanentes de marginalização social. Esta possibilidade tem sido levantada pelos estudos que versam sobre as modificações pelas quais vem passando o mercado de trabalho metropolitano, tanto no que diz respeito ao reaparecimento do problema do desemprego como em relação à flexibilização dos contratos de trabalho.

Finalizando, a novidade da pobreza na Grande São Paulo é que ela não se limita mais às formas tradicionais de marginalização e de exclusão social, e deixou de ser continuamente realimentada pelo intenso afluxo de migrantes. Se até pouco tempo a pobreza estava associada a uma precária inserção na estrutura de ocupações e ao pouco tempo de residência na região, a partir da crise econômica dos anos 80 a situação de pobreza passou a ser vista como uma ameaça potencial para as famílias que residem há mais tempo na região e cujos membros possuem uma posição considerada estável no mercado de trabalho. E o aumento da polarização social na Metrópole, nos anos 80, demonstra que o ônus da crise foi pago pelo grosso da população, principalmente pelos segmentos com menor capacidade de organização.

Também no contexto brasileiro a pobreza deixou de ser entendida como uma questão marginal, e o termo *marginalização social* ganhou uma dimensão muito maior. Aumentaram as pressões por mecanismos institucionais de regulação do mercado de trabalho urbano e por uma política de proteção social nos moldes do Welfare State. Mas, é provável que o corporativismo que impera na sociedade brasileira continue impedindo soluções abrangentes e integradas para a questão social, nos próximos anos.

Apêndice Metodológico

Notas sobre a pobreza: conceito e mensuração

A pobreza é um tema particularmente difícil de ser estudado, pois não constitui um fenômeno sujeito a leis naturais, nem uma condição objetiva de fácil identificação. Em alguns estudos mais recentes, ela tem sido caracterizada como uma situação social interativa, interação de diferentes estados e sentimentos de privação, o que pode envolver variados graus de carência ou exclusão.

Mas, são muitas as formas possíveis de enfocar um tema tão controverso. Às vezes enfocada como uma justaposição de carências, outras como uma situação de marginalização ou extrema desigualdade social, ou ainda como um sintoma de desajuste psico-social do indivíduo frente aos requisitos do modo de vida contemporâneo, as definições de pobreza variam de acordo com os objetivos da investigação e a concepção ideológica de quem a retrata, e revelam a complexidade do tema.¹ Além disso, tanto a percepção da pobreza quanto a sua conceituação estão fortemente influenciadas pelo contexto sócio-econômico e cultural em foco, assim como pela forma através da qual, historicamente, tem se desdobrado a chamada "questão social".

OSCAR ALTIMIR, um dos pioneiros no estudo desta questão na América Latina, esclarece que a pobreza é um conceito essencialmente normativo, e mesmo que exista um considerável grau de consenso social sobre os níveis mínimos de bem-estar, não é tarefa fácil para o especialista em ciências humanas identificar e explicitar esse consenso. Mesmo assim, é preciso tentar fazê-lo:

¹ Exemplos de diferentes abordagens da pobreza em São Paulo podem ser encontrados na Introdução deste estudo.

"La pobreza es, por lo pronto, un síndrome situacional en el que se asocian el infraconsumo, la desnutrición, las malas condiciones sanitarias, una inserción inestable en el aparato productivo o dentro de los estratos primitivos del mismo, actitudes de desaliento y anomia, poca participación en los mecanismos de integración social, y quizás la adscripción a una escala particular de valores, diferenciada en alguna medida de la del resto de la sociedad."²

Enquanto produto histórico de uma sociedade heterogênea e fragmentada, como é o caso das sociedades latino-americanas, a pobreza não poderia deixar de ser, ela mesma, um fenômeno intrincado e diversamente manifestado. Mas, embora exista uma grande diversidade de situações que se pode classificar de pobreza, a maioria dos estudos concorda em que a miséria da população é sempre a negação da cidadania, posto que viola os direitos mais elementares do ser humano. É exemplar, nesse sentido, a definição de SÉRGIO ARRANCHES:

"Pobreza é destituição, marginalidade e desproteção. Destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e consumo; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem a garantia à vida e ao bem-estar."³

Estas duas definições sugerem, implicitamente, que a questão da pobreza não deve ser tratada como um fenômeno meramente relativo - sob pena de ser confundida com a problemática maior da desigualdade -, mas apreendida em sua dimensão absoluta (absoluta no sentido da disponibilidade efetiva do mínimo necessário à preservação da vida e da dignidade humana). Uma vez identificadas as situações de carência e destituição, podemos contrapô-las com as

² ULTIERR, G. *La Dimensión de la Pobreza en América Latina*, cadernos da CEPAL, 1979, pp. 1-2.

³ ARRANCHES, S.H. - Política social e combate à pobreza: a teoria da prática, in: ARRANCHES, S.H. et al. - *Política social e combate à pobreza*, 1967, p. 16.

condições desfrutadas pelos segmentos mais privilegiados da sociedade, obtendo assim uma visão do grau de desigualdade e de iniquidade social. Porém, uma tarefa não substitui a outra. Quanto a esse ponto, ALTIMIR é enfático:

"Ciertó es que la pobreza, junto con la riqueza, representa um aspecto extremo de las desigualdades sociales, que son esencialmente relativas. También es cierto que la pobreza constituye un estado de privación, y que ésta es sentida siempre en relación con el bienestar de otros. Pero convengamos, sin embargo, en que la desigualdad no se reduce a la pobreza ni toda privación relativa constituye pobreza. El concepto de pobreza corta normativamente al continuo más general de la desigualdad y diferencia entre el cúmulo de situaciones que pueden dar lugar a sentimientos de privación relativa, y divide la sociedad entre aquellos a quienes se considera pobres y los que no lo son."⁴

As contribuições de ALTIMIR e de ABRANCHES ao estudo da pobreza remetem a algum conceito historicamente construído do que deva ser considerado como *mínimo* necessário à preservação da dignidade humana, e se destinam a fornecer um marco referencial para estudos sobre o tema. Entretanto, há uma grande controvérsia⁵ em relação a quais os critérios mais adequados para se mensurar a incidência da pobreza, e esse é um ponto fundamental, pois desta opção dependerão, em grande medida, as conclusões da análise empreendida.

Por outro lado, as definições de ALTIMIR e de ABRANCHES são por demais abrangentes para serem utilizadas em análises cujo objetivo seja dimensionar a questão, posto que englobam distintas formas de privação ou marginalização, e inclusive um certo grau de exclusão dos processos

⁴ ALTIMIR, O., *op. cit.*, p. 2.

⁵ Esta controvérsia é sumariamente apresentada por TÂNIA LUSTOSA e JOSÉ BERNARDO de FIDUEIRIN - *Pobreza no Brasil: métodos de análise e resultados*. Texto para discussão nº 33, FEA/USP, 1969.

políticos e culturais. Na prática, os conceitos de pobreza normalmente utilizados nos estudos acadêmicos têm sido condicionados pela natureza da fonte de informações disponível, e nem sempre os indicadores utilizados são capazes de expressar adequadamente o conceito escolhido, quando da mensuração do fenômeno.

É evidente que o grau de privação a que estão submetidos os segmentos pobres é variável, o que torna praticamente impossível retratar toda esta complexa situação social através de alguns indicadores sintéticos, por mais sofisticados e confiáveis que sejam. Entretanto, há uma preocupação anterior a qualquer tentativa de delimitar a pobreza, que se refere à escolha da unidade de análise. Devem ser quantificados e qualificados os indivíduos ou as famílias pobres? Embora os atributos individuais não devam ser desconsiderados, os especialistas parecem concordar em que a família é o núcleo privilegiado sobre o qual devemos nos concentrar ao estudar a questão.

Sabemos que a sociedade contemporânea se originou e estruturou a partir da família. Não por acaso, é no núcleo familiar que os indivíduos encontram uma primeira referência de sua identidade social. É ali, também, que se submetem a condições particulares de existência, e onde devem somar esforços para melhorar essa condição, decidir sobre suas prioridades, dividir os frutos do seu trabalho e aprender os primeiros laços de sociabilidade.

Por outro lado, tanto o modo como as condições de vida das pessoas têm, em geral, uma relação direta com o mundo do trabalho. Mas, se do ponto de vista dessa esfera de relações o emprego e o salário são tidos como atividade e remuneração individuais, sob a ótica da reprodução social a satisfação das necessidades individuais se dá coletivamente, através da participação num grupo doméstico. A família pode

ser considerada, nesse sentido, o núcleo social onde se realiza a reprodução do trabalhador, sendo simultaneamente unidade de rendimentos e de consumo.⁴

Para que possamos entender as condições em que a reprodução familiar se dá, precisamos conhecer a dinâmica social na qual está inserida. Em sociedades complexas como a da Grande São Paulo, onde prevalece a economia de mercado, não há dúvidas de que as condições de vida e os níveis de privação são determinados, em primeiro lugar, pela disponibilidade da renda monetária. Mas, além disso, as condições de vida dependem também do acesso a e da qualidade dos bens e serviços oferecidos pelo Estado à população.

No caso de sociedades marcadamente heterogêneas, onde é possível identificar diferentes estratégias de sobrevivência familiar, a insuficiência de recursos monetários e a ausência ou ineficácia de políticas públicas compensatórias nem sempre ocorrem simultaneamente. Abre-se, dessa forma, um amplo leque de carências sociais, cuja reprodução está associada a uma intrincada combinação de fatores estruturais e conjunturais. Por isso, tão importantes quanto captar corretamente a renda familiar e examinar a sua composição e os seus determinantes são o diagnóstico das condições básicas de vida de determinado grupo populacional e o das condições de acesso às políticas públicas.

O diagnóstico das condições de vida da população exige que se colete informações sobre os domicílios e sobre os atributos individuais, assim como sobre os hábitos de consumo familiar. A existência dessas informações permite avaliar com maior precisão e através de procedimentos mais

⁴ Confira o ensaio de EUNICE DURHAM - *A Família Operária: consciência e ideologia*, in: *Rev. Ciências Sociais*, vol. 23, 1989. Veja também o estudo de JOSÉ PASTORE, NÉLIO ZILBERSTEIN e CARMEN SILVA PASSOTE - *Realidade Social e Pobreza no Brasil: 1970/1990 (o que ocorreu com a família brasileira?)*, 1990.

transparentes o grau das principais carências da população, constituindo o que se costuma denominar de "método direto" para a quantificação da pobreza, ou método das "necessidades básicas insatisfeitas".* As dificuldades deste método referem-se, de um lado, à inadequação das fontes de dados disponíveis, e de outro, à fragmentação da análise, provocada pela heterogeneidade dos resultados. O mesmo raciocínio se aplica ao diagnóstico das condições de acesso aos programas sociais.

Mas, apesar de existirem muitas facetas e distintas dimensões pertinentes que devem ser consideradas em estudos sobre a pobreza, não há dúvida de que o principal fator condicionante do modo de vida familiar continua sendo a disponibilidade da renda. Em consequência, o ponto de partida da maioria dos estudos sobre a pobreza, em economias de mercado, tem sido a definição de um critério para estipular o que se costuma chamar de população "pobre" ou de "baixa renda". Nesse sentido, tem-se procurado superar as dificuldades operacionais existentes estabelecendo um corte entre pobres e não-pobres através da definição de uma "linha de pobreza", baseada na renda monetária. Em algumas versões, procura-se também distinguir a condição de pobre da de miserável, ou seja, verificar quem são os "mais pobres".

Nesta perspectiva, a aferição da renda familiar é um passo muito importante da investigação. E, em virtude das diferenças de tamanho familiar, os estudos que optam pela família como unidade de análise têm adotado a renda familiar per capita como indicador sintético das condições de vida do núcleo familiar. De fato, esse procedimento permite avaliar

* Veja SEADE - *Pesquisa de Condições de Vida na Região Metropolitana de São Paulo*, especialmente o volume "Uma abordagem multidimensional".

melhor o poder de compra das famílias vis-a-vis as necessidades de consumo do grupo familiar.⁹

Uma vez tendo optado pela renda monetária como parâmetro chave para mensurar a pobreza ("método indireto"), o problema passa a ser como definir um nível abaixo do qual se caracteriza essa insuficiência de renda.¹⁰ Qual a renda necessária para a garantia do mínimo socialmente aceitável? Como se estipula esse mínimo? Como saber quando as necessidades básicas são atendidas de forma adequada ou não? É claro que não existem respostas definitivas para essas perguntas, mas é possível que, dados alguns parâmetros (econômicos, sociais, políticos e culturais), haja um nível de renda abaixo do qual, em geral, essas necessidades não possam ser adequadamente satisfeitas.

Diante da subjetividade inerente a essa questão, muitos analistas consideram válido supor que a não satisfação das necessidades alimentares seja uma indicação confiável da falta de recursos suficientes para a plena satisfação das demais necessidades. Esta suposição ajuda bastante, pois é operacionalmente mais fácil estabelecer uma cesta de alimentos capaz de suprir as necessidades calóricas e protéicas dos indivíduos e das famílias, calcular o seu custo médio e multiplicá-lo por um coeficiente proporcional ao gasto com alimentação daquelas unidades de consumo. O valor obtido é, então, definido como "linha de pobreza".¹¹

⁹ Seria mais adequado utilizar a renda familiar por adulto equivalente para avaliar as necessidades de gasto da família. Entretanto, a renda familiar per capita tem sido considerada uma proxy bastante razoável. Cf. LOPES, J.B. e GOTTSCALK, A. - *Recessão, pobreza e família. A década pior do que parvida*, in: *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 4, n. 1, 1970.

¹⁰ O método indireto mais conhecido é o proposto por SEN, que determina a incidência, a intensidade e o índice de pobreza. Veja-se o trabalho de RODOLFO INEFFRANE - *A pobreza no Brasil: análise dos dados dos Censos Demográficos de 1970 e 1980*, 1984.

¹¹ Este procedimento foi analisado em detalhes por SÔNIA ROCHA - *Linhas de pobreza para as Regiões metropolitanas na primeira metade da década de 80*, 1980.

Rigorosamente, o que essa linha de pobreza expressa é a porcentagem de famílias cuja renda familiar *per capita* é muito baixa, a ponto de não ser suficiente para cobrir os gastos mínimos com alimentação, moradia, transporte etc. Desse modo, ela poderia ser interpretada como um limite superior da "pobreza pela renda", ou seja, de uma situação orçamentária muito precária, a qual provavelmente se associam outras carências sociais, como más condições de saúde e baixo nível educacional.

Procedimentos metodológicos

Neste trabalho, optamos por mensurar a pobreza combinando o método da renda com o das necessidades básicas insatisfeitas, na tentativa de explicitar as várias dimensões da pobreza metropolitana. O ponto de partida de nossa análise é a definição de um critério para identificar a insuficiência da renda familiar. É óbvio que, quanto maior e mais distante da "linha de pobreza" for a renda familiar *per capita*, maior a probabilidade de que a família desfrute de uma inserção social satisfatória e de condições de vida dignas. Mas, é preciso examinar com cuidado a relação entre a pobreza pela renda e a não satisfação de algumas necessidades básicas, assim como verificar de que forma as famílias com RFFC pouco acima da linha de pobreza conseguem suprir aquelas necessidades.

Em outras palavras, dimensionar a pobreza é uma tarefa complexa, e ao mesmo tempo fundamental para a compreensão dos mecanismos de reprodução da miséria metropolitana. Embora a nossa análise parta da investigação dos impactos do mercado de trabalho e da estrutura familiar sobre a renda das famílias para avaliar o que ocorreu com a pobreza na década de 80, também é necessário que seja examinado como se modificaram outras formas de inserção e de

participação da população no meio social metropolitano; ou seja, se pioraram ou não as condições de moradia ou o acesso à educação dessa população, entre outras necessidades básicas de interesse.¹⁴

Posto isso, vejamos como foram organizados os dados para a mensuração e a caracterização da pobreza. Os principais procedimentos adotados neste estudo podem ser resumidos como segue:

a) unidade de análise: famílias residentes em domicílios particulares permanentes urbanos.

b) fonte primária de dados: F.IBGE - Censo Demográfico de 1980 e PNADs 81, 83, 86, 87 e 89.¹⁵ Priorizou-se, para a análise das modificações na situação social na década de 80, as tabulações referentes a 1981 e 1989.

c) estratificação da população: as famílias foram classificadas segundo a renda familiar *per capita* e estratificadas de acordo com múltiplos da linha de pobreza - até 1 LP, de 1 a menos de 2 LP, de 2 a menos de 4 LP, e 4 ou mais LP.

d) cálculo da RFPC: a renda familiar *per capita* corresponde à divisão da somatória de todos os rendimentos do núcleo familiar pelo número de membros da família (excluindo-se os empregados domésticos). Cerca de 98% das famílias apresentavam RFPC conhecida.

¹⁴ Evidentemente, os indicadores utilizados nesta dissertação estão condicionados à natureza das fontes. Infelizmente, não dispomos de informações relativas às condições de saúde da população nas PNADs (com exceção da PNAD 84, que não foi utilizada neste trabalho). Porém, a partir dos dados do Censo Demográfico de 1980 podemos estimar a esperança de vida ao nascer e verificar que os diferenciais de mortalidade na infância se relacionam diretamente com as condições de vida de cada estrato sócioeconômico - vide capítulo 1.

¹⁵ Para uma análise das fontes, veja-se ABEP - Censos, censensos, contra-censos, 1984; e SAWYER, D.D. (org.) - PNADs em foco, anos 80. ABEP, 1988.

e) deflator dos rendimentos: todos os rendimentos foram deflacionados para agosto de 1980 com base no INPC amplo, da F. IBGE.

A investigação dos determinantes da RFPC dividiu-se em duas frentes: 1) análise da estrutura familiar (tamanho, peso dos menores de 10 anos, condição de atividade dos membros em idade ativa, razão de dependência), e 2) análise da inserção dos membros no mercado de trabalho (posição na ocupação, setor de atividade, jornada de trabalho, nível de qualificação da ocupação e nível de remuneração), sempre considerando a ocupação principal do indivíduo.

Em complemento, o dimensionamento da extensão das carências sociais para as quais havia informações procurou combinar critérios dicotômicos (de adequação-inadequação) com critérios politômicos (de escalas de carência). Na caracterização das condições da moradia, por exemplo, são investigados diferentes aspectos do domicílio e inclusive a cumulatividade das precariedades, mas cada variável é classificada segundo um critério rígido de adequação. No caso da caracterização do nível de escolaridade dos membros da família e do desempenho escolar foi possível estabelecer uma graduação mais satisfatória. Ao final deste Apêndice, apresentamos alguns esclarecimentos sobre os indicadores utilizados na análise das condições de vida da população, a saber: os critérios de adequação/inadequação das condições de moradia e os parâmetros para a avaliação das condições educacionais.

Evidentemente, os procedimentos aqui adotados são em grande medida arbitrários, como não poderia deixar de ser num estudo desta natureza. A seguir, apresentamos os passos seguidos para estipular a linha de pobreza (ou limite superior da insuficiência de renda familiar).

Definição da linha de pobreza

O ponto de partida para estabelecer qual o nível de renda familiar *per capita* abaixo do qual é muito grande a probabilidade da família não ter satisfeitas as suas necessidades básicas foi o trabalho de VERA LÚCIA FAVA,¹² que utiliza os dados do ENDEF (Estudo Nacional de Despesa Familiar), de 1974/75, para analisar a estrutura de consumo das famílias, e depois determinar o valor da linha de pobreza para diferentes regiões do país.

A hipótese central desse procedimento é que a não satisfação das necessidades alimentares geralmente está associada a uma insuficiência de renda para garantir o atendimento adequado de outras necessidades básicas como habitação, transporte, vestuário etc. Assim, conhecendo-se a proporção que as famílias nutricionalmente adequadas gastam em média com alimentação e o custo da cesta básica de alimentos capaz de suprir minimamente as necessidades nutricionais do grupo familiar, pode-se determinar um patamar mínimo de renda familiar *per capita* abaixo do qual as possibilidades de satisfação do conjunto das necessidades sociais básicas são muito pequenas.

Nesse sentido, deve-se considerar inicialmente a composição calórica de consumo alimentar das famílias situadas no segundo decil da distribuição de despesas correntes do ENDEF. Foram levados em conta somente os produtos que respondiam por 90% do consumo de calorias.

Respeitada essa composição, verificou-se qual era o nível de despesa familiar associado à satisfação de um consumo *per capita* mínimo. Esse mínimo varia segundo características como sexo, idade, nível de atividade, clima

¹² FAVA, V. L. - *Organização, Custo de Vida e Pobreza no Brasil*. IPE/USP, 1984.

etc., e portanto foi preciso recorrer aos critérios estabelecidos pela FAO/OMS.

Para o cálculo do valor da cesta de alimentos são utilizados os preços médios anuais dos produtos considerados, obtidos a partir dos preços mensais coletados pela FIBGE.

Uma vez estabelecido o valor da cesta básica de alimentos, costuma-se estimar a linha de pobreza aplicando-se a relação entre despesa alimentar e despesa global, verificada para as famílias situadas no mais baixo decil de despesa que não apresentasse, em média, *déficit* calórico. Na RM de São Paulo, o gasto com alimentos correspondia, em 1974/75, a cerca de 37,6% do gasto total daquelas famílias.

Depois de calculado o valor da linha de pobreza, é preciso atualizá-lo para os anos 80. Para tal, resolveu-se seguir o procedimento adotado por SÔNIA ROCHA,¹⁴ que consiste em primeiro atualizar o valor da cesta básica de alimentos segundo índices específicos de preços, construídos combinando a estrutura de consumo alimentar com a variação dos preços desses produtos coletados pela FIBGE. Em seguida, aplicou-se sobre esse valor, atualizado inicialmente para o ano de 1981, a mesma relação entre despesa alimentar e total verificada para 1974/75.

A estimação da linha de pobreza para outros anos da década de 80 exige que se converta o valor da cesta básica de alimentos para o mês de referência da PNAD/81, e depois que se converta o valor da linha de pobreza para os meses de referência das outras PNADs segundo um índice de preços. Utilizou-se um índice da própria FIBGE: o índice de Preços ao Consumidor (IPC) restrito às famílias com renda

¹⁴ ROCHA, S., *op. cit.* Veja também, da autora, *Pobreza metropolitana e os ciclos de curto prazo na década dos anos 80*, IPEA, 1991.

ao Consumidor (IPC) restrito às famílias com renda total entre 1 e 5 salários mínimos.

A própria SÔNIA ROCHA reconhece que esse procedimento apresenta uma série de problemas. Os principais têm a ver com a possibilidade de mudanças na estrutura do consumo alimentar e no peso deste consumo no gasto total das famílias.¹⁵ Acreditamos, porém, que isto não compromete significativamente os resultados do conjunto da nossa análise. Além do mais, estamos tomando a linha de pobreza como um parâmetro da situação de insuficiência de renda familiar, e não como um indicador sintético único da pobreza metropolitana.

¹⁵ Sobre essas mudanças veja-se NESUR/IE/UNICAMP - *Caracterização e evolução da pobreza nos anos 80*, especialmente o capítulo "Padrão de Consumo", do volume I.

Descrição dos indicadores de Habitação e Educação

Indicadores das condições habitacionais

Para analisar as características das moradias das famílias metropolitanas foi necessário estipular critérios de adequação/inadequação para cada variável investigada.¹⁴ Os critérios que caracterizam a adequação em cada variável são os seguintes:

a) Abastecimento de água - quando o domicílio possui canalização interna e está ligado à rede geral.

b) Instalação sanitária - quando o domicílio possui instalação sanitária exclusiva e o escoadouro está ligado à rede geral ou fossa séptica.

c) Energia elétrica - quando o domicílio está ligado à rede geral, independente de possuir medidor ou não.

d) Material de construção - quando o material utilizado na confecção das paredes, piso e cobertura do domicílio é considerado "durável", e não "rústico".

e) Densidade domiciliar - quando o número de moradores não ultrapassa o número de cômodos (densidade menor ou igual a 1), para domicílios com até 6 cômodos, ou quando essa relação não é maior que 1,2 moradores/cômodo, no caso de domicílios com mais de 6 cômodos.

f) Separação das funções dos cômodos - quando o domicílio possui pelo menos 2 cômodos que não são utilizados como dormitório; por definição, domicílios com menos de 3 cômodos são inadequados nesse quesito.

¹⁴ Para descrição completa das variáveis investigadas pode ser encontrada nas publicações da FIEGE.

Indicadores das condições educacionais

a) Analfabetismo - nas pesquisas domiciliares realizadas pela Fundação IBGE, considera-se analfabeto o indivíduo que não sabe ler e escrever um bilhete simples. Esse conceito é sabidamente pobre. Por isso, nessa dissertação procurou-se também caracterizar as pessoas adultas consideradas pela UNESCO como "analfabetas funcionais", que são aquelas que sequer concluíram o antigo curso primário (a 4ª série do 1º Grau).

b) Grau de instrução - corresponde à situação educacional do indivíduo no momento da pesquisa domiciliar, que se define a partir das informações referentes à última série e ao último grau concluídos. Quando o indivíduo estava frequentando uma determinada série, atribui-se como grau de instrução o correspondente à série anteriormente completada.

Neste trabalho, desagregamos o 1º Grau em "primário" e "ginásio", para uma melhor visualização do perfil educacional da população. Assim, "sem instrução" refere-se às pessoas que não frequentaram a escola ou não concluíram a 1ª série do 1º Grau; "primário incompleto" às que interromperam o estudo depois de concluírem a 1ª, a 2ª ou a 3ª série; "primário completo" às que pararam de estudar tendo concluído a 4ª série; e assim por diante. Quanto ao 2º e 3º níveis, preferimos indicar apenas as proporções que atingiram esses níveis de ensino, sem contudo diferenciar entre os que concluíram e os que interromperam antes de se graduarem.

Cabe esclarecer que os indivíduos que estavam frequentando a "alfabetização de adultos" foram classificados como tendo primário incompleto, enquanto os que cursavam o "pré-vestibular" como tendo 2º Grau completo.

Quanto aos que frequentavam algum tipo de "supletivo", dada a dificuldade de classificação, foram incluídos na categoria "outros", juntamente com as pessoas com grau de instrução ignorado. Esses casos, contudo, representam em conjunto uma parcela muito pequena da amostra.

c) Adequação e distorção série/idade - corresponde à relação entre a idade do aluno e a série frequentada. Quando o aluno está frequentando a série teoricamente esperada para a sua idade (7 anos na 1ª série, 8 anos na 2ª, e assim sucessivamente até 14 anos na 8ª série) ou está adiantado, diz-se que há adequação série/idade; ao contrário, quando a sua idade é superior à esperada para aquela série, então diz-se que há distorção série/idade.

O grau de distorção é medido em anos de atraso. Os anos de atraso, porém, não correspondem necessariamente ao número de reprovações do aluno, já que este pode ter entrado tardiamente na escola, ou então abandonado temporariamente o estudo e depois retornado. Por isso, embora a distorção verificada reflita basicamente o problema da alta incidência de reprovações nas primeiras séries, ela não deve ser confundida com a taxa de repetência, que é um indicador de desempenho do sistema educacional, e portanto, de outra natureza.

Bibliografia

- ARRANCHES, S.H. Política social e combate à pobreza: a teoria da prática. In: ARRANCHES, S.H. et al. Política social e combate à pobreza. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1967.
- ALTIMIR, O. La dimensión de la pobreza en América Latina. Cadernos da CEPAL. Santiago de Chile, 1979.
- ALVES, E.L.G. Padrões de consumo alimentar no Brasil: condições nutricionais no período pós-milagre - 1974/80, mimeo, s.d.
- ARAÚJO, M.F.I. Os cem últimos anos na história da cidade e a formação da Grande São Paulo. In: Coleção São Paulo no limiar do século XXI, vol. 6. São Paulo: SEPLAN/SEADE, 1992, pp. 17-51.
- ARAÚJO, M.F.I.; DINIZ FILHO, L.L. & BESSA, V.C. Principais alterações no espaço urbano da metrópole entre 1970-89. In: Coleção São Paulo no limiar do século XXI, vol. 6. São Paulo: SEPLAN/SEADE, 1992, pp. 145-87.
- ARAÚJO, M.F.I. & PACHECO, C.A. A trajetória econômica e demográfica da metrópole nas décadas de 70-80. In: Coleção São Paulo no limiar do século XXI, vol. 6. São Paulo: SEPLAN/SEADE, 1992, pp. 55-92.
- BALTAR, P.E.A. Evolução demográfica, emprego e demandas sociais urbanas no Brasil. In: Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, vol. 1, ABEP, 1988, pp. 67-103.
- BALTAR, P.E.A.; DEDECCA, C.S. & HENRIQUE, W. Mercado de trabalho, precarização e exclusão no Brasil. Campinas: IE/UNICAMP, mimeo, 1993.
- BELLUZZO, L.G. & COUTINHO, L. Política econômica, inflexão e crise: 1974-1981. In: BELLUZZO, L.G. & COUTINHO, R. Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BRAGA, J.C.S.; FAGNANI, E. & BARROS SILVA, P.L. Recessão e financiamento das políticas sociais. Textos para discussão 07. São Paulo: IESP/FUNDAP, 1986.
- BRANT, V.C., KOWARICK, L. et al. São Paulo 1975: crescimento e pobreza. São Paulo: Loyola, 1976.
- CACCIAMALI, M.C. Setor informal urbano e formas de participação na produção. São Paulo: IPE/USP, 1983.

- CAI DEIRA, T.F.R. A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CANO, W. et al. A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo - 1920/1980. Coleção Economia Paulista, 3 volumes. São Paulo: SEADE/UNICAMP, 1988.
- CARNEIRO, R.M. Crise, estagnação e hiperinflação: a economia brasileira nos anos 80. Tese de doutoramento, IE/UNICAMP, Campinas, 1991.
- CEDEC Modo e condição de vida: uma análise das desigualdades sociais na região metropolitana de São Paulo. Relatório final de pesquisa. São Paulo, mimeo, 1986.
- CEPAL/ONU Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe, edição 1990. Santiago de Chile: CEPAL/ONU, 1991.
- DEDECCA, C.S. Dinâmica econômica e mercado de trabalho urbano: uma abordagem da região metropolitana de São Paulo. Tese de doutoramento, IE/UNICAMP, Campinas, 1990.
- DEDECCA, C.S. & MONTAGNER, P. Crise econômica e desempenho do terciário. In: São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE, v. 6, n° 3, jul/set, 1992, pp. 02-15.
- DEQUECH Fº, D. Diferenças de emprego e renda nas regiões metropolitanas. Dissertação de mestrado, IE/UNICAMP, Campinas, 1991.
- DIEESE Consumo alimentar da população do município de São Paulo. São Paulo, mimeo, 1987.
- DRAIBE, S.M. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. Trabalho apresentado no XII Encontro Anual da ANPOCS. Águas de São Pedro, outubro, 1988.
- DURHAM, E.R. A sociedade vista da periferia. In: KOWARICK, L. (org.) As lutas sociais e a cidade São Paulo: passado e presente. Realização: CEDEC/UNRISD. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- DURHAM, E.R. A família operária: consciência e ideologia. In: Revista Ciências Sociais, vol. 23. São Paulo, 1980.
- FAVA, V.L. Urbanização, custo de vida e pobreza no Brasil. São Paulo: IPE/USP, 1984.
- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

HOFFMANN, R. A pobreza no Brasil: análise dos dados dos censos demográficos de 1970 e 1980. Apresentado no VI Encontro Brasileiro de Econometria. São Paulo, 1984.

IBGE/UNICEF Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil. Aspectos sócio-econômicos da mortalidade infantil em áreas urbanas. Rio de Janeiro, 1986.

KOWARICK, L. (org.) As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente. Realização: CEDEC/UNRISD. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LAGENBUCH, J.R. Estruturação da Grande São Paulo. Estudo de geografia urbana. Biblioteca de Geografia Brasileira, publicação nº 26. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento e Coordenação, 1971.

LESSA, C. A estratégia de desenvolvimento 1974-76: sonho e fracasso. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, mimeo, 1978.

LOPES, J.B. & GOTTSCHALK, A. Recessão, pobreza e família. A década pior do que perdida. In: São Paulo em Perspectiva, Revista da Fundação SEADE, v. 4, nº 1, jan/mar, 1990, pp. 100-9.

LUSTOSA, T. & FIGUEIREDO, J.B. Pobreza no Brasil: métodos de análise e resultados. Texto para discussão nº 25, IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989.

MARTINE, G. Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações. Documento de Trabalho nº 11. Brasília: Instituto SPN, mimeo, 1992.

MELLO, J.M.C. de O capitalismo tardio - contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MELLO, J.M.C. de Consequências do neoliberalismo. In: Revista Economia e Sociedade, nº 1. Campinas: IE/UNICAMP 1992, pp. 59-67.

NEGRI, B. A indústria de transformação do Estado de São Paulo (1970-89). In: Coleção São Paulo no limiar do século XXI, vol. 3. São Paulo: SEPLAN/SEADE, 1992, pp. 15-79.

NEPP/UNICAMP São Paulo, anos 80: transformações sociais, novas demandas e políticas de governo. Relatório final de pesquisa, vol. 1. Campinas, mimeo, 1990.

NESUR/IE/UNICAMP A pobreza no Brasil: principais causas e alternativas de políticas corretivas. Relatório final de pesquisa, 3 volumes. Campinas, mimeo, 1989.

- NESUR/IE/UNICAMP *Caracterização e evolução da pobreza nos anos 80. Relatório final de pesquisa, 3 volumes. Campinas, mimeo, 1991.*
- NESUR/IE/UNICAMP *Distribuição de renda, salários e emprego nos anos 80. Relatório final de pesquisa, 2 volumes. Campinas, mimeo, 1993.*
- NESUR/IE/UNICAMP *Crise econômica e distribuição de renda na Grande São Paulo (1980-1991). Relatório final de pesquisa. Campinas, mimeo, 1994.*
- OLIVEIRA, C.A.B. de Política de ajuste econômico e sindicatos no Brasil. Cadernos CESIT, nº 7. Campinas: IE/UNICAMP, 1992.
- OLIVEIRA, C.A.B. de & HENRIQUE, W. Os determinantes da pobreza no Brasil: um roteiro de estudo. In: São Paulo em Perspectiva, Revista da Fundação SEADE, v. 4, nº 2, abr/jun, 1990, pp. 25-8.
- PACHECO, C.A. A terciarização dos 80: de tudo um pouco. In: São Paulo em Perspectiva, Revista da Fundação SEADE, v. 6, nº 3, jul/set, 1992, pp. 27-38.
- PASTORE, J. Desigualdade e mobilidade social no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- PASTORE, J. & CASTRO, M.C. Cambios ocupacionales, movilidad y desigualdad social en Brasil. In: PREALC Movilidad ocupacional y mercados de trabajo. Santiago de Chile, 1983.
- PASTORE, J.; ZYLBERSTAJN, H. & FAGOTTO, C.S. Mudança social e pobreza no Brasil: 1970/1980 (o que ocorreu com a família brasileira?). São Paulo: FINE/Pioneira, 1983.
- PATARRA, N.L. & BAENINGER, R. São Paulo: povigente/ povoyigente/ povo e gente. Textos NEPO 15. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1988.
- PATARRA, N.B. & BAENINGER, R. Processo de concentração urbano-metropolitano no Brasil: características e tendências. Campinas, NEPO/UNICAMP, mimeo, 1993.
- PECHT, W. Algumas observações sobre a variável "renda" tal como aparece nos Censos Demográficos do Brasil. In: Censos, Consensos, Contra-sensos. São Paulo: ABEP, 1984, pp. 133-146.
- PERILLO, S.R. & ARANHA, V.J. Tendências recentes da migração. In: São Paulo em Perspectiva, Revista da Fundação SEADE, v. 6, nº 3, jul/set, 1992, pp. 109-15.

- PINTO, A. Notas sobre estilos de desarrollo en América Latina. In: Revista de la CEPAL nº 1. Santiago de Chile: CEPAL/ONU, 1º semestre de 1976, pp. 97-126.
- POCHMANN, M. *Políticas de trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança*. Tese de doutoramento, IE/UNICAMP, Campinas, 1993.
- PREBISCH, R. Crítica ao capitalismo periférico. In: Revista de la CEPAL nº 1. Santiago de Chile: CEPAL/ONU, 1º semestre de 1976, pp. 07-73.
- QUADROS, W.J. de *O "milagre econômico" e a expansão da nova classe média*. Tese de doutoramento, IE/UNICAMP, Campinas, 1991.
- RÊGO, E.C.L. *A operacionalidade da política monetária no Brasil no contexto da moeda indexada (1985/1990)*. Dissertação de mestrado, IE/UNICAMP, Campinas, 1991.
- ROCHA, S. *Linhas de pobreza para as regiões metropolitanas na primeira metade da década de 80*. Rio de Janeiro: IPEA, 1988.
- ROCHA, S. Pobreza metropolitana e os ciclos de curto prazo: um balanço dos anos 80. In: Boletim Conjuntural nº 12. Rio de Janeiro: IPEA, 1991, pp. 35-9.
- SALM, C. & FOGAÇA, A. Modernização industrial e a questão dos recursos humanos. In: Revista Economia e Sociedade, nº 1. Campinas: IE/UNICAMP, 1992, pp. 111-33.
- SANTOS, A.L. dos *Crise habitacional no contexto do desenvolvimento excludente brasileiro*. Dissertação de mestrado, IE/UNICAMP, Campinas, 1994.
- SANTOS, M. Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990.
- SAWYER, D.O. (org.) PNADs em foco, anos 80. Belo Horizonte: ABEP, 1988, pp. 281-310.
- SEADE Pesquisa de condições de vida na região metropolitana de São Paulo, vários volumes. São Paulo: SEADE, 1992.
- SERRA, J. Ciclos econômicos e mudanças estruturais. In: BELLUZZO, L.G. & COUTINHO, R. (orgs.) Desenvolvimento capitalista no Brasil - ensaios sobre a crise. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- TASCHNER, S.P. Município de São Paulo: novas formas de produção de habitação. In: Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, vol. 3. ABEP, 1990, pp. 91-112.

TAVARES, M.C. Problemas de industrialización avanzada en
capitalismos tardíos y periféricos. In: Economía de
América Latina, n° 6. México: Centro de Investigación y
Docencia Económicas, 1° semestre de 1981.